

DESAFIOS FINANCEIROS E GOVERNANÇA:

ESTUDOS DE CASO E ANÁLISE NO CONTEXTO BRASILEIRO



ADENES TEIXEIRA ALVES
BARTOLOMEU MIRANDA PEREIRA
BRUNA FIRMINO DE FREITAS
EDERSON ALMEIDA DE SOUZA
EDUARDO GENARO ESCATE LAY

ELLEN BASTOS DE LIMA
LUCAS CANTUÁRIO LEITE

MATHEUS RYAN FARIAS DOS SANTOS
MATTHEUS COSTA AQUINO

VITÓRIA CAROLINE PEREIRA NASCIMENTO


EDITORA
SCHREIBEN

Adenes Teixeira Alves | Bartolomeu Miranda Pereira
Bruna Firmino de Freitas | Ederson Almeida de Souza
Eduardo Genaro Escate Lay | Ellen Bastos de Lima
Lucas Cantuário Leite | Matheus Ryan Farias dos Santos
Mattheus Costa Aquino | Vitória Caroline Pereira Nascimento

DESAFIOS FINANCEIROS E GOVERNANÇA:

estudos de caso e análise no contexto brasileiro


EDITORA
SCHREIBEN
2023

© Dos autores - 2023
Editoração e capa: Schreiber
Imagem da capa: os autores | IA
Revisão: os autores
Livro publicado em: 18/12/2023

Conselho Editorial (Editora Schreiber):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Valdenildo dos Santos (UFMS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiber
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiber@gmail.com
www.editoraschreiber.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D442 Desafios financeiros e governança: estudos de caso e análise no contexto brasileiro. / Organizadores : Adenes Teixeira Alves... [et al.]. – Itapiranga : Schreiber, 2023.
153 p. : il. ; e-book.

E-book no formato PDF.
EISBN: 978-65-5440-204-0
DOI: 10.29327/5337430

1. Contabilidade. 2. Análise de valor - controle de custo. 3. COVID-19 – pandemia. I. Título. II. Alves, Adenes Teixeira. III. Pereira, Bartolomeu Miranda. IV. Freitas, Bruna Firmino de. V. Souza, Ederson Almeida de. VI. Lay, Eduardo Genaro Escate. VII. Lima, Ellen Bastos de. IX. Leite, Lucas Cantuário. X. Santos, Matheus Ryan Farias dos. XI. Aquino, Mattheus Costa. XII. Nascimento, Vitória Caroline Pereira.

CDU 657

Biblioteca responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

AGRADECIMENTOS



AO SOBERANO DO UNIVERSO CRIADOR DOS CÉUS E DA TERRA.

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS REPRESENTADA NO
MAGNÍFICO REITOR SYLVIO PUGA.

À NOSSO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA FACULDADE
DE ESTUDOS SOCIAIS REPRESENTADO NO CHEFE PROFESSOR
DR. MANOEL MARTINS DO CARMO FILHO; COORDENADOR
PROFESSOR DR. ADENES TEIXEIRA ALVES; COORDENADORA
PROFESSORA DRA. REDVANIA VIEIRA XAVIER.

AOS NOSSOS MESTRES PROFESSORES DA UFAM ORIENTADORES
PROFESSOR DR. EDUARDO GENARO ESCATE LAY,
PROFESSOR DR. ADENES TEIXEIRA ALVES E
PROFESSOR MSC. BARTOLOMEU MIRANDA PEREIRA.

SUMÁRIO

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA MAIOR VAREJISTA FARMACEUTICA DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DA RAIÁ DROGASIL S/A (2018-2022).....	7
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Pandemias, epidemias e seus impactos econômicos.....	10
2.2 A Performance do Setor Farmacêutico.....	11
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	14
4.1 Raia Drogasil S.A: caracterização e perfil da empresa.....	14
4.2. As demonstrações financeiras e desempenho acionário das ações da Raia Drogasil S/A de 2018 a 2022.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
ANÁLISE DOS CUSTOS NO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE 2020 A 2022: VIABILIDADE DE COMPRA DE MATÉRIA-PRIMA NO MERCADO EXTERNO PARA UMA INDÚSTRIA COMPONENTES ELETRÔNICOS EM MANAUS...	35
1 INTRODUÇÃO.....	36
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	38
2.1 Antecedentes da Pesquisa.....	38
2.2 A Importação no Brasil.....	40
2.3. Impostos e a Zona Franca de Manaus.....	43
2.4 Despesas de Importação.....	45
3 METODOLOGIA.....	46
4 ESTUDO DE CASO.....	47
CONCLUSÕES.....	50
REFERÊNCIAS.....	52
DISPENSA DE LICITAÇÃO: AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUE PODEM OCORRER NESSE PROCEDIMENTO DURANTE CALAMIDADE PÚBLICA.....	54
1 INTRODUÇÃO.....	55
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	57
2.1 Antecedentes da pesquisa.....	58

2.2 Lei Geral de Licitações.....	62
2.3 Lei nº 13.979/2020.....	63
2.4 Crimes em licitações.....	63
3 METODOLOGIA.....	63
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	64
4.1 Captação de dados referente a contratos.....	64
4.2 Cruzamento de dados entre as aquisições por dispensa de licitação e os contratos da Operação Sangria.....	65
4.3 Exposição das possíveis irregularidades.....	67
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS.....	69
O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM MANAUS: ANÁLISE DE EFICÁCIA DESTE INSTRUMENTO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CIDADÃ VOLTADA AOS MAIS NECESSITADOS.....	73
1 INTRODUÇÃO.....	74
2 EMBASAMENTO TEÓRICO.....	76
2.1 O Plano Plurianual (PPA).....	77
2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	78
2.3 Lei Orçamentária Anual (LOA).....	78
3 METODOLOGIA.....	79
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	80
4.1 O PPA 2000-2003 e o Orçamento Participativo em Manaus.....	87
4.2 O PPA 2004-2007 e o Orçamento Participativo em Manaus.....	88
4.3 O PPA 2008-2011 e o PPA 2012-2015 e o Orçamento Participativo em Manaus.....	89
4.4 O PPA 2016-2019 e o Orçamento Participativo em Manaus.....	91
4.5 O PPA 2020-2023 e o Orçamento Participativo em Manaus.....	92
4.6 O PPA 2024-2027 e o Orçamento Participativo em Manaus.....	93
CONCLUSÕES.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
CONTABILIDADE CRIATIVA E O RISCO DA FRAUDE FINANCEIRA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA NO BANPARÁ.....	102
1 INTRODUÇÃO.....	103
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	105
2.1 Antecedentes da Pesquisa.....	105
2.2 Contabilidade Criativa.....	110
2.3 Fraude Contábil.....	110

2.4 Sistema do Controle Interno.....	111
3 METODOLOGIA.....	111
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	112
4.1 Realização de análise minuciosa da escrituração contábil e dos registros de despesas e receitas com o propósito de identificar uma possível fraude.....	112
4.2 Análise comparativa detalhada das demonstrações contábeis de 2021 e 2022, com o objetivo de verificar variações significativas que possam indicar a prática de contabilidade criativa.....	118
4.3 Elaboração de relatório completo que apresente as conclusões das análises, indicando se há evidências suficientes para provar a fraude no Banpará.....	122
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS.....	124
ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS NO MERCADO DE SPORT BETTING NO BRASIL.....	
1 INTRODUÇÃO.....	127
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	128
2.1 Antecedentes de Pesquisas.....	130
2.2 Evoluções do mercado de apostas e o surgimento das apostas esportivas.....	132
2.3 O Mercado Internacional de Apostas Esportivas Online.....	132
2.4 Processos de regulação das apostas esportivas no Brasil.....	134
3 METODOLOGIA.....	135
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	135
4.1 Análises da legislação das apostas esportivas online no Brasil.....	135
4.2 Regulamentação e Tributação no mercado internacional.....	137
4.3. Análise das demonstrações financeiras da empresa Bet365.....	140
4.4. Possíveis desafios econômicos e tributários do Brasil sobre a regulamentação do mercado de apostas online.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	143
SOBRE OS AUTORES.....	147
ÍNDICE REMISSIVO.....	150

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA MAIOR VAREJISTA FARMACEUTICA DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DA RAIÁ DROGASIL S/A (2018-2022)

THE IMPACT OF THE PANDEMIC ON THE FINANCIAL STATEMENTS OF THE LARGEST PHARMACEUTICAL RETAILER IN BRAZIL: A CASE STUDY OF RAIÁ DROGASIL S/A (2018-2022)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar o impacto da pandemia nas demonstrações financeira da Raia Drogasil S/A(2018-2022), empresa varejista do setor farmacêutico de capital aberto registrada na B3. Trata-se de um estudo de caso e pesquisa descrita, ancorada na abordagem mista quali-quantitativa, contato com apoio da pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir dos estudos de Miranda (2021), Correia (2022), Salles (2021), Silva e Moreira (2022), Pessoa *et al.*, (2022), Caldas *et al.*, (2021), Braga (2021) e outros autores. E foram analisados os relatos contábeis Raia Drogasil S/A de 2018 a 2022. Os resultados indicam que o desempenho da Raia Drogasil foi afetado durante a pandemia, principalmente no ano de 2020 quando a pandemia estava no seu epicentro. Conclui-se que apesar dos impactos sofridos pela empresa, a mesmo vem se recuperando bem período pós-pandemia.

Palavras-chaves: Pandemia Covid-19, Setor Farmacêutico, Índices financeiros.

ABSTRACT

This article aims to verify the impact of the pandemic on the financial statements of Raia Drogasil S/A (2018-2022), a publicly traded pharmaceutical retail company registered with B3. This is a case study and described research, anchored in the mixed qualitative-quantitative approach, contact with the support of bibliographic research developed from studies by Miranda (2021), Correia (2022), Salles (2021), Silva and Moreira (2022), Pessoa et al., (2022), Caldas et al., (2021), Braga (2021) and other authors. Raia Drogasil S/A accounting reports from 2018 to 2022 were analyzed. The results indicate that Raia

Drogasil's performance was affected during the pandemic, especially in 2020 when the pandemic was at its epicenter. It is concluded that despite the impacts suffered by the company, it has been recovering well post-pandemic.

Keywords: Covid-19 Pandemic, Pharmaceutical Sector, Financial Ratios.

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, se tornaria o epicentro de uma crise sanitária que rapidamente se disseminaria por todo o globo, chegando ao Brasil no dia 26 fevereiro de 2020, onde acumularia um saldo, desde a confirmação do primeiro caso até agosto de 2022, de aproximadamente 682 mil mortes (CAVALCANTE *et al.*, 2020; BRASIL, 2020; CORONAVÍRUS BRASIL, 2022).

A pandemia de Covid-19, além de consequências sanitárias, trouxe impactos sociais e econômicas, como a limitação da circulação de pessoas e o fechamento de centros comerciais, dada as características de transmissão da doença, o que culminou em desempregos, aumento da inflação, fechamento de empresas e danos a toda cadeia produtiva, afetando o mercado financeiro e a economia mundial como um todo. (SALLES, 2021; SILVA e MOREIRA, 2022; PESSOA *et al.*, 2022; CALDAS *et al.*, 2021).

Na tentativa de precificar os possíveis desfechos da crise de Covid-19 e seus impactos no mercado financeiro, o mercado acionário rapidamente descontou o preço das ações das empresas de vários setores da B3 (BRAGA, 2021). Sendo que as ações com as performances mais afetadas no período foram as de empresas aéreas Azul, Gol, Embraer e CVC, cujo desempenho insatisfatório foi agravado pela crise (RICONNECT, 2020; SILVA, 2022).

Quanto aos impactos econômico, no dia 14 de setembro de 2020, o Ministério da Economia publicara no Diário Oficial da União, através da Portaria nº 20.809/2020, a lista dos setores mais afetados pela pandemia, sendo a maioria deles serviços relacionados direta ou indiretamente ao ramo de transportes, comércio e, principalmente, as atividades de entretenimento (SEPEC/MEC, 2020).

Para o Riconnect (2020), a principal atividade afetada foi o turismo, o que corrobora o fato de as principais quedas verificadas na Bolsa de Valores serem de ações de empresas aéreas, que estão diretamente ligadas a esta atividade.

Casonato (2020) enfatiza que pouquíssimos setores do mercado passaram ilesos pelo período da pandemia, sendo que dentre eles se destaca o setor farmacêutico, o qual se manteve firme e teve uma atuação fundamental no enfrentamento da crise,

uma vez que, muito além do que produtos farmacêuticos do dia-a-dia, a pandemia trouxe consigo a necessidade da realização de testes, tratamentos, medicamentos e vacinas, o que consequentemente fez com que o preço desses produtos valorizasse.

Em relação a performance das empresas do setores diretamente relacionados com o combate da crise sanitária listadas na B3, o estudo de Guedes (2021) avaliou as demonstrações contábeis (DRE e Balanço Patrimonial) de nove empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares utilizando os índices de lucratividade, rentabilidade e liquidez, no período de 2018 a 2020, onde os foi comprovado que apesar de, em média, ter havido aumento na receita de vendas, isso não refletiu necessariamente um aumento no lucro líquido dessas empresas.

Miranda (2021) e Correia (2022) fizeram de forma semelhante, no entanto, restringindo a abrangência de suas análises apenas às empresas varejistas do setor farmacêutico Raia Drogasil S/A e Pague Menos S/A, nos períodos de 2016 a 2020 e 2019 a 2021, respectivamente. Nessa conjuntura, Leonardi e Matos (2020) a tendência é que o Brasil se posicione entre os cinco primeiros no ranking de empresas farmacêuticas mundial, por apresentar imponente crescimento em detrimento dos demais setores da economia durante a pandemia.

Diante do exposto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual o impacto da pandemia nas demonstrações financeiras da Raia Drogasil S/A (2018-2022), empresa varejista do setor farmacêutico de capital aberto registrada na B3? O estudo tem como objetivo geral: verificar o impacto da pandemia nas demonstrações financeiras da Raia Drogasil S/A (2018-2022), empresa varejista do setor farmacêutico de capital aberto registrada na B3.

E como objetivos específicos desdobrou-se: (1) caracterizar a empresa Raia Drogasil S/A; (2) analisar o Período Pré-Pandemia, que compreende a análise das demonstrações financeiras das ações da Raia Drogasil S/A de 2018 a 2019; (3) examinar o período Pandêmico, que compreende a análise das demonstrações durante os anos de 2020 até o primeiro semestre de 2022 da empresa Raia Drogasil S/A.

A relevância deste estudo justifica-se na necessidade de um melhor entendimento do impacto da pandemia nas demonstrações financeiras da Raia Drogasil S/A (2018-2022). Vale ressaltar que a escolha pela empresa Raia Drogasil deu-se em virtude de esta ser uma potência no ramo farmacêutico. Nesse sentido, espera-se que este estudo possa contribuir com o aumento da produção acadêmica sobre o setor varejista farmacêutico que é bastante relevante na economia brasileira.

Para tanto, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: Introdução, contendo os objetivos e as justificativas para a realização do estudo. Em seguida apresenta-se, o Referencial Teórico, os procedimentos metodológicos

empregados no estudo e Análise de Resultados. Por fim, as conclusões finais sobre o estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção se propõe a dar consistência teórica ao estudo apresentando em um primeiro momento os conceitos de pandemias, epidemias e os impactos econômicos causadas por estas, e no segundo momento faz-se uma discussão sobre a performance do setor farmacêutico.

2.1 *Pandemias, epidemias e seus impactos econômicos*

O termo *Pandemia*, de origem grega, foi utilizado pela primeira vez por Platão para se referir a um evento capaz de atingir a população de forma geral. Mais tarde, a palavra seria incorporada ao vocabulário médico como significado para “epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente” e seria muito utilizada para se referir à gripe espanhola (REZENDE, 1998).

Há tempos os epidemiologistas já vinham alertando a respeito do ressurgimento de uma pandemia, sendo muito provável que, dentre as possíveis que poderiam vir a acontecer, a pandemia de gripe seria aquela capaz de causar impactos suficientes para alterar os rumos da história (WEBSTER, 1997; WEBBY, WEBSTER, 2003, SMIL, 2005 *apud* MACKELLAR, p. 429, 2007). Antes mesmo da explosão da Covid-19, não se esgotavam estudos buscando entender os vários impactos que epidemias ou pandemias poderiam causar em seus vários aspectos sanitários, sociais, psicológicos, econômicos e financeiros, com o objetivo de antecipar possíveis crises (SALLES *et al.*, 2021).

Mendes e Marques (2016) buscaram compreender como a crise de Ebola de 2013 – 2016 afetou diferentes áreas da sociedade em tempos de globalização. De forma semelhante, Ichev e Marinc (2018) examinaram como se comportaram os preços das ações das empresas geograficamente mais próximas do local do surto de Ebola.

Armien *et al.*, (2008) analisaram o custo econômico dos esforços para o controle da epidemia de dengue no Panamá, em 2005. Barro, Urso e Weng (2020) fizeram reflexões a respeito das lições que a pandemia de Influenza poderia oferecer em relação à pandemia de Covid-19. Mackellar (2007), ao avaliar os efeitos econômicos gerados pela pandemia de Influenza de 1918, cita efeitos diretos, como o aumento de gastos com saúde, de custos hospitalares, déficits fiscais dos governos e concessão de auxílios financeiros aos setores mais vulneráveis da sociedade; e efeitos indiretos, como modificações das relações

de consumo, queda do comércio, interrupção da cadeia de suprimentos e diminuição de investimentos.

Considerando estes estudos, Ujvari (2020), em seu livro *A História das Epidemias*, faz um comentário bastante oportuno: “A Covid-19 é, assim, apenas mais uma das diversas epidemias e pandemias da nossa História”. O autor conclui: “e pior, não será a última”.

2.2 A Performance do Setor Farmacêutico

O setor farmacêutico pode ser definido como um ramo da economia que agrega o conjunto de atividades relacionadas à produção, comercialização e transporte de medicamentos e preparações farmacêuticas, baseado em ciência e inovação com investimento precípuo em pesquisa e desenvolvimento (VIEIRA, SANTOS, 2020; REIS *et al.*, 2017).

A indústria farmacêutica é um dos segmentos mais importantes e valorizados do mundo, constituindo-se de um setor de grande relevância social, pois possibilita o tratamento de doenças fazendo com que haja aumento da qualidade de vida e proporcionando bem-estar para a população, além de ter grande importância econômica, sendo considerado um dos setores de maior importância no comércio internacional (MIRANDA, 2021).

Em 2019, o setor farmacêutico brasileiro movimentou um valor anual de R\$ 69,03 bilhões, ocupando a sétima posição no ranking mundial. Esse valor alcançaria os R\$ 88,28 bilhões no fim de 2021. Até julho de 2022, segundo dados da SINDUSFARMA (2022), o valor movimentado já se aproximava dos R\$ 69,03 bilhões movimentados em 2019. A expectativa é que em 2026, o Brasil alcance a 6^o posição no ranking mundial do mercado farmacêutico (INTERFARMA, 2022; SINDUSFARMA, 2022; REIS *et al.*, 2017).

Pinto e Barreiro (2013) afirmam que o setor farmacêutico é um dos mais rentáveis e competitivos em escala global. Os autores elogiam a capacidade de faturar do varejo farmacêutico, mas criticam o que chamam de “Caminho das Índias Contemporâneo”: a dependência brasileira dos mercados asiáticos.

Melo e Abreu (2022) afirmam que no cenário de pandemia, a área farmacêutica foi uma grande aliada no combate à Covid-19 em vários aspectos. Do ponto de vista sanitário, isso foi explícito, no entanto, há um ponto de vista pouco explorado até então, que é o ponto de vista econômico, considerando que o setor é responsável por cerca de 140 mil postos de emprego, um número 7% superior à 2019 e 66% superior à 2011, o que foi na contramão da maioria dos setores durante a crise pandêmica. (ABRAFARMA, 2021; VIEIRA, SANTOS, 2020).

Segundo os dados das pesquisas realizadas pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) divulgada em agosto de 2022 do ranking anual das 300 Maiores Empresas do Varejo Brasileiro e seu crescimento, 2021, apresentam-se neles a presença das redes do varejo farmacêutico, drogaria e perfumaria, conforme indica a tabela 1:

Tabela 1 – Ranking das maiores empresas no varejo farmacêutico em 2022 com base nos dados de 2021

POS-RANKING	EMPRESA	VENDAS EM 2021 EM REAIS	VARIAÇÃO % 2020-2021	NÚMERO DE LOJAS 2021
7	Raia Drogasil	24.217.387.661,00	20,7	2.490
9	Natura&Co	19.188.000.000,00	- 6,4	736
10	Grupo Boticário	18.100.000.000,00	15,3	3.878
14	Grupo DPSP	11.700.000.000,00	14,2	1.392
20	Pague Menos	8.062.900.000,00	10,3	1.165
41	Farmácias São João	4.341.695.281,80	25,8	894
57	Panvel Farmácias	3.174.359.000,00	17,9	517
60	Drogaria Araújo	3.000.000.000,00	12,4	300
67	Clamed Farmácias/Drogaria Catarinense	2.700.000.000,00	N.I.	537
80	Extrafarma	2.096.000.000,00	- 0.5	400
82	Drogaria Nissei	1.973.372.000,00	16,4	324
85	Drogaria Venancio	1.901.421.766,59	N.I.	100
112	Farmácias Associadas	1.400.000.000,00	27,3	1.064
118	Farmácia Indiana	1.375.029.545,06	N.I.	127
126	Drogal	1.282.010.617,34	N.I.	240
136	Grupo Tapajós	1.200.000.000,00	9,1	125
137	Profarma (D1000)	1.200.000.000,00	11,9	214
194	Drogarias Globo	741.199.188,60	N.I.	114
201	Farmais	720.000.000,00	14,6	212
219	Sephora	634.040.497,25	N.I.	30
236	Farmácia Permanente	546.876.677,18	N.I.	131
247	Drogaria Santa Marta	514.052.311,70	N.I.	89
291	Farma Ponte	345.402.211,39	N.I.	114

Fonte: Elaborado pela autora com base na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (2022).

Considerando a contextualização da literatura exposta, fica explícito a importância de avaliar o comportamento de uma varejista como a Raia Drogasil em um cenário de alta demanda por produtos farmacêuticos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho consiste em um estudo de caso para verificação do impacto da pandemia nas demonstrações financeiras da Raia Drogasil S/A, empresa varejista do setor farmacêutico de capital aberto registrada na B3.

Trata-se de um estudo de caso da empresa Raia Drogasil S/A, que é líder no ranking de maior varejista farmacêutica do Brasil. Consiste em ser uma pesquisa descrita que é um estudo pretende descrever as características dos fatos, de determinada população ou fenômeno de determinada realidade então, o estabelecimento de relações entre variáveis (TRIVIÑOS, 2017; Gil, 2022). A mesma ancora-se na abordagem mista quali-quantitativa, contato com apoio da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Para Gil (2022), a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de um levantamento de todos as produções escritas, este estudo desenvolvida a partir dos estudos de Miranda (2021), Correia (2022), Salles (2021), Silva e Moreira (2022), Pessoa *et al.*, (2022), Caldas *et al.*, (2021), Braga (2021) e outros autores. E a documental é aquela onde são utilizados materiais que ainda não foram tratados de forma profunda, no caso do presente estudo serão analisados os relatos contábeis Raia Drogasil S/A de 2018 a 2022.

Essa análise dos resultados é feita em dois lapsos temporais diferentes: (I) o Período Pré-Pandemia, que compreende a análise das demonstrações financeiras das ações da Raia Drogasil S/A de 2018 a 2019; (II) e o Período Pandêmico, que compreende a análise das demonstrações financeiras durante os anos de 2020 até o primeiro semestre de 2022.

A análise das demonstrações financeiras se utiliza de indicadores de rentabilidade, liquidez e endividamento, bem como análise vertical e horizontal da Demonstração de Resultado e Balanço Patrimonial, coletados do site de relação com investidores da empresa, tendo como base as pesquisas de Miranda (2021), Correia (2022) e especialmente a de Guedes (2021).

Considerando as informações supramencionadas, este trabalho se classifica como descritivo quanti-quantitativo, por relacionar dados e valores entre diferentes períodos em sua análise, os quais foram transcritos em tabelas, bem como anexados ao corpo deste texto.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Nos tópicos a seguir, são caracterizados a empresa Raia Drogasil S/A; assim como a análise os resultados do Período Pré-Pandemia, que compreende a análise das demonstrações financeiras e desempenho acionário das ações da Raia Drogasil S/A de 2018 a 2019 e do período Pandêmico, que compreende a análise das demonstrações e desempenho acionário durante os anos de 2020 até o primeiro semestre de 2022 da empresa Raia Drogasil S/A.

4.1 Raia Drogasil S.A: caracterização e perfil da empresa

A Raia Drogasil S.A é uma entidade empresarial, resultado de uma fusão realizada em 2011 de duas grandes empresas no ramo farmacêutico a Droga Raia e Drogasil (COSTA, 2019).

A Pharmacia Raia foi fundada em 3 de agosto de 1905, na cidade de Araraquara, no interior de São Paulo. Desde a inauguração da segunda loja em 1931, a empresa foi crescendo e alcançando outras cidades e estados do Brasil chegando ao marco de 80 lojas em 1992. A partir dos anos 2000 se desenvolveu, modernizou e pelo centenário da Droga Raia. Por sua vez a Drogasil começou sua história em março de 1935 após a fusão das farmácias paulistas Drogaria Bráulio e Drogaria Brasil. Dois anos depois, adotou o conceito de rede ao se juntar a outras drogarias, e em 2011, se fundiu com a Droga Raia, nascendo assim a RD – Gente, Saúde e Bem-Estar. Juntas, são a maior rede de farmácias em número de lojas e de faturamento do Brasil, totalizando mais de 2100 lojas presentes em 23 estados brasileiros, sendo assim, a maior rede de farmácias do Brasil. RD – GENTE, SAÚDE E BEM-ESTAR, 2023). <https://rd.com.br/nossas-marcas/lojas/>

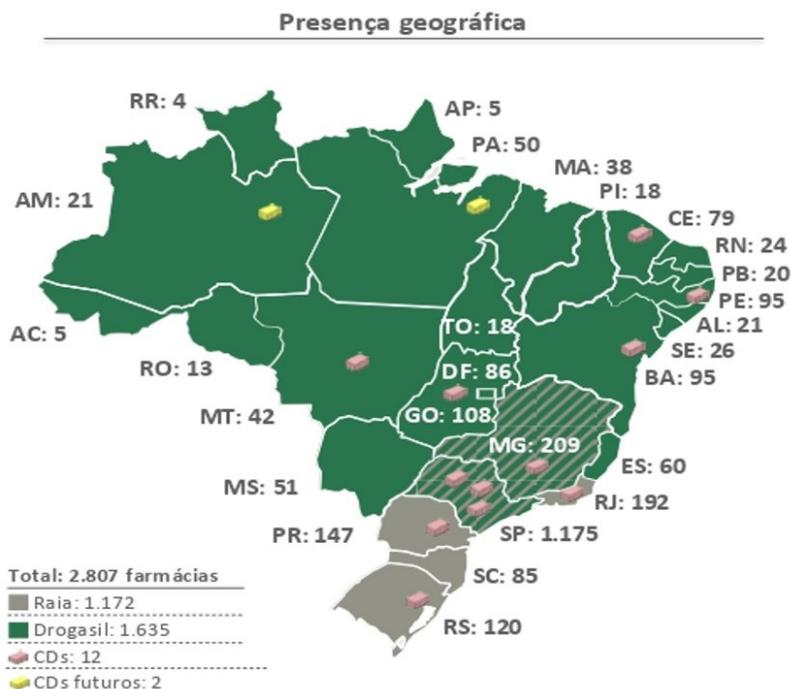
Em 2010, a empresa abriu capital na Bolsa de Valores de São Paulo, no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sendo suas ações ordinárias negociadas sob o código RADL3. (RD – GENTE, SAÚDE E BEM-ESTAR, 2022). De acordo com os estudos de Miranda (2021), a Raia Drogasil possui estrutura de logística descentralizada e escalável formada por onze centros de distribuição, localizados em oito estados, para atender às diferentes demandas dos consumidores na compra de medicamentos e de produtos de higiene e beleza, ela conta com uma estrutura de vendas multicanal, permitindo aos clientes de cada marca realizar suas compras nas lojas, na internet, por telefone ou por meio de aplicativos. E mesmo frente a crise provocada pela COVID-19, a empresa manteve a competitividade e em crescimento.

Atualmente é uma empresa que lidera o varejo farmacêutico brasileiro, estando presente em todos os estados da federação, totalizando um total de

2.500 farmácias e com um faturamento bruto registrado em 2021 no valor de R\$ 25,6 bilhões. (RD – GENTE, SAÚDE E BEM-ESTAR, 2023).

Em 2023 a como a Raia Drogasil expandiu sua rede de farmácias, tanto geograficamente quanto demograficamente. Das 263 aberturas brutas efetivadas nos últimos doze meses, 75% ocorreram fora do estado de SP, nosso mercado nativo. Evidencia-se sua presença para 554 cidades, 42 a mais do que no 2T22, uma capilaridade única no varejo brasileiro. Inclusive, dentre as 319 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, conforme o censo atualizado do IBGE, já possuía farmácias operando ou em processo de inauguração em 306 delas. Por fim, 84% as aberturas nos últimos doze meses possuem formato popular ou híbrido, perfis que hoje representam 61% da REDE (CENTRALDERESULTADOSRAIADROGASIL S.A, 2023).

Figura 1- Presença geográfica da Raia Drogasil S/A no Brasil



Fonte: Central de Resultados Raia Drogasil S.A, 2023.

Dessa forma a empresa está presente em todos os estados do País e possuímos uma rede de 12 Centros de Distribuição que abastecem nossas farmácias, sendo 90% delas com frequência diária. Além do CD de Cuiabá, que inauguramos no 1T23, estamos em processo de abertura de dois CDs adicionais, localizados no Amazonas e no Pará, que fortalecerão a nossa logística na região

Norte, fronteira mais recente da nossa expansão. Ganhamos Market Share em todas as regiões no trimestre. Nossa participação nacional foi de 15,1%, um incremento anual de 0,7 pp. Registramos participações de mercado de 26,8% em São Paulo, um crescimento de 0,9 pp, de 10,5% no Sudeste, com incremento de 0,4 pp, e de 18,4% no Centro-Oeste, com ganho de 0,8 pp. Também registramos participações de 10,0% no Sul, um avanço de 0,7 pp, e de 10,4% no Nordeste, um incremento de 0,5 pp e de 8,3% no Norte, um ganho de 1,7 pp.(CENTRALDERESULTADOSRAIADROGASIL S.A, 2023).

4.2. As demonstrações financeiras e desempenho acionário das ações da Raia Drogasil S/A de 2018 a 2022

Para análise do desempenho ou demonstrações econômico-financeiros da empresa Raia Drogasil S/A, foram utilizados os índices de liquidez corrente (LC), liquidez seca (LS), liquidez imediata (LI), liquidez geral(LG), Demonstrativo de Resultados (DRE), Balanço e Fluxo de Caixa, analisando-os esses indicadores e suas variações durante os anos estudados para um diagnóstico mais preciso da empresa.

A análise desses dados da empresa, permitiram conhecer o impacto da pandemia nas demonstrações financeiras da Raia Drogasil S/A, empresa varejista do setor farmacêutico de capital aberto registrada na B3 entre 2018-2022, além de conhecer os pontos fortes e fracos da instituição, identificando as tendências que poderão contribuir para a tomada de decisão futuras na empresa.

Inicialmente apresentamos a índice de liquidez entre os períodos de 2018 a 2022 da Raia Drogasil S/A (2018-2022), conforme indica a tabela 2.

Tabela 2 - Índices de liquidez conforme os períodos de 2018 a 2022

Índices	2022	2021	2020	2019	2018
Liquidez Corrente	1,5041	1,3091	1,4622	1,4622	1,5548
Liquidez Seca	0,5420	0,4412	0,5822	0,4670	0,4951
Liquidez Imediata	0,7689	0,6458	0,8409	0,6713	0,7216
Liquidez Geral	0,8375	0,7914	0,8025	1,5072	1,5308

Fonte: RADL3 - RAIADROGASIL ON: cotação e indicadores (statusinvest.com.br)

Antes de analisar os dados contidos na tabela 2, é importante ressaltarmos que os índices de liquidez corrente que é calculado a partir da divisão do Ativo Circulante (dinheiro em caixa, saldo bancário, aplicações, estoque) pelo Passivo Circulante (dívidas, impostos, empréstimos, financiamentos, etc.). Esse índice aponta a capacidade de pagamento de uma empresa em curto prazo. E “[...] identificam a situação financeira da empresa, mensurando sua capacidade de

assumir com suas obrigações e solidez” (CORREA, 2022, p. 24). Se o resultado da divisão for maior que 1, a empresa demonstra ter lastro para cumprir suas obrigações; igual a 1, aponta uma equivalência de capacidade; e menor que 1 indica uma incapacidade da instituição em quitar seus compromissos.

Segundo Miranda (2021) este índice demonstra o quanto a empresa possui de recursos disponíveis a curto prazo para quitar suas obrigações com terceiros, quanto maior a liquidez corrente mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.

Já a liquidez seca (LS) que avalia se uma companhia consegue pagar suas obrigações no curto prazo, mas sem considerar o estoque. O índice mostra o quanto um negócio pode viver mesmo que mantenha o estoque cheio.

Quanto à liquidez imediata (LI), o índice sinaliza a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo, mostrando se a empresa tem recursos suficientes para cumprir suas obrigações como pagamentos de salários, fornecedores e impostos em curto prazo. Seu objetivo é indicar o quanto uma empresa está preparada para honrar com os seus deveres, sem precisar de nenhum centavo extra de fontes externas. Além disso, uma reserva de liquidez imediata permite à empresa reagir rapidamente a mudanças no mercado ou aproveitar oportunidades de negócios. E no que concerne a liquidez geral (LG) está é um indicador financeiro utilizado para medir a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de curto e longo prazo.

Os resultados da tabela 02 demonstra que em 2018 a Raia Drogasil apresentava um índice de LC de 1,5548 demonstrando uma boa capacidade de pagamento de dívidas a curto prazo, nos anos de 2019, 2020 e 2021 sofreu uma redução chegando ao mínimo 1,3091 em 2021. A Raia Drogasil teve uma liquidez corrente inferior entre os anos 2019 a 2021, o que reflete o impacto de pandemia de Covid-19 no setor farmacêutico de saúde varejista, porém em 2022 a empresa vem se recuperando com liquidez corrente de 1,5041, entretanto ainda inferior a 2018.

Demonstram também que em 2018 a empresa tinha LS de 0,4951 e portanto tinha mais compromissos de curto prazo do que recursos suficientes para arcar com eles, em 2019 a uma redução com índice de 0,4670, em 2020 a um aumento no índice para 0,5822, 2021 a Raia Drogasil S/A sofre uma redução novamente no índice para 0,4412 e 2022 volta a subir novamente com liquidez seca de 0,5420.

Os estudos de Correia (2022) já apontou que em 2021 o índice de Liquidez Seca da Raia Drogasil cai para 40% da capacidade em curto prazo de pagamento de dívidas, também a curto prazo, com a utilização das contas do estoque.

Em 2018 Drogasil S/A possui LI de 0,7216, em 2019 o índice reduziu para 0,6713, em 2020 aumentou para 0,8409, 2021 sofreu uma queda para 0,6458 e

2022 voltou a subir com índice de 0,7689. Essas variações nos índices revelam que a empresa não possui liquidez imediata para pagar dívidas em curto prazo.

Quanto a liquidez imediata em 2018 a Raia Drogasil S/A possuía LG de 1,5308, ou seja, a empresa estava apta a cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo. Entretanto dos anos de 2019 a 2021 durante seus índices diminuíram chegando a 0,7914 em 2021, o que releva que no cenário pandêmico a empresa não possui capital suficiente nem, por consequência, capacidade de cumprir com suas obrigações. Em 2022 o índice de liquidez geral voltou a aumentar, embora ainda não tenha atingido a classificação onde as dívidas e o capital da empresa são equivalentes.

Nesse sentido, percebe-se que em 2022 a Raia Drogasil apresentou capacidade positiva de quitar suas dívidas no curto e longo prazo, apresentando sua Liquidez Geral acima de 1 em apenas em 2018 e 2019, indicando uma média de sobra do capital disponível para pagamento.

Prosseguindo analisamos o Demonstrativo de Resultados (DRE), é o resumo das operações financeiras ou a melhor forma para se enxergar a saúde financeira de uma empresa. É por meio dele que se mostra se o seu negócio é bom e se ele está indo bem, haja vista que o DRE faz um levantamento de despesas e receitas e está bastante ligada ao dia a dia da organização. A Tabela 4 exibe índice do Demonstrativo de Resultados da Raia Drogasil S/A no período estudado.

Tabela 3- Índice do Demonstrativo de Resultados da Raia Drogasil S/A (2018-2022)

	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%	2020	AH%	AV%	2019	AH%	AV%	2018	AV%
DRE - Consolidado (R\$ mil)														
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	29.067.380	20,48%	100,00%	24.127.002	20,23%	100,00%	20.066.840	14,24%	100,00%	17.565.600	18,67%	100,00%	14.801.445	100,00%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.257.912	19,72%	-69,69%	-16.920.834	19,37%	-70,13%	-14.175.708	14,62%	-70,64%	-12.367.239	19,42%	-70,41%	-10.355.923	-69,97%
Resultado Bruto	8.809.468	22,25%	30,31%	7.206.168	22,32%	29,87%	5.891.132	13,33%	29,36%	5.198.361	16,93%	29,59%	4.445.522	30,03%
Despesas/Receitas Operacionais	-6.970.144	19,36%	-23,98%	-5.839.696	17,38%	-24,20%	-4.975.148	21,94%	-24,79%	-4.079.892	9,56%	-23,23%	-3.724.012	-25,16%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.839.324	34,60%	6,33%	1.366.472	49,18%	5,66%	915.984	-18,10%	4,56%	1.118.469	55,02%	6,37%	721.510	4,87%
Resultado Financeiro	-646.115	70,38%	-2,22%	-379.210	26,57%	-1,57%	-299.616	-10,38%	-1,49%	-334.301	304,46%	-1,90%	-82.654	-0,56%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.193.209	20,86%	4,10%	987.262	60,17%	4,09%	616.368	-21,40%	3,07%	784.168	22,75%	4,46%	638.856	4,32%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-178.241	-20,12%	-0,61%	-223.129	84,66%	-0,92%	-120.835	-2745,83%	-0,60%	4.567	-103,53%	0,03%	-129.543	-0,88%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.014.968			764.133			495.533			788.735			509.313	
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.014.968	32,83%	3,49%	764.133	54,20%	3,17%	495.533	-37,17%	2,47%	788.735	54,86%	4,49%	509.313	3,44%

Fonte: RADL3 - RAIA DROGASIL ON: cotação e indicadores (statusinvest.com.br)

Para a análise dos dados utilizamos a análise vertical (AV) e horizontal (A) que são duas maneiras de avaliar os balanços financeiros de empresas, com objetivos diferentes, porém muito utilizadas por investidores, gestores, analistas, sócios e empreendedores. A AH permite que investidores e analistas vejam o que vem impulsionando o desempenho financeiro de uma empresa ao longo de vários anos e identifiquem tendências e padrões de crescimento e através da AH se compara os números da empresa de períodos diferentes. AV também é conhecida como análise de estrutura. Ela é uma técnica de análise financeira que consiste em comparar as diferentes contas ou elementos de uma demonstração financeira (como o balanço patrimonial ou a demonstração de resultados) em relação a uma base comum, geralmente a receita total ou o ativo total.

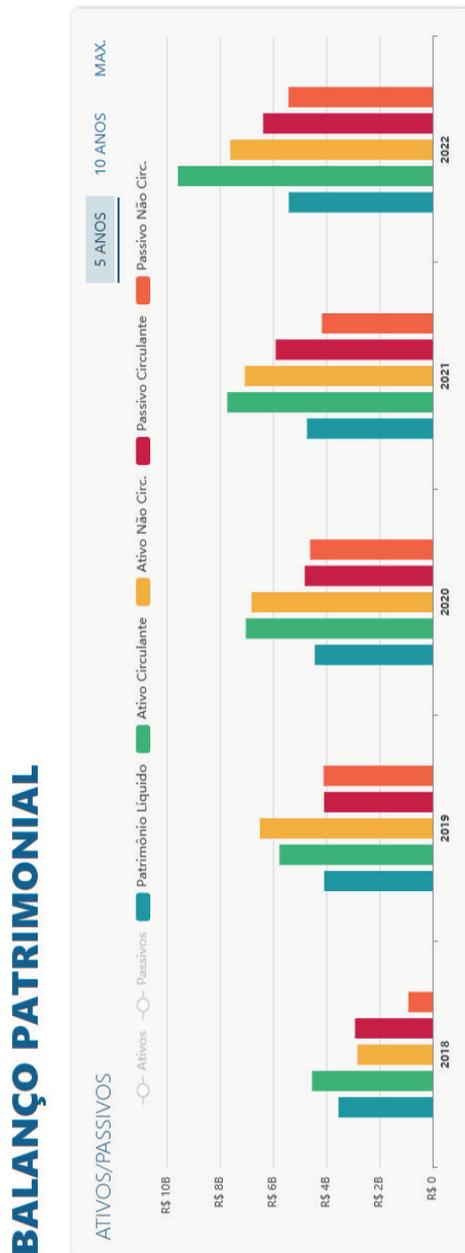
Comparando os resultados entre 2018 a 2022, a AH mostra que o ano de 2020 teve o menor crescimento das receitas, comparado aos demais anos analisados, com crescimento de 14,24% em relação ao ano de 2019, enquanto os anos de 2021 e 2022 tiveram um aumento de 20,23% e 20,48% respectivamente.

Em 2020 os custos aumentaram proporcionalmente em relação às receitas. O que chama atenção é que o lucro de 2020 diminuiu 37,17% em relação a 2019, voltando a crescer em 2021 com um aumento de 54,20%, comparado a 2019, ano que iniciou a pandemia. E em 2022 o lucro aumentou 32,83% comparado a 2021.

Analisando os resultados pela AV, o lucro em 2020 foi de 2,47%, o menor percentual em comparação aos outros anos. Esse resultado significa a porcentagem do lucro/resultado líquido dentro da receita de vendas.

No que concerne ao Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro e o Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (CSSL), os dados apontam que em 2020 a empresa teve um aumento de 2745,83% em relação ao ano de 2019. Sendo que a despesa/receitas operacionais em 2020 também tiveram um aumento, de 21,94%, diferente da receita de vendas que teve um percentual menor queano anterior, um dos motivos pode ser o fato de que o resultado líquido ter sido menor.

Trazemos também o Balanço Patrimonial ativo e passivo da Raia Drogasil S/A entre os anos de 2018 a 2022, pois este se configura como um tipo de check-up de todos os itens e de ativos e passivos da empresa, como exhibe a figura 2.

Figura 2- Visão geral do Balanço patrimonial passivo e ativo da Raia Drogasil S/A (2018-2022)

Fonte: <https://statusinvest.com.br/acoes/radl3>

Para uma melhor compreensão exibimos os resultados do balanço de forma detalhada nas tabelas 5 e 6, analisadas vertical e horizontalmente.

Tabela 4 - Balanço Patrimonial - Ativo - Consolidado (R\$ mil) da Raia Drogasil S/A (2018-2022)

Ativo	2022	AH %	AV %	2021	AH %	AV %	2020	AH %	AV %	2019	AH %	AV %	2018	AV %
Ativo Total	17.185.306	16,31%	100,00%	14.775.506	6,85%	100,00%	13.828.088	12,90%	100,00%	12.248.255	66,60%	100,00%	7.352.005	100,00%
Ativo Circulante Caixa e Equivalentes de Caixa	9.577.068	24,07%	55,73%	7.718.924	9,95%	52,24%	7.020.490	21,97%	50,77%	5.756.046	27,07%	46,99%	4.529.825	61,61%
Contas a Receber	433.541	21,74%	2,52%	356.118	-59,55%	2,41%	880.357	194,21%	6,37%	299.226	23,87%	2,44%	241.568	3,29%
Estoques	2.562.521	28,07%	14,91%	2.000.871	10,15%	13,54%	1.816.456	26,72%	13,14%	1.433.446	31,00%	11,70%	1.094.236	14,88%
Tributos a Recuperar	6.126.056	19,70%	35,65%	5.117.799	21,12%	34,64%	4.225.408	9,71%	30,56%	3.851.388	24,75%	31,44%	3.087.275	41,99%
Despesas Antecipadas	393.336	100,91%	2,29%	195.777	218,18%	1,33%	61.531	-57,74%	0,44%	145.617	71,61%	1,19%	84.852	1,15%
Ativo Não Circulante	61.614	27,41%	0,36%	48.359	31,63%	0,33%	36.738	39,32%	0,27%	26.369	20,44%	0,22%	21.894	0,30%
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.608.238	7,82%	44,27%	7.056.582	3,66%	47,76%	6.807.598	4,86%	49,23%	6.492.209	130,04%	53,01%	2.822.180	38,39%
Investimentos	290.791	21,21%	1,69%	239.914	-54,34%	1,62%	525.424	21,48%	3,80%	432.508	493,84%	3,53%	72.832	0,99%
Imobilizado	4.479	439,64%	0,03%	830	0,00%	0,01%	0	0,00%	-	0	0,00%	-	0	-
Intangível	5.574.857	4,60%	32,44%	5.329.587	6,16%	36,07%	5.020.465	4,28%	36,31%	4.814.260	211,21%	39,31%	1.546.960	21,04%
	1.738.111	16,95%	10,11%	1.486.251	17,80%	10,06%	1.261.709	1,31%	9,12%	1.245.441	3,58%	10,17%	1.202.388	16,35%

Fonte: Central de Resultados Raia Drogasil S.A, 2023.

Os resultados da análise vertical indicam que em 2019 o ativo circulante teve um aumento de 130,04%, comparado ao ano anterior, o que explica esse aumento, foi a conta imobilizado e o ativo realizável em longo prazo que tiveram uma margem de crescimento muito alta, comparado aos outros anos em análise.

Em 2020 o caixa e equivalente de caixa foi o ano que teve maior saldo entre todos analisados, com uma margem de 194,21% maior que o ano anterior, e no ano seguinte 2021.

Através da análise horizontal pode se observar que em 2021 o ativo teve menor porcentagem de crescimento em relação ao ano anterior e comparando com os demais anos, tendo 6,85% de aumento apenas.

Em 2022 a conta investimentos teve um crescimento de 439,64% comparado ao ano de 2021 (ano anterior). Enquanto nos outros anos não tinha saldo na conta investimentos, começou a ter saldo a partir de 2021. E a conta tributos a recuperar teve crescimento oscilado entre os anos em análise, tendo um aumento de 71,61% em 2019, diminuindo para -51,74% em 2020, aumentando 218,18% em 2021 e 100,91% em 2022, todos comparados ao seu ano anterior como base de comparação.

Tabela 5- Balanço Patrimonial – Passivo - Consolidado (R\$ mil) da Raia Drogasil S/A (2018-2022)

Passivo	2022	AH %	AV %	2021	AH %	AV %	2020	AH %	AV %	2019	AH %	AV %	2018	AV %
Passivo Total	17.185.306	16,31%	100,00%	14.775.506	6,85%	100,00%	13.828.088	12,90%	100,00%	12.248.255	66,60%	100,00%	7.352.005	100,00%
Passivo Circulante	6.367.168	7,99%	37,05%	5.896.193	22,80%	39,91%	4.801.303	17,72%	34,72%	4.078.485	39,99%	33,30%	2.913.445	39,63%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	561.624	33,61%	3,27%	420.356	35,97%	2,84%	309.160	4,21%	2,24%	296.674	24,89%	2,42%	237.541	3,23%
Fornecedores	4.258.917	16,47%	24,78%	3.656.607	17,69%	24,75%	3.106.938	17,10%	22,47%	2.653.236	23,91%	21,66%	2.141.274	29,13%
Obrigações Fiscais	213.298	37,81%	1,24%	154.773	11,61%	1,05%	138.671	35,06%	1,00%	102.671	10,44%	0,84%	92.964	1,26%
Empréstimos e Financiamentos	186.356	-69,64%	1,08%	613.831	15,55%	4,15%	531.204	132,31%	3,84%	228.661	-16,22%	1,87%	272.939	3,71%
Outras Obrigações	997.575	5,89%	5,80%	942.073	45,85%	6,38%	645.907	-12,71%	4,67%	739.928	413,15%	6,04%	144.193	1,96%
Provisões	149.398	37,63%	0,87%	108.553	56,36%	0,73%	69.423	21,13%	0,50%	57.315	133,61%	0,47%	24.534	0,33%
Passivo Não Circulante	5.415.197	30,16%	31,51%	4.160.511	-9,58%	28,16%	4.601.164	12,41%	33,27%	4.093.351	352,91%	33,42%	903.793	12,29%
Empréstimos e Financiamentos	2.131.548	139,13%	12,40%	891.391	-20,57%	6,03%	1.122.250	25,00%	8,12%	897.815	57,45%	7,33%	570.211	7,76%
Outras Obrigações	3.209.221	2,64%	18,67%	3.126.569	-6,08%	21,16%	3.329.086	10,81%	24,07%	3.004.436	6299,50%	24,53%	46.948	0,64%
Tributos Diferidos	17.660	-80,16%	0,10%	89.011	19,59%	0,60%	74.428	-39,97%	0,54%	123.986	-47,85%	1,01%	237.757	3,23%
Provisões	56.768	6,03%	0,33%	53.540	-28,99%	0,36%	75.400	12,35%	0,55%	67.114	37,31%	0,55%	48.877	0,66%
Patrimônio Líquido Consolidado	5.402.941	14,50%	31,44%	4.718.802	6,62%	31,94%	4.425.621	8,57%	32,00%	4.076.419	15,32%	33,28%	3.534.767	48,08%
Capital Social Realizado	2.500.000	0,00%	14,55%	2.500.000	0,00%	16,92%	2.500.000	0,00%	18,08%	2.500.000	38,23%	20,41%	1.808.639	24,60%
Reservas de Capital	112.762	25,41%	0,66%	89.914	-39,26%	0,61%	148.029	14,07%	1,07%	129.768	11,52%	1,06%	116.363	1,58%
Reservas de Lucros	2.716.769	31,06%	15,81%	2.072.984	19,57%	14,03%	1.733.650	22,64%	12,54%	1.413.627	-11,26%	11,54%	1.593.063	21,67%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.331	-23,31%	0,07%	14.775	-179,64%	0,10%	-18.553	0,93%	-0,13%	-18.382	0,96%	-0,15%	-18.208	-0,25%
Participação dos Acionistas Não Controladores	62.079	50,94%	0,36%	41.129	-34,19%	0,28%	62.495	21,57%	0,45%	51.406	47,25%	0,42%	34.910	0,47%

Fonte: Central de Resultados Raia Drogasil S.A, 2023.

Os dados da tabela 5 revelam que os negócios da Raia Drogasil de forma geral tiveram um aumento de empréstimo e diminuição do lucro e com a Raia não foi diferente. Dessa forma, todos os balanços foram afetados, mas o questionamento central é a intensidade que a pandemia lesou os balanços.

O patrimônio líquido manteve um peso semelhante em relação ao passivo total durante os anos em análise, sendo a menor porcentagem de 31,44% em 2022 e a maior de 33,28% em 2019. Em 2020 o ano do pico da pandemia, pode observar um aumento de 132,31% na conta empréstimos e financiamentos a curto prazo e 25% no longo prazo, tendo os dois um peso de 11,96% em relação ao passivo total

O passivo circulante teve uma redução em 2021, ano pós/durante pandemia, de -9,58%, devido a redução na conta empréstimos, outras obrigações e provisões, todas influenciaram na margem mais baixa na comparação ao ano anterior.

Em 2021 a conta empréstimos e financiamentos manteve um crescimento, porém de 15% em relação ao ano anterior, e ao longo prazo teve uma redução de -20,57%, assim tendo só 10,18% de empréstimos/financiamentos em relação ao passivo total. E a reserva de capital teve uma reduzida com margem negativa no ano de 2021, onde no ano anterior o percentual dentro do passivo total era 1,07%, baixou para 0,61% de reserva de capital dentro do passivo total

Analisamos ainda o demonstrativo do fluxo de caixa (DFC) que é essencial em uma empresa, pois é através dele que se conhece o movimento de entradas e saídas de dinheiro da sua empresa; ou seja, é por meio deste que se tem o controle e a visão da realidade financeira da mesma, a partir das atividades operacionais, (FCO) que informa quanto dinheiro a empresa gerou a partir de seu negócio principal, ao contrário de atividades periféricas como os investimentos ou empréstimos; o fluxo de caixa de investimento (FCI) que é a quantidade de dinheiro que as organizações gastam com investimentos, imobilizados ou intangíveis, ou seja, é um número negativo, mas pode ser positivo, quando a empresa vende algum ativo ou resgata aplicações financeiras, cuja principal utilidade é utilizá-lo para o cálculo do Fluxo de Caixa Líquido (FCL) de uma companhia e; o fluxo de caixa das atividades de financiamento (FCF) inclui quaisquer atividades que envolvem proprietários (donos do capital próprio) ou credores (donos do capital de terceiros) da empresa, dessa forma as atividades de financiamento são os recursos obtidos do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. Devem ser incluídos aqui também os empréstimos e financiamentos de curto prazo. A tabela 6 exibe o fluxo de caixa da Raia Drogasil S/A entre 2018 a 2022.

Tabela 6- Demonstrativo do Fluxo de caixa consolidado da Raia Drogasil S/A (2018-2022)

Descrição	2022	AV %	2021	AV %	2020	AV %	2019	AV %	2018	AV %
Caixa Líquido	1.682.255	108,05%	1.556.935	105,40%	1.477.238	100,00%	749.111	100,00%	682.866	100,00%
Atividades Operacionais										
Caixa Líquido	-1.229.582	138,79%	-885.950	131,62%	-673.097	-45,56%	-2.740	-0,37%	-702.968	-102,94%
Atividades de Investimento										
Caixa Líquido	-375.250	31,40%	-1.195.224	535,95%	-223.010	-15,10%	-688.713	-91,94%	-3.203	-0,47%
Atividades de Financiamento										
Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0,00%	0	0,00%	0	-	0	-	0	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77.423	-14,77%	-524.239	-90,21%	581.131	39,34%	57.658	7,70%	-23.305	-3,41%

Fonte: RADL3 - RAIA DROGASIL ON: cotação e indicadores (statusinvest.com.br)

Aplicada a análise vertical, é possível visualizar o DFC consolidado. Observamos quem relação ao FCO que nos anos de 2018 e 2022, houve somente geração de caixa positivo, sendo que 2018 teve o percentual do FCO mais baixo, 2022 tem o percentual mais auto, e durante o período pandêmico a empresa teve caixa positivo de forma gradual. Quanto aoFCI, percebemos que em 2019 e 2020, a empresa Raia Drogasil fez poucos investimentos em relação ao demais anos, isso pode ser explicado pela instabilidade no setor financeiro provocado pela pandemia de Covid 19.

Para um maior entendimento analisando o fluxo de caixa pela análise horizontal conforme demonstra a tabela 7.

Tabela 7-Fluxo de caixa da Raia Drogasil S/A (R\$ Milhões) (2018-2022)

#	2022	AH %	2021	AH %	2020	AH %	2019	AH %	2018
Caixa Líquido Atividades Operacionais - (R\$)	1.682,26	8,05%	1.556,94	5,40%	1.477,24	97,20%	749,11	9,70%	682,87
Caixa Gerado nas Operações - (R\$)	3.421,60	25,11%	2.734,90	22,05%	2.240,83	23,17%	1.819,34	55,74%	1.168,17
Lucro Líquido - (R\$)	1.193,21	20,86%	987,26	60,17%	616,37	-21,40%	784,17	22,75%	638,86
Equivalência Patrimonial - (R\$)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização - (R\$)	1.515,54	14,20%	1.327,11	12,73%	1.177,28	13,09%	1.041,03	151,38%	414,13
Variações nos Ativos e Passivos - (R\$)	-934,67	106,61%	-452,39	53,85%	-294,05	-56,81%	-680,85	110,50%	-323,44
Caixa Líquido Atividades de Investimento - (R\$)	-1.229,58	38,79%	-885,95	31,62%	-673,10	24465,69%	-2,74	-99,61%	-702,97
Fluxo de Caixa Livre - (R\$)	452,67	-32,54%	670,99	-16,56%	804,14	7,74%	746,37	-3813,28%	-20,10
Caixa Líquido Atividades de Financiamento - (R\$)	-375,25	-68,60%	-1.195,22	435,95%	-223,01	-67,62%	-688,71	21422,19%	-3,20
Varição Cambial de Caixa e Equivalentes - (R\$)	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Aumento de Caixa e Equivalentes - (R\$)	77,42	-114,77%	-524,24	-190,21%	581,13	907,86%	57,66	-347,36%	-23,31
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes - (R\$)	356,12	-59,55%	880,36	194,21%	299,23	23,87%	241,57	-8,80%	264,87
Saldo Final de Caixa e Equivalentes - (R\$)	433,54	21,74%	356,12	-59,55%	880,36	194,21%	299,23	23,87%	241,57

Fonte: RADL3 - RAIA DROGASIL ON: cotação e indicadores (statusinvest.com.br)

A análise horizontal revela que no ano de 2019 houve um aumento de 21402,12% no FCF, saindo de -3,20 Milhões em 2018, para -688,71 Milhões em 2019. No FCI, teve uma queda de -99,61% em relação ao ano anterior, indo de 702,9 Milhões para 2,7 Milhões.

Em 2020 podemos observar que o caixa líquido das atividades operacionais teve um grande aumento, comparado ao ano anterior, com um crescimento de 97,20%. Quanto ao FCI em 2020 teve um crescimento percentual bem elevado comparando com o ano anterior, com um aumento de 670milhoes.

Em 2021 o aumento de caixa e equivalentes teve uma queda de 190,21% a menos comparado com o ano anterior, totalizando 673 milhões. E em 2022 registrou um fluxo de caixa livre negativo de R\$ 7,8 milhões e um consumo total de caixa de R\$ 652,7 milhões. Os recursos das operações totalizaram R\$ 1.805,1 milhões, equivalentes a 5,8% da receita bruta. Registramos um consumo de capital de giro de R\$ 792,3 milhões, gerando um fluxo de caixa operacional de R\$ 1.012,6 milhões que financiou quase todo o CAPEX de R\$ 1.020,6 milhões.

Por fim, trazemos alguns indicadores de desempenho da Raia Drogasil S/A (2018-2022).

Tabela 8– Indicadores da Raia Drogasil S/A (R\$ Milhões) (2018-2022)

INDICADORES DE RENTABILIDADE	2022	2021	2020	2019	2018
ROE	18,65%	16,07%	11,10%	19,19%	14,36%
ROA	5,80%	5,09%	3,50%	6,30%	6,83%
ROIC	21,51%	18,37%	13,08%	21,41%	13,52%
GIRO ATIVOS	169,00%	163,00%	145,00%	143,00%	201,00%
INDICADORES DE EFICIÊNCIA	2022	2021	2020	2019	2018
M. BRUTA Lucro Bruto / Receita líquida	30,31%	29,87%	29,36%	29,59%	30,03%
M. EBITDA EBITDA/ Receita Líquida	11,54%	11,16%	10,43%	12,29%	-%
M. EBIT EBIT / Receita líquida	6,33%	5,66%	4,56%	6,37%	4,87%
M. LÍQUIDA	3,43%	3,12%	2,41%	4,40%	3,39%
INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	2022	2021	2020	2019	2018
DÍV. LÍQUIDA/PL	0,35	0,25	0,18	0,21	0,17
DÍV. LÍQUIDA/EBITDA	0,56	0,43	0,37	0,38	-
DÍV. LÍQUIDA/EBIT	1,02	0,84	0,84	0,74	0,83
PL/ATIVOS	0,31	0,32	0,32	0,33	0,48
PASSIVOS/ATIVOS	0,69	0,68	0,68	0,67	0,52
LIQ. CORRENTE Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,5	1,31	1,46	1,41	1,55

Fonte: RADL3 - RAIÁ DROGASIL ON: cotação e indicadores (statusinvest.com.br)

A tabela exibe que o ROE que mede a capacidade de agregar valor de uma empresa a partir de seus próprios recursos e do dinheiro de investidores, ou seja, quando um ROE é alto, é possível interpretar que a empresa utiliza seus recursos de forma produtiva. Já quando é baixo, pode existir um sinal negativo sobre como a gestão lida com as decisões financeiras do negócio. No caso da empresa estudada o índice mais baixo foi 2020 no epicentro da pandemia de Covid 19 e o mais alto durante o ano de 2019, quando o mercado ainda não tinha sido atingido pela crise sanitária.

Quanto ao retorno sobre os ativos ou Return on Assets (ROA) que é um indicador de rentabilidade, que calcula a capacidade de uma empresa gerar lucro a partir dos seus ativos, além de indiretamente, indicar a eficiência dos seus gestores. De forma que quanto maior o ROA, mais a empresa está ganhando em seus ativos. Um baixo percentual, por sua vez, significa que os ativos da empresa não são geridos eficientemente.

Em 2018 a Raia Drogasil tinha o ROA de 6,83%, em 2019 já há uma queda para 6,30%, sendo que o índice mais baixo foi de 3,50% em 2020, e em 2021 e 2022 a empresa vem se recuperando.

O ROIC mede a rentabilidade de dinheiro que uma empresa é capaz de gerar em razão de todo capital investido, incluindo os aportes por meio de dívidas, assim quanto maior a métrica, melhores serão os resultados apresentados pela empresa. Em 2020 a empresa teve o índice menor índice em 2020 com 13,08% e o valor em 2022 com 21,51%.

No que diz respeito aos giros ativos que mede se como uma empresa está utilizando o seu ativo (bens, investimentos, estoque etc.) para produzir riqueza, através da venda de seus produtos e/ou serviços, ou seja, quanto maior for o indicador, mais eficiente será a utilização do ativo da empresa. Em 2019 a Raia Drogasil teve seu menor índice com percentual de 143% e seu maior foi em 2018 com percentual de 201%, o que demonstra o impacto da pandemia nesses indicadores de rentabilidade.

Quando se trata dos indicadores de eficiência, os resultados revelam que M. BRUTA Lucro Bruto/Receita líquida que Mede, objetivamente, o quanto a empresa ganha com a venda de seus produtos caso a margem bruta seja alta e cresça constantemente, há sinais de aumento nos lucros futuros. Porém, se a Margem Bruta for baixa, apenas seria comprovada a baixa capacidade de uso de investimentos pela companhia. A margem mais baixas foram em 2019 com 29,59%, 2020 com 29,36% e 2021 com 29,87%, e as mais altas 2018 e 2022 respectivamente 30,03% e 30,31%.

No que concerne a M. EBITDA EBITDA/ Receita Líquida que mede, objetivamente, o quanto a empresa ganha com a venda de seus produtos caso

a margem bruta seja alta e cresça constantemente, há sinais de aumento nos lucros futuros. Porém, se a Margem Bruta for baixa, apenas seria comprovada a baixa capacidade de uso de investimentos pela companhia. É o percentual da divisão entre o EBITDA e a receita líquida de uma companhia. Muito útil para se comparar a lucratividade operacional da empresa. A margem EBITDA representa os ganhos da companhia, baseados apenas em atividades operacionais. Esse indicador expõe, de forma relativa, a margem de lucro das empresas. Em 2019 a empresa estudada teve o mais alto percentual de lucratividade com 12,29%.

O M. EBIT EBIT / Receita líquida é útil para comparar a lucratividade operacional de empresas do mesmo segmento, além de contribuir para avaliar o crescimento da eficiência produtiva de um negócio ao longo do tempo. Quanto mais alta for a Margem EBIT de uma empresa, mais eficazes serão suas operações. Entretanto, caso a Margem EBIT revele resultados de baixa, pode indicar que a empresa está com a lucratividade em baixa. Em 2022 a Raia Drogasil teve o índice de lucratividade mais baixo com 4,56%

A M. LÍQUIDA releva que a porcentagem de lucro em relação às receitas de uma empresa. Em caso de margem negativa, é possível concluir que a empresa em questão possui prejuízo. No caso de uma margem alta, a indicação é de que a empresa possui uma boa vantagem competitiva, indicando que seus projetos devem estar dando resultados positivos e é vantajoso o investimento nela. Em 2020 a empresa teve a margem mais baixa com cerca de 2,41%.

Para finalizar os indicadores de endividamento relevam que o DÍV. LÍQUIDA/PL Indica quanto de dívida uma empresa está usando para financiar os seus ativos em relação ao patrimônio dos acionistas. Assim, quando menor for o índice, maior é o sinal de que a empresa é saudável financeiramente. Consequentemente, quanto maior o índice, mais alavancada a empresa está, representando um risco para quem decide investir em suas ações. Isso porque um resultado maior significa que a empresa captou muitas dívidas para conseguir se desenvolver no mercado. A empresa Raia Drogasil em 2018 já mostrava em índice baixo de 0,17 e, portanto não estava tão saudável financeiramente, seu maior índice do período estudado é 2022 com 0,35.

A DÍV. LÍQUIDA/EBITDA Indica quanto tempo seria necessário para pagar a dívida líquida da empresa considerando o EBITDA atual. Indica também o grau de endividamento da companhia. O resultado é considerado alto quando está entre 4x e 5x, sendo um sinal negativo para o investidor e para a própria empresa. Isso significa que a empresa possui menos capacidade para cumprir com suas obrigações financeiras. Já um índice entre 1x a 2x, por sua vez, é considerado mais saudável financeiramente pelo mercado, indicando uma boa gestão financeira da empresa. Os resultados indicam que no ano de 2022 a

empresa Raia Drogasil possui o maior índice de 1,02 endividamento em relação aos demais anos estudados, sendo seu menor índice em 2019 com 0,74.

Quanto ao PL/ATIVOS que trata do patrimônio de uma empresa cujo resultado da subtração dos ativos com os passivos. O PL/ATIVOS em 2018 foi de 0,48, em 2019 foi 0,33, em 2020 e 2021 foi 0,32 e 2022 foi de 0,31 o que demonstra que nos anos analisados a empresa quase não conseguiu financiar todos os seus ativos com patrimônio.

Por sua vez os índices de PASSIVOS/ATIVOS, que tratam-se do Cálculo para saber a relação entre os ativos (circulante e não circulante) e os passivos de uma empresa, revelam que em 2018 a empresa possui o percentual de 0,52, em 2019 0,67, em 2020 0,68, em 2021 0,68 e em 2022 0,69, o que demonstra os índices estiveram abaixo de 1, por isso é possível concluir que grande parte da empresa é financiada pelo seu patrimônio líquido.

Para finalizar os índices da LIQ. CORRENTE Ativo Circulante / Passivo Circulante exibe em 2018 o índice era de 1,55, em 2019 era de 1,41, em 2020 era de 1,46, em 2021 1,31 e 2022 era de 1,5, sendo os índices maiores que 1, o que significa que a Raia Drogasil possui uma capacidade de pagamento relativamente boa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou verificar o impacto da pandemia nas demonstrações financeiras da Raia Drogasil S/A (2018-2022), empresa varejista do setor farmacêutico de capital aberto registrada na B3.

Foram analisados os relatórios de demonstrações e relatórios financeiros da Raia Drogasil nos anos de 2018 a 2022 disponibilizado em seu respectivo sites institucional, e assim foi possível verificar e conhecer os índices econômico-financeiros da empresa e os efeitos da pandemia de Covid-19 na Raia Drogasil.

Os resultados indicam que o desempenho da Raia Drogasil foi afetado negativamente durante a pandemia, principalmente no ano de 2020 quando a pandemia estava no seu epicentro. Mas mesmo com uma queda nos resultados em comparação aos anos anteriores, ainda assim teve resultados positivos em relação a situação pandêmica que estava vivendo.

A Raia Drogasil enfrentou os desafios da pandemia de forma positiva, sempre com foco em inovação e adaptação aos novos padrões de consumo. Caso ocorra uma nova onda de COVID-19, a empresa poderá sofrer uma redução dos lucros, mas está bem posicionada para manter sua liderança no setor.

Apesar dos desafios a Raia Drogasil está alcançando avanços notáveis, especialmente na transformação digital, e a empresa continua sendo líder de mercado no setor farmacêutico.

Conclui-se que apesar dos impactos sofridos pela empresa, a mesmo vem se recuperando bem período pós-pandemia. Esperamos que este estudo possa subsidiar outras pesquisas sobre o impacto da pandemia de Covid 19 no mercado farmacêutico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRAFARMA. Abrafarma: **Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias**, 2022. Notícias. Disponível em: < <https://www.abrafarma.com.br/noticias>>. Acesso em: 08/09/2022.

ARMIEN, Blas et al. *Clinical characteristics and national economic cost of the 2005 dengue epidemic in Panama*. **The American journal of tropical medicine and hygiene**, v. 79, n. 3, p. 364-371, 2008.

BRAGA, Robson. O EFEITO DAS NOTÍCIAS NEGATIVAS SOBRE O COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES: UM ESTUDO EM TEMPOS DE COVID-19. **21º USP International Conference in Accounting**, 2021.

BRASIL. Ministério da economia. **Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade – SEPEC**. Portaria nº 20.809 de 14 de setembro de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a doença. [S. l.], 2020. Disponível em: . Acesso em: 6 mar. 2022.

BARRO, Robert J.; URSÚA, José F.; WENG, Joanna. *The coronavirus and the great influenza pandemic: Lessons from the “spanish flu” for the coronavirus’ potential effect on mortality and economic activity*. **National Bureau of Economic Research**, 2020.

CALDAS, Antônio Vinicius Silva, SILVA, Emerson de Sousa, SILVA JÚNIOR, Antônio Francisco de Almeida da, & CRUZ, Ulysses de Brito. Os efeitos da Covid-19 sobre os desempenhos das ações dos setores da B3. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, 19(2), 15-28, 2021.

CAVALCANTE, João Roberto et al. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.29, 2020.

CASONATO, Poatã. Como a Indústria Farmacêutica cresce com a pandemia. Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade – ICQT, 2020. Disponível em: <<https://ictq.com.br/opiniao/1390-como-a-industria-farmacutica-cresce-com-a-pandemia>>. Acesso em: 08/09/2022.

CENTRAL DE RESULTADOS RAI ADROGASIL S.A, 2023. Histórico de resultado 2t23 file:///C:/Users/COMPAQ/Downloads/RD_230808_EarningsRelease_2T23_PT.pdf

CORREIA, Antonia Rayssa Lima. **PERFORMANCE DO SETOR**

FARMACÊUTICO NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-

19: uma análise financeira das Demonstrações Contábeis e principais índices econômico-financeiros das empresas Raia Drogasil S.A e Empreendimentos Pague Menos S.A. Orientador: Walber Lins Pontes. 2022. 41 f. Monografia (Graduação) – Curso de Administração de Empresas, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: < <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/5469>>. Acesso em: 08/09/2022.

CORONAVÍRUS e investimentos: impactos e principais dúvidas. *Riconnect*, 2020. Disponível em: < <https://riconnect.rico.com.vc/blog/coronavirus-e-investimentos>>. Acesso em: 08/09/2022.

DASILVA, Adalberto Alexandre et al. CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: REFLEXÕES NO ESTADO DE MATOGROSSO DO SUL E NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA. **NÃO PUBLICADO**. 2022.

DE MELO, Elaine Lopes; DE CARVALHO ABREU, Clézio Rodrigues. A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 5, n. 10, p. 349-458, 2022.

DEREZENDE, Joffre Marcondes. Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia. *Revista de Patologia Tropical/Journal of Tropical Pathology*, v. 27, n. 1, 1998.

DESALLES, André Assis. O IMPACTO INICIAL DA PANDEMIA DE COVID-19 NO RISCO DA ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL. *Pesquisa Operacional para o Desenvolvimento*, v. 13, p. 1-16, 2021.

GUEDES, Ana Raquel de Oliveira. **Desempenho econômico-financeiro das empresas de serviços médico-hospitalares listadas na B3 durante a pandemia do Covid-19**. Orientadora: Patrícia Lacerda de Carvalho. 2021. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Finanças e Contabilidade, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20772>>. Acesso em: 08/09/2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2022.

IBGE. Cempre: **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**, 2020. Estatísticas. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 08/09/2022.

ICHEV, Riste; MARINC, Matej. *Stock prices and geographic proximity information: Evidence from the Ebola outbreak*.

International Review of Financial Analysis, Volume 56, 2018, Pages 153-166.

INTERFARMA.

Interfarma: **Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa**, 2022. Biblioteca.

Disponível em: <<https://www.interfarma.org.br/espaco-interfarma/biblioteca/>>. Acesso em: 08/09/2022.

LEONARDI, Egle; MATOS, Júlio. Indústria farmacêutica tem crescimento acelerado. Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade–ICQT, 2021.

Disponível em: <<https://ictq.com.br/industria-farmaceutica/1380-industria-farmaceutica-tem-crescimento-acelerado>>. Acesso em: 08/09/2022.

MACKELLAR, Landis. Pandemic influenza: a review.

Population and Development Review, v. 33, n. 3, p. 429-451, 2007.

MIRANDA, Valéria Dias. **Desempenho Financeiro do Varejo Farmacêutico no Contexto Pandêmico: Uma Análise das Empresas Raia Drogasil S.A. e Empreendimentos Pague Menos S.A.** Orientador: José Vandilo dos Santos. 2021. 40f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis,

Campus Universitário de Palmas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3774>>. Acesso em: 08/09/2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CORONAVÍRUS BRASIL**, 2022. Painel Geral. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 08/09/2022.

PESSOA, Mysla Lígia Jácome et al. A contabilidade gerencial na gestão de empresas durante a pandemia da covid-19. **Desafio Online**, v. 10, n. 1, 2022.

PINTO, Angelo C.; BARREIRO, Eliezer J. Desafios da indústria farmacêutica brasileira. **Química Nova**, v. 36, p. 1557-1560, 2013.

REIS, Carla et al. Panoramas setoriais 2030: indústria farmacêutica. 2017.

SILVA, Camila Eloara. **Pandemia da COVID-19: impactos sobre os indicadores financeiros e econômicos de empresas aéreas brasileiras listadas na B3**. 2022.

SINDUSFARMA. Sindusfarma: Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos, 2022. Indicadores Econômicos. Disponível em: <<https://sindusfarma.org.br/mercado/indicadores-economicos>>. Acesso em: 08/09/2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO, SBVC. 300 Maiores Empresas do Varejo Brasileiro - 2021. Disponível em: <https://www.cimentoitambe.com.br/wpcontent/uploads/2021/10/Ranking_300_Varejo_compactado.pdf>.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias**. Editora Contexto, 2020.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; DOSSANTOS, Maria Angelica Borges.

O setor farmacêutico no Brasil sob as lentes da conta-satélite de saúde. Texto para Discussão, 2020.

ANÁLISE DOS CUSTOS NO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE 2020 A 2022: VIABILIDADE DE COMPRA DE MATÉRIA-PRIMA NO MERCADO EXTERNO PARA UMA INDÚSTRIA COMPONENTES ELETRÔNICOS EM MANAUS

COST ANALYSIS IN THE IMPORT PROCESS DURING THE PERIOD FROM 2020 TO 2022: AVAILABILITY OF PURCHASING RAW MATERIALS ON THE FOREIGN MARKET FOR AN ELECTRONIC COMPONENTS INDUSTRY IN MANAUS

RESUMO

Este artigo descreve uma pesquisa sobre o processo de importação com o intuito de analisar os custos e despesas de importação, variações de preços nos transportes marítimos e encargos de importação, fazendo um comparativo antes, durante e após o cenário de crise sanitária ocorrida no período 2020 a 2022. Deste modo, buscou-se responder a seguinte questão: Quais os desafios enfrentados no processo de importação de matérias-primas durante o período de 2020 a 2022 para uma indústria X de componentes eletrônicos em Manaus? Desta forma, a metodologia aplicada a este estudo foi o Método Indutivo, com abordagem qualitativa; por meio de pesquisa Exploratória e Estudo de caso. Foi constatado que houve um aumento absurdo no preço do frete marítimo atingindo incríveis 1000%, houve atraso nas entregas dos materiais importados devidos aos bloqueios portuários chineses, elevando o custo de produção e algumas vezes até parando o processo produtivo por falta de materiais.

Palavras-chave: Importação; Matéria-prima; Impostos

ABSTRACT

This article describes research on the import process, its objective is to evaluate the economic impacts of importing raw materials in the period from 2020 to 2022, in which there was great turbulence in the global market. The research sought to analyze import costs and expenses, price variations in maritime transport and import charges, making a comparison before, during and after the crisis scenario. In this way, we sought to answer

the following question: What are the challenges faced in the process of importing raw materials during the period from 2020 to 2022 for an electronic components industry X in Manaus? Therefore, the methodology applied to this study was the Inductive Method, with a qualitative approach, through Exploratory research and Case Study. The import of raw materials went through an adverse period, we saw an absurd increase in sea freight, delays in deliveries of imported materials, increasing the cost of production and sometimes even stopping the production process due to lack of materials.

Keywords: *Import; Raw Material; Taxes*

1. INTRODUÇÃO

A evolução da economia global tornou a competitividade acirrada nas empresas, no Brasil até a década de 80 as empresas nacionais possuíam um protecionismo do governo brasileiro, a partir da década de 90 com a abertura de mercados, essas empresas foram obrigadas a evoluírem para permanecer em atividade, além disso, muitas multinacionais instalaram-se no país, a produção de produtos no Brasil foi modernizada para adequar-se à dinâmica de mercado rápida e arrojada do comércio global. Diante desse cenário, as empresas procuram buscar a constante melhoria na qualidade de seus produtos aliada a redução dos custos de produção, quanto menor o custo, mais competitivo e atraente ao mercado é o produto. A importação de matérias-primas e insumos de produção é uma alternativa para as indústrias de reduzir seus custos para alcançar melhores resultados e consequentemente aumentar sua competitividade no mercado. Muitos insumos e matérias-primas comprados por empresas brasileiras são importados da China, que possuem melhores preços de compra e disponibilidade, apesar da variação cambial e despesas de importação.

Porém, nos últimos três anos, as indústrias enfrentaram enormes desafios, a crise sanitária no início de 2020, gerou diversas consequências na economia mundial, desde a falta de abastecimento de produtos, escassez de mão de obra para alguns tipos de trabalhos, inclusive de trabalhadores portuários, inflação de preços e até recessão econômica em muitos países. Houve muitas perdas econômicas e infelizmente de muitas vidas. A logística nesse período tornou-se mais crítica, ocorreram diversos problemas para as indústrias, desde atrasos nas entregas de matérias-primas, falta de matérias-primas no mercado e aumentos absurdos no preço do frete marítimo.

Nessa situação, as empresas localizadas no polo industrial de Manaus tiveram um duplo desafio, lidar com as dificuldades na logística global e local, pois o Amazonas, por não possuir estradas trafegáveis que o ligam ao resto do

país, possui uma logística diferenciada, na qual a maior parte das matérias-primas para as indústrias são feitas por meio de transportes fluviais.

Nesse contexto, foi formulada a seguinte problemática: Quais os desafios enfrentados no processo de importação de matérias-primas durante o período de 2020 a 2022 para uma indústria X de componentes eletrônicos em Manaus? Deste modo, formula-se a seguinte hipótese: As vantagens e desvantagens da compra de matéria-prima importada durante o período de 2020 a 2022 em Manaus e seus impactos econômicos em uma empresa multinacional de eletroeletrônicos.

A importação de matérias-primas é parte fundamental nesse processo de controle de custos das indústrias, pois mesmo com as taxas cambiais e as despesas de importação, é vantajoso comprar matéria-prima no exterior. Ainda que houvesse algumas desvantagens durante o período de crise sanitária global, tais como: lockdowns, atrasos, aumento de preços, desaceleração das atividades econômicas, variações dos custos de importação de matérias-primas para a produção de bens e produtos aliada as dificuldades logísticas que as empresas enfrentaram durante esse período anormal da atividade econômica global.

Este estudo tem como objetivo geral avaliar os impactos econômicos da importação de matérias-primas no período de 2020 a 2022, com a finalidade demonstrar a variação de preços nos transportes, os encargos da importação, fazendo um comparativo antes, durante e após o cenário de crise.

Desta forma, para dar maior sustentação a este estudo, utilizou-se o Método Indutivo, com abordagem qualitativa, de nível exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

O referido artigo está estruturado conforme as seguintes seções: na primeira é exibida a introdução com contexto histórico sobre a crise sanitária global, na segunda apresenta-se a fundamentação teórica sobre o processo de importação, tributos, custos com frete e seguros; na terceira uma abordagem sobre as particularidades da importação na Zona Franca de Manaus e por último um estudo de caso, trazendo exemplos de importação de matérias antes, durante e após o cenário de crise, relatam-se os procedimentos metodológicos empregados para o desenvolvimento da pesquisa, na quarta, apresenta-se a análise dos resultados obtidos mediante um estudo de caso de uma empresa multinacional de eletroeletrônicos de Manaus.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Antecedentes da Pesquisa

Os artigos abaixo são pesquisas realizadas na área de importação, comércio exterior no período de 2015 a 2021, que abordam aspectos como impostos, custos de e despesas aduaneiras pertinentes ao processo de importação e a influência dos custos de importação nos resultados das empresas, nos quais os autores utilizam diferentes instrumentos metodológicos tais como: pesquisas bibliográficas, exploratórias, descritivas, qualitativas, exploratórias e estudos de casos para diferentes tipos de empresas importadoras, trazendo-nos novas visões relevantes de diferentes áreas de atuação, essas pesquisas enriquecem o conhecimento acerca do tema, oferecendo-nos novas visões e pontos de vistas, por essa razão tornam-se essenciais para compor os estudos antecedentes da pesquisa. Os resultados são os mais variados, desde sugestões para reduzir a carga tributária, elaboração de novos produtos com benefícios fiscais ou reengenharia para considerar os itens no quais os benefícios fiscais são aplicáveis, a enumeração das vantagens e desvantagens da importação para as empresas pesquisadas, o levantamento de dados de melhorias nos processos dessas empresas.

Tabela 1: Antecedentes da Pesquisa

Autor	Ano	Objetivo Geral	Instrumentos Metodológicos	Resultados
PEREIRA, Lorena Barcellos Tavares	2021	Elencar as operações necessárias para importação e exportação; especificar as vantagens e desvantagens referentes aos recursos de importação e exportação e as documentações necessárias.	Métodos de embasamento teórico e bibliográfico, com pesquisa descritiva, qualitativa.	Os resultados deste estudo indicam que existem diversas possibilidades para redução da carga tributária e desenvolvimento de novos produtos ou reengenharia considerando itens nos quais os benefícios fiscais são aplicáveis.
SILVA, Mariela Fioravanti et al	2018	O objetivo é demonstrar os fatores vantajosos e desvantajosos do processo de importação quanto do processo de nacionalização da produção de alguns produtos, e o impacto dessa decisão para a companhia	Pesquisa descritiva, qualitativa, estudo de caso com observação participante	Uma análise comparativa das vantagens e desvantagens da importação versus nacionalização foi feita, e o impacto gerado na companhia pela decisão da industrialização destes produtos foi significativo. Houve um aumento no nível da qualidade dos produtos e serviço; cumprimento do prazo de entrega do produto final ao cliente (redução do <i>lead time</i>); aumento do faturamento da empresa; redução do custo com armazenagem; redução da perda por excesso de estoque; redução do custo com transporte; e ganho tributário com o benefício fiscal concedido pelo Governo de Minas Gerais.

HAYASHI, Ronney Luiz et al	2021	O presente artigo tem como objetivo a demonstração da influência dos custos de importação no resultado da empresa	A metodologia adotada foi exploratória, embasada por levantamento bibliográfico	A coleta, análise e organização dos dados realizada na Empresa X possibilitaram o alcance do objetivo e resposta ao questionamento realizado sobre a influência destes custos no resultado, permitindo ainda a identificação das causas principais: o desconhecimento do fluxo interno das importações, falhas nos mapeamentos de custos envolvidos e ainda a falta de expertise da assessoria atualmente contratada para atuar neste processo.
BEN, Fernando AIMI, Morgana Jordani	2017	Evidenciar todas as variáveis que devem ser consideradas para a correta mensuração dos custos em processos de importação, mostrando a relevância da análise dos mesmos para a melhor tomada de decisão por parte da empresa.	Pesquisa qualitativa de nível exploratório	Para o estudo de caso, levantou-se todos os dispêndios efetuados no processo de importação. Após, estes valores foram classificados e analisados. Ao final, foi realizada análise comparativa entre dois pares de produtos similares, um nacional e outro importado, onde ficou evidenciado que a alternativa de importação é mais viável do que a de compra no mercado interno, sendo a importação mais vantajosa em termos econômicos.
SOUZA, Reginaldo da Silva et al	2015	O objetivo deste estudo é identificar e analisar os principais desafios enfrentados para realização de operações de importação no Brasil.	Pesquisa descritiva, bibliográfica com estudo de caso.	Algumas conclusões: A primeira delas é a necessidade de simplificação dos processos de importação, tanto no que tange à tributação, assim como, no que diz respeito às exigências e procedimentos impostos pelos governo brasileiro. Por fim, há de se ressaltar que a principal limitação do estudo está no método utilizado. O estudo de caso pode retratar uma realidade específica que nem sempre pode ser generalizada para as demais organizações, portanto, sugerem-se novos estudos na área utilizando-se de pesquisas quantitativas, com empresas importadoras de vários segmentos de mercado, o que possibilitará uma análise mais profunda dos resultados obtidos na presente pesquisa.
VIDIGAL, Hevelliny de Fátima Ferreira CAETANO, Valdeci José	2015	Analisar quais os tributos que incidem sobre a importação de veículos e as respectivas documentações que são necessárias para a formalização do processo de importação de veículos. O presente artigo optou por metodologia a pesquisa bibliográfica e documental.	O presente artigo ptou por metodologia a pesquisa bibliográfica e documental	Concluiu-se que considerando a carga tributária, essa mercadoria teria seu valor reduzido consideravelmente se não tivesse a incidência de tais tributos e que as operações no Comércio Internacional são vantajosas para as empresas, embora ainda sejam poucas que praticam esta operação.

Fonte: Elaboração própria

2.2 A Importação no Brasil

A importação no Brasil ganhou força na década de 90, após a redemocratização, eleito diretamente pelo voto popular, o então presidente Fernando Collor de Mello, adotou como política externa a abertura abrupta da economia brasileira, durante muitos anos o Brasil vinha de um governo militar que tinha por política econômica proteger as indústrias nacionais da concorrência estrangeira, as indústrias nessa época necessitavam de auxílios governamentais para levar adiante seus projetos. Era o início da globalização e a inserção do Brasil no mercado global, porém as indústrias brasileiras não estavam preparadas e sofreram um grande impacto por concorrer com produtos de melhor qualidade e com menores preços, um dos principais setores industriais afetados foi a indústria automobilística, claramente atrasada em relação ao resto do mundo.

Desde então, o setor industrial no Brasil cresceu e desenvolveu-se, muitas indústrias de outros países instalaram-se no Brasil, impulsionando esse crescimento, as empresas estrangeiras que abriram filiais aqui, são chamadas de multinacionais.

As indústrias precisam ser competitivas, para isso é fundamental controlar e reduzir seus custos, para que os seus produtos serem competitivos e atrativos ao mercado, em decorrência, muitas delas optam por importar matérias-primas de outros países para baratear seus custos de produção. Mas o que é a importação? A importação é a compra de um produto, ativo ou serviço de outros países que passa por um processo de desembaraço, esse produto é então nacionalizado.

Segundo o site oficial do governo brasileiro:

A importação é o ingresso seguido de internalização de mercadoria estrangeira no território aduaneiro. Em termos legais, a mercadoria só é considerada importada após sua internalização no país, por meio da etapa de desembaraço aduaneiro e do recolhimento dos tributos exigidos em lei. O processo de importação pode ser dividido em três fases: administrativa, fiscal e cambial.

A fase administrativa refere-se ao licenciamento das importações, na qual deverá ser feito todos os procedimentos e exigências dos órgãos responsáveis conforme a operação e mercadoria.

Na fase fiscal são verificados os documentos relacionados a importação, o desembaraço da mercadoria é feito normalmente por um despachante licenciado, nessa etapa os tributos são recolhidos efetivando o despacho aduaneiro.

E por última na fase cambial, consiste na transferência da moeda estrangeira para o exterior, é a operação cambial que poderá ser realizada por um Banco devidamente autorizado pelo Banco Central.

A legislação que regulamenta as atividades de comércio exterior é o Decreto Nº 4.543 DE 26/12/2002, chamado regulamento aduaneiro, substituindo o anterior Decreto Nº 91.030/85, que regulamentava as atividades aduaneiras.

A Câmara de Comércio Internacional (CCI) criou em 1936 alguns termos para evitar conflitos originados de interpretações equivocadas entre exportadores e importadores, esses termos são condições que especificam as responsabilidades do fornecedor e do cliente nos contratos internacionais, as atualizações nos termos normalmente ocorrem a cada 10 anos, sua última atualização foi em 2020, os termos internacionais de comércio conforme tabela abaixo:

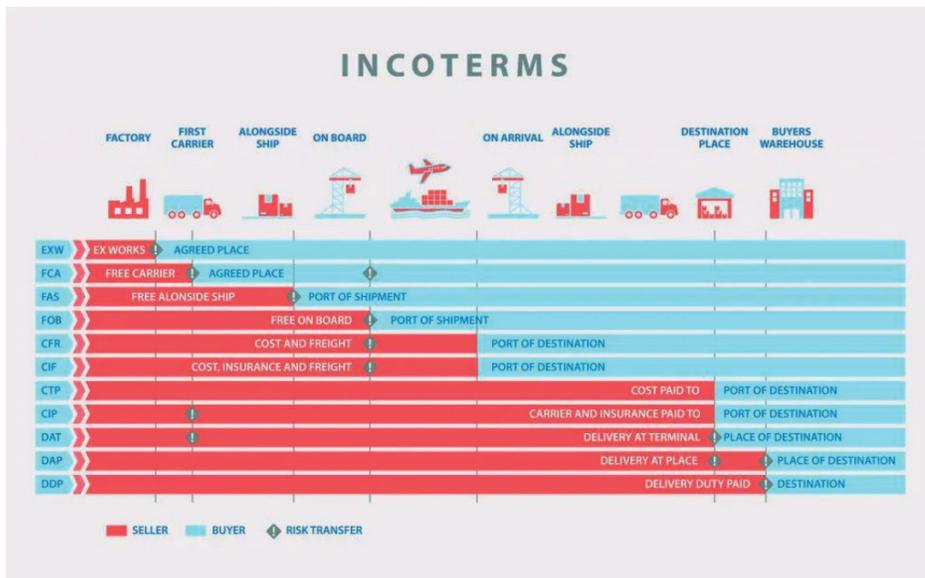
Tabela 2: Incoterms

SIGLA	TERMO	CARACTERÍSTICAS	TRANSPORTE
EXW	EX-WORK (NA ORIGEM)	O exportador cumpre sua obrigação quando disponibiliza ao comprador as mercadorias em sua propriedade, despesas e riscos são por conta do importador até o destino.	MULTIMODAL
FCA	FREE CARRIER	O vendedor entrega as mercadorias desembarçadas ao comprador, se a entrega ocorrer na propriedade do vendedor ele é o responsável pelo embarque, se ocorrer em qualquer outro lugar o comprador é o responsável.	MULTIMODAL
FAS	FREE ALONGSIDE SHIP	O exportador deverá colocar a mercadoria no navio indicado pelo comprador no porto designado, a partir desse momento os riscos e responsabilidades são do importador.	EXCLUSIVO PARA MARÍTIMO E FLUVIAIS
FOB	FREE ON BOARD	O exportador deve colocar a mercadoria no navio indicado pelo comprador no porto designado, a partir desse momento os riscos e responsabilidades são do importador.	EXCLUSIVO PARA MARÍTIMO E FLUVIAIS
CPT	CARRIED PAID TO	O frete até o aeroporto ou porto de destino e as formalidades de exportação são do exportador, o importador assume o risco de perdas e danos a partir do momento em que a mercadoria está com a transportadora.	MULTIMODAL
CIP	CARRIAGE AND INSURANCE PAID TO	O exportador deve entregar a carga no local acordado, custos e seguro são por conta do exportador.	MULTIMODAL
CFR	COST AND FREIGHT	O vendedor tem por responsabilidades os custos do transporte interno, liberação e frete, o seguro é de responsabilidade do comprador.	EXCLUSIVO PARA MARÍTIMO E FLUVIAIS
CIF	COST, INSURANCE AND FREIGHT	O vendedor se responsabiliza com os custos, seguro e frete até a entrega ao cliente importador.	EXCLUSIVO PARA MARÍTIMO E FLUVIAIS
DAP	DELIVERED AT PLACE	O exportador deverá entregar a mercadoria no país de destino, os custos com o desembarço também são do exportador.	MULTIMODAL
DPU	DELIVERED AT PLACE UNLOADED	O exportador deverá entregar a carga no local acordado com o cliente, depois de descarregar no depósito especificado pelo cliente, os riscos são do cliente.	MULTIMODAL
DDP	DELIVERED DUTY PAID	Os custos e riscos são do vendedor desde a saída de origem a chegada ao destino, mais os custos com desembarço da saída e da entrada no país importador.	MULTIMODAL

Fonte: Elaboração própria.

A Figura abaixo apresenta os principais *incoterms*, na qual temos o vendedor em vermelho, o comprador em azul e o losango cinza indicando onde a responsabilidade do risco termina para o vendedor e é assumida pelo comprador em cada um dos termos.

Figura 1: Principais termos INCOTERMS.



Fonte: INCOTERMS 2020: conheça a tabela completa. Imagem. Disponível em: <https://blog.logcomex.com/incoterms/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

O Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), é um sistema que integra todas as atividades de importação e exportação, foi instituído por meio do Decreto Lei nº 660 de 25 de setembro de 1992 (alterado pelo Decreto nº 1.408 de 03 de março de 1995), entrou no ar em 01/01/1993 com o módulo Exportação e em 1997 com o módulo Importação. É administrado pelos órgãos gestores, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Banco Central do Brasil (BACEN), a conexão ao SISCOMEX é feita pela SEPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados).

Segundo OLIVEIRA (2021), o Siscomex é um sistema integrado em uma plataforma de acesso, na qual o governo controla todas as atividades do comércio exterior brasileiro. É uma ferramenta facilitadora, porque concentra um grande fluxo de informações, reduzindo a burocracia.

Os documentos emitidos pelo importador e autorizados pelos órgãos governamentais são:

1. Licença de Importação (LI) – é um documento eletrônico preenchido pelo importador ou por seu despachante aduaneiro no SIXCOMEX, com obrigatoriedade para importações com isenções de impostos.
2. Declaração de Importação (DI)- é o documento base da importação, pode ser feito pelo despachante ou importador, no qual todos os dados sobre a importação estão contidos, sobre a mercadoria, importador, exportador,

fabricante, regime, local de desembarço, cálculo de impostos etc.

3. Comprovante de Importação (CI) – é o documento que comprova a nacionalização das mercadorias, emitido pela Secretaria da Receita Federal. Quanto aos documentos de incumbência do exportador podemos citar:

- A) Proforma, que define preço, especificações do produto e condições, faz parte do início do processo de compras, na qual o comprador faz as cotações com vários fornecedores para escolher dentre eles o de melhor preço e que atenda todos os requisitos necessários.
- B) Invoice, documento emitido pelo exportador, em tradução literal seria a Fatura, é como se fosse a nota fiscal do pedido, especificando produto, quantidade, valores e termos de pagamento acordados previamente.
- C) Packing List (Romaneio), traz informações completas de todas as mercadorias dentro de suas embalagens, quantidades, volumes, marcas, permite auxiliar na identificação e localização das cargas e volumes, no despacho aduaneiro.

O conhecimento de embarque é o documento emitido pelo transportador no qual são apresentados todos os dados de remessa, segue um padrão internacional, possibilita auxiliar o desembarço aduaneiro, por conter uma lista com os volumes do pedido, peso bruto e líquido, os tipos de embalagens, a descrição das dimensões do produto, entre outros.

2.3. Impostos e a Zona Franca de Manaus.

Na importação há diversos impostos como imposto de importação (II), Programa de Integração Social (PIS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além do frete, seguro e despesas aduaneiras.

O IPI (Imposto sobre Produto Importado) é um tributo federal, tem como fato gerador na importação o desembarço aduaneiro e na operação interna na saída do produto de estabelecimento industrial, suas alíquotas normalmente ficam entre 0% e 20% dependendo da mercadoria que está sendo importada. O IPI tem como propósito equilibrar a concorrência da indústria nacional que paga diversos tributos dentro do país, com as empresas estrangeiras e assim tornar as indústrias brasileiras mais competitivas frente a concorrência internacional. Para calcular o IPI basta considerar: $(\text{Valor Aduaneiro} + \text{Imposto de Importação}) \times \text{Taxa da Tabela de Imposto sobre Produtos Industrializados} = \text{Imposto sobre Produtos Industrializados}$.

O II (Imposto de Importação), é um imposto federal, também serve para equilibrar a concorrência do mercado estrangeiro com o nacional, a TEC (taxa

externa comum) tem alíquotas que giram em torno de 0% e 35%, e dependem do tipo do produto importado, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior possui um manual com todas as TEC's que orienta os importadores. O Cálculo do II: Taxa Externa Comum x Valor Aduaneiro = Imposto de Importação.

O PIS (Programa de Integração Social), não é considerado imposto e sim uma contribuição, serve para financiar programas de seguridade social dos trabalhadores brasileiros como o Seguro Desemprego e o Abono Anual, sua alíquota é 2,01%. Pode ser calculado da seguinte maneira: Valor Aduaneiro x Alíquota PIS = PIS-Importação.

O COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), é uma contribuição federal, para o financiamento da seguridade social, sua alíquota é de 9,65% sobre os importados. Pode ser calculado como: Valor Aduaneiro x Alíquota Cofins = Cofins-Importação.

E por último, temos o IOF (Imposto sobre Operação Financeira), ocorre quando a empresa que está importando faz o pagamento ao fornecedor em moeda estrangeira, é um imposto cobrado no fechamento do câmbio.

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação, foi criada a partir do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que tinha por objetivo desenvolver a região Amazônica para criar um centro industrial, comercial e agropecuário na região. Em 2013, a Zona Franca de Manaus teve seus benefícios fiscais prorrogados até 2073. A gestão dos benefícios fiscais é feita pela SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), uma autarquia federal cujo objetivo é gerenciar todos os incentivos fiscais concedidos as indústrias presentes no polo industrial de Manaus.

Os benefícios da Zona Franca de Manaus na importação das matérias-primas na esfera federal são:

Imposto de Importação (II), não ocorre na entrada da mercadoria quando destinada ao consumo interno, industrialização em qualquer grau e beneficiamento para estocagem e reexportação.

Quanto ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): suspensão transformada em isenção do imposto sobre produtos estrangeiros importados pela ZFM para consumo interno ou utilização na industrialização de outros produtos, na pesca e na agropecuária, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza ou estocados para exportação para o exterior. É igualmente isento de IPI os produtos nacionais entrados na ZFM para consumo, industrialização.

Contribuições Sociais do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é isento nas importações de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para

industrialização, além disso as alíquotas incidentes sobre as receitas advindas da comercialização de matérias-primas e materiais de embalagens são zeradas.

Além desses benefícios, temos, o IRPJ com redução de 75% calculados com base no lucro da exploração para pessoas jurídicas que tenham projeto protocolado e aprovado até 31 de dezembro de 2023 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrados conforme setores prioritários na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Já os principais incentivos estaduais são:

Crédito estímulo do ICMS, que varia de 55% a 100% dependendo do bem-produzido, pois os percentuais variam conforme o tipo de produto, é um benefício por produto;

Diferimento do imposto, ou seja, o adiamento do pagamento do ICMS acontece em dois tipos de ocorrência, a primeira é nos casos de importação de matéria-prima e material secundário, a segunda é na saída de bens intermediários para utilização com insumo de outra indústria incentivada, no Estado do Amazonas;

Isenção do ICMS quando ocorrer aquisição de máquinas e equipamentos para utilização no processo produtivo, além de muitos outros benefícios.

2.4 Despesas de Importação

As despesas aduaneiras são as despesas cobradas do importador referente ao desembaraço da mercadoria, normalmente as indústrias contratam empresas especializadas em despacho aduaneiro para fazer o processo de desembaraço. As principais despesas aduaneiras são:

A Capatazia, é uma de Taxa de Manuseio do Terminal, refere-se as atividades realizadas durante o deslocamento de uma carga, do navio, passando pela verificação alfandegária da Receita Federal. Em 7 de junho de 2022, o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou o Decreto nº 11.090 que exclui o valor da capatazia da base de cálculo do imposto de importação, a intenção desse decreto foi reduzir os custos de importação.

Há outras taxas nesse mesmo sentido como *BL Fee*, *Handling in/out*, Siscarga, Desconsolidação, Taxa do Despachante cobrada com base no número de adições da DI, IOF sobre o Frete, já que as despesas referentes ao frete internacional estão em dólares, há também a Taxa do SISCOMEX, gerada a partir do registro da DI (Declaração de Importação), é uma taxa referente ao uso do sistema de comércio exterior.

Em seguida temos a taxa da Suframa ou Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF), instituídas pela Medida Provisória nº 757/2016, cobrada a partir de março de 2017, pagas por pessoas jurídicas que solicitam licenciamento de importação ou registro de ingresso de mercadorias oriundas do exterior.

Adicional sobre o Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), é cobrado apenas quando o transporte for de produtos de granéis líquidos, transportados nas regiões Norte e Nordeste, caso contrário é isento de cobrança, essa isenção é mais um benefício da empresa instalada na Zona Franca de Manaus.

3. METODOLOGIA

Referente aos aspectos metodológicos meios utilizou-se o Método Indutivo que de acordo com Lakatos (2003), é um método que tem por objetivo chegar a conclusões mais amplas que as premissas nas quais foi embasada, quanto a natureza da pesquisa. O método indutivo funciona observando fenômenos e raciocinando com base em suposições. Segundo o filósofo Francis Bacon, pai do indutivismo, a pesquisa se divide em certas etapas para tirar conclusões verdadeiras ou falsas, são elas: Coleta ou observação de fenômenos: Nesta etapa, a seleção e coleta de informações é feita pela observação de fatos ou fenômenos; Sistematização do material: O primeiro passo é organizar o material coletado, que o pesquisador deve utilizar de forma racional e sistemática, realizando a ligação das informações com fatos ou fenômenos; Formulação de hipótese: Nesta etapa, o pesquisador deve formular as questões com base na sugestão inicial feita por meio da observação; Conclusão: Finalmente nesta etapa ocorre a compreensão final dos exames.

Quanto a natureza da pesquisa, a abordagem é qualitativa, pois de acordo com Almeida (2021) uma pesquisa qualitativa tem por objetivo observar, analisar e interpretar dados numa análise dos fenômenos sociais, não necessita de dados matemáticos ou estatísticos.

Quanto aos objetivos é de nível exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica, na qual é constituída por livros, leis, artigos científicos, revistas científicas online, publicações online.

Quanto aos meios, utilizou-se um estudo de caso, exploratório, com os métodos qualitativo, e bibliográfico com a utilização da técnica de observação direta e análise de documentos, nos quais buscou-se confirmar a hipótese levantada na pesquisa, confirmando com dados históricos da empresa estudada, os fenômenos observados.

4. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso que iremos abordar refere-se a uma empresa X, Multinacional com sede em Taiwan, que está presente em vários países como: Singapura, Estados Unidos, Vietnã, México, Tailândia, Japão, entre outros. A empresa X no Amazonas é produtora de bens intermediários eletroeletrônicos, fabricante de conversores eletrônicos, mais conhecidos como carregadores para notebooks e outros aparelhos eletrônicos.

Suas matérias-primas são majoritariamente importadas, vindas principalmente do continente asiático, Singapura e China, apenas materiais secundários e de embalagem são comprados no Brasil, portanto é uma empresa que depende da matéria-prima importada para produzir seu bem.

Contextualizando o período estudado, a empresa obteve um crescimento nos anos de 2020 e 2021, que pode ser justificado pelo aumento da procura do produto, pois devido à crise sanitária, empresas e escolas tiveram que adaptar-se a um novo modo de funcionamento com o trabalho feito em casa e aulas remotas online. Com o crescimento da venda de notebooks, impulsionou um aumento da demanda por parte dos clientes na compra de mais carregadores, já que suas vendas estavam aumentando.

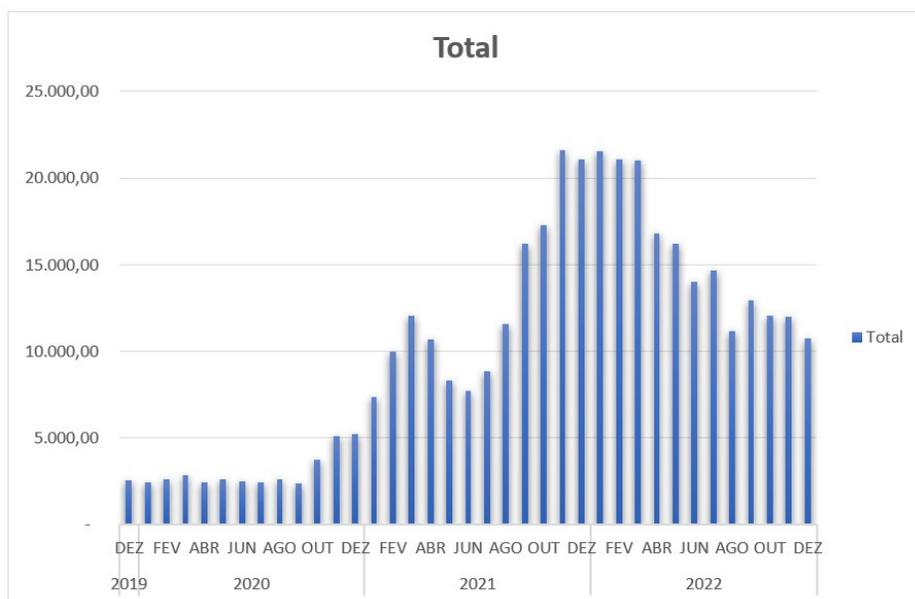
Após esse período de crescimento, houve uma estabilização e desaceleração gradual, é importante ressaltar que durante esse tempo o preço dos computadores aumentou aproximadamente em 20%, e as prováveis causas desse aumento foram, o aumento do ICMS e a falta de materiais, principalmente os chips necessários na fabricação de computadores que tiveram seus custos elevados, em decorrência do Incêndio no dia 19 de março de 2021 na fábrica japonesa Renesas Eletronics, fabricante de chips semicondutores, desencadeando uma crise nas vendas de chips em escala mundial, afetando não somente a produção e venda de computadores, videogames, smartphones, mas também dos carros que necessitam desses chips, essa empresa é responsável por pelo menos 30% de participação global de semicondutores automobilísticos, suas ações tiveram uma queda devido a esse acidente ocorrido em sua fábrica no Japão.

Nesse contexto, outros problemas também surgiram para a empresa como o atraso da chegada das matérias-primas, devido aos períodos de lockdowns impostos na China, principal fornecedor das matérias-primas, chegou ao ponto de a empresa ter que dar férias coletivas devido a falta de materiais para a produção. Somado a isso, temos o aumento absurdo do frete marítimo nesse período, durante o ano de 2020, tivemos um aumento de 100% se compararmos o período de janeiro de 2020 o frete marítimo custava em média \$ 2.500, já em novembro do mesmo ano, o preço do frete já estava em \$5.100, ou seja, mais que o dobro, no decorrer do ano de 2021 houveram vários aumentos no preço

do frete, porém em novembro, o preço do frete marítimo atingiu o máximo de \$22.865, um aumento totalmente desproporcional e as prováveis causas são a redução da capacidade operada pelas empresas de frete. A partir de 2022, com a volta do aquecimento da economia, os preços do frete começaram a diminuir, mas se compararmos com o início de 2020, período pré-pandemia, ainda estão bastante elevados.

A figura abaixo nos traz um gráfico que nos mostra a evolução nos preços dos fretes marítimos da empresa X, durante os anos de 2020 a 2022.

Figura 2: Média dos Preços do Frete Marítimo no período de 2020 a 2022.



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da empresa X estudada durante o período de 2020 a 2022.

Ao observar no gráfico a escalada no aumento do preço do frete marítimo, houve um reflexo no aumento do custo do produto, pois tornou-se muito mais caro a importação da matéria-prima, elevando conseqüentemente o custo do produto, pressionando um aumento na inflação dos preços dos produtos não somente no Brasil, mas em todo o mundo.

Entrada de matéria-prima em 20/01/2020, quando o cenário de pandemia ainda não estava totalmente desenrolado, em seguida temos outra entrada de matéria-prima ocorrida em 24/11/2021, quando o ápice no aumento do frete marítimo é atingido.

Tabela 3: Entrada de Matéria-prima em jan/20.

Descrição	Data	Valor USD	Moeda	Valor BRL	Moeda
FOB	20.01.2020	96.970,42	USD	394.398,09	BRL
FRETE_INTERNACIONAL	20.01.2020	2.500,00	USD	10.168,00	BRL
CAPATAZIA	20.01.2020	780,00	BRL	780,00	BRL
IOF S/ FRETE	20.01.2020	701,25	BRL	701,25	BRL
TAXA DO SISCOMEX	20.01.2020	2.668,43	BRL	2.668,43	BRL
ARMAZENAGEM	20.01.2020	385,00	BRL	385,00	BRL
DESPACHANTE	20.01.2020	3.301,76	BRL	3.301,76	BRL
TAXA DA SUFRAMA	20.01.2020	570,00	BRL	570,00	BRL
FRETE LOCAL	20.01.2020	43,69	BRL	43,69	BRL
ARMAZENAGEM	20.01.2020	390,00	BRL	390,00	BRL
DESPACHANTE	20.01.2020	110,00	BRL	110,00	BRL
FRETE LOCAL	20.01.2020	45,00	BRL	45,00	BRL
ARMAZENAGEM	20.01.2020	250,00	BRL	250,00	BRL
DESPACHANTE	20.01.2020	67,30	BRL	67,30	BRL
FRETE LOCAL		260,00	USD	1.083,11	BRL
TOTAL				414.961,64	
TAXA DO DÓLAR: 4,0672					

Fonte: Elaboração própria com dados da empresa analisada.

Essa entrada, não há incidência de impostos de II, IPI, PIS, COFINS nesse caso específico por que de acordo com a LEI N 10.865, DE 2004, ART. 14, PARAGRAFO 1:

Art. 14-A. Fica suspensa a exigência das contribuições de que trata o art. 1º desta Lei nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na Zona Franca de Manaus e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. (Incluído pela Lei nº 10.925, 2004) (Vigência).

E o art. 454 (IN RFB nº 2121/2022) que trata da suspensão do pagamento de PIS/COFINS, pois as referidas compras se encaixam nessas suspensões de cobrança de impostos, justamente por estar localizada na ZFM, mas suponhamos que essas entradas não fossem de matéria-prima, mas de material de consumo, por exemplo, além do preço do frete mais alto, teríamos um aumento dos impostos, pois a base de cálculo dos impostos é de custo FOB + frete. A cobrança e incidência dos impostos como II, IPI, PIS, COFINS, depende muito do produto a ser importado, pois a lei especifica os produtos isentos ou suspensos

identificados através do código MERCOSUL da mercadoria, o NCM, todas essas informações estão presentes no corpo da DI (Documento de Importação), inclusive quando há essas suspensões de cobranças e as leis que as embasam.

Tabela 4: Entrada de Matéria-prima em nov/21.

Descrição	Data	Valor USD	Moeda	Valor BRL	Moeda
FOB	24.11.2021	117.617,54	USD	644.214,79	BRL
FRETE_INTERNACIONAL	24.11.2021	22.865,00	USD	125.236,18	BRL
CAPATAZIA	24.11.2021	805,00	BRL	805,00	BRL
IOF S/ FRETE	24.11.2021	486,30	BRL	486,30	BRL
BL FEE	24.11.2021	430,00	BRL	430,00	BRL
HANDLING IN/OUT FOR	24.11.2021	1.569,79	BRL	1.569,79	BRL
TAXA DO SISCARGA	24.11.2021	35,00	BRL	35,00	BRL
DESCONSOLIDACAO	24.11.2021	448,51	BRL	448,51	BRL
IMP SOB DESPESAS LO	24.11.2021	655,47	BRL	655,47	BRL
OUTRAS	24.11.2021	2.057,57	BRL	2.057,57	BRL
TAXA DO SISCOMEX	24.11.2021	650,00	BRL	650,00	BRL
TAXA DA SUFRAMA	24.11.2021	295,00	BRL	295,00	BRL
FRETE LOCAL	24.11.2021	4.767,33	BRL	4.767,33	BRL
ARMAZENAGEM	24.11.2021	485,00	BRL	485,00	BRL
DESPACHANTE	24.11.2021	317,14	BRL	317,14	BRL
TOTAL				782.453,08	
TAXA DO DÓLAR: 5,4772					

Fonte: Elaboração própria com dados da empresa analisada.

5. CONCLUSÕES

O artigo trouxe dados coletados da empresa X fabricante de conversores eletrônicos para notebooks situada em Manaus, que possibilitou alcançar o objetivo geral, trazendo-nos alguns impactos econômicos sofridos durante esse período. Em relação às vantagens, nos primeiros dois anos houve um crescimento em suas vendas, justamente impulsionado pelo aumento na compra de notebooks, então apesar das dificuldades em importar a matéria-prima nesse período, o ganho com o aumento de produção e vendas compensou um pouco as perdas causadas pelas dificuldades logísticas.

O lado negativo da pandemia foi que houve atrasos no recebimento de matérias-primas, principalmente porque seus principais fornecedores utilizam os portos chineses e sofreram nesse período com várias paralisações. A falta de materiais para produzir fez com que a empresa desse férias coletivas para a produção, na tentativa de evitar demissões de empregados.

Outra desvantagem, foi o aumento absurdo no preço do frete marítimo e o aumento nos preços de matérias-primas. Algumas vezes foi necessário comprar de outros fornecedores que custavam em média quatro vezes mais o valor da matéria-prima, essas foram algumas das desvantagens, se por um lado houve um aumento no faturamento, do outro houve uma redução na margem de lucro de alguns produtos que tiveram um aumento de custos, devido à escassez de produtos e transporte nesse período.

Analisando as duas entradas, a primeira em 2020 no início da pandemia quando o frete ainda custava \$2.500 dólares, o custo FOB era de \$ 96.970,42 dólares, o custo total com a importação foi de R\$414.961,64 reais, já em 2021 a importação analisada com o custo FOB de \$ 117.617,54 dólares apenas 21% de diferença da primeira entrada, obteve um custo total de importação de R\$ 782.453,08 reais, isso representa um aumento no custo da importação de 89% com o intervalo de apenas um ano, significa que as condições para a importação de matérias-primas podem mudar rapidamente e variam muito conforme os mercados globais.

Este artigo visou analisar a importação de matérias-primas no Brasil, sua importância para tornar as empresas mais competitivas, com produtos com o custo menor e de maior qualidade, explicando como ocorre o processo de importação, seus custos, despesas, tributos e subjetividades.

Durante o período de grande turbulência global que tivemos, decorrente da pandemia da covid 19, no início de 2020, os primeiros sinais da pandemia surgem no Brasil, comércios são fechados, empresas começam a trabalhar no modo “trabalho de casa” no qual os empregados trabalham remotamente, estudantes começam a ter aulas online por meio de plataformas EAD. Esse cenário caótico trouxe as empresas diversos desafios, pois a China principal fornecedora de matérias-primas para hospitais e empresas, foi justamente o lugar onde começou a pandemia, desencadeando as paralisações dos portos chineses, criando um grande caos, já que ela é o maior exportador de bens e sem dúvida uma peça-chave no comércio marítimo global.

Portanto, podemos concluir através do artigo que a importação é parte fundamental para todas as empresas de eletroeletrônicos instaladas no Brasil, pois o país não produz componentes eletrônicos que possam ser competitivos com os importados. Então as empresas precisam conhecer seus próprios custos de importação e a legislação Zona Franca de Manaus, para controlar melhor seus recursos e elaborar suas políticas de preços alinhadas com o mercado global.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico**. Recife: Ed. UFPE, 2021. Ebook (51p.) Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/674/684/2134?inline=1>. Acesso em: 18 jun.2023.

DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.

Decreto nº 11.090 exclui valor da capatazia e reduz custos de importação. Disponível em: <https://www.pinho.com.br/post/decreto-no-11-090-exclui-valor-da-capatazia-e-reduz-custos-de-importacao>. Acesso em: 29 abr. 2023.

Definição de Importação. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/importar/entenda-o-processo-de-importacao/definicao-de-importacao-1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

GUIA DE INCENTIVOS FISCAIS DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <https://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/GUIA-DE-INCENTIVOS-FISCAIS-DA-ZFM.VERSAO-ATUALIZADO-EM-07.10.2020-1.pdf>. Acesso em: 29 abril. 2023.

INCOTERMS 2020: conheça a tabela completa. Imagem. Disponível em: <https://blog.logcomex.com/incoterms/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

INCOTERMS: Guia Definitivo. Disponível em: <http://www.fazcomex.com.br/incoterms/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2121, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=127905>. Acesso em: 1 jul. 2023.

HAYASHI, Ronney; SILVA, Lanessa; ROBERTO, José C. A.; SERRA, Meg R.C.; LOPES, Nelânia F. **Influência dos custos de importação no resultado de uma empresa da zona franca de Manaus: estudo de caso na empresa x**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 06, Ed. 10, Vol. 04, pp. 70-99. Outubro 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2021/10/custos-de-importacao.pdf>. Acesso em: 11 abr.2023.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia da Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6.

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.865.htm. Acesso em: 1 jul. 2023.

MÉTODO Indutivo: o que é, conceito, principais características e exemplo. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/metodo-indutivo/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

OLIVEIRA, Luciel Henrique de. **Comércio Exterior: fundamentos e organização**. São João da Boa Vista: Universitária UNIFAE, 2021. E-book (178 p.). ISBN 978-65-994557-1-1. Disponível em: <https://www.fae.br/unifae/cms/filemanager/files/propeq/editora/1624903813792-editora-universitaria-unifae-28-06-2021-livro-comercio-exterior-fundamentos-e-organizacao.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PEREIRA, Lorena Barcellos Tavares. **Operação tributária de importação e Exportação no Brasil**. Mogi das Cruzes: XII FATECLOG - Gestão Da Cadeia De Suprimentos No Agronegócio: Desafios e Oportunidades No Contexto Atual, 2021. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2021/335-377-1-RV.pdf>. Acesso em: 25 jun.2023.

POYER, Maria da Graça. **Introdução ao comércio exterior**. Palhoça: Unisul virtual, 2017 E-book (70 p.). Disponível em: https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/intro_com_ext_livro.pdf. Acesso em: 6 jun. 2023.

SOUZA, Reginaldo; LIMA, William; SOUZA, Genivaldo; SILVA, Flávio. **Os Desafios Para As Operações de Importação no Brasil: Um estudo de caso de uma empresa importadora da região do Sul de Minas Gerais**. Varginha: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/4564/4565/4684>. Acesso em: 24 mai.2023.

SILVA, Mariela F.; RESENDE, Leandro L.; QUERINO, Fabiane F.; RIBEIRO, Fernanda F.; SILVA, Camila A. **Vantagens e desvantagens do processo de importação e nacionalização de produtos em uma indústria de reatores e luminárias**. Vitória: XXV Congresso Brasileiro de Custos, 2018. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/4234/4234/0>. Acesso em: 08 abr. 2023.

VIDIGAL, H.; CAETANO, V. J. **Tributos na importação: Análise em uma Empresa Importadora de Veículos no Brasil**. 2015. 24 p. Faculdade Alfredo Nasser, Goiânia, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICSA/article/view/132>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUE PODEM OCORRER NESSE PROCEDIMENTO DURANTE CALAMIDADE PÚBLICA

WAIVER OF BIDDING: THE POSSIBLE IRREGULARITIES THAT MAY OCCUR IN THIS PROCEDURE DURING PUBLIC CALAMITY

RESUMO

A licitação é a forma como a administração pública realiza a contratação de serviços e adquire bens, para promover o melhor custo-benefício ao interesse público, simetria na concorrência entre os participantes da licitação e inibição de irregularidades. O objetivo dessa pesquisa é analisar as possíveis irregularidades que podem originar uma fraude, perante a dispensa de licitação, através da exposição relativa à operação especial sobre uma compra feita por dispensa de licitação, buscando demonstrar as características que remetem irregularidades. Esta pesquisa possui característica documental, recorrendo a jornais, artigos e documentos oficiais para captação de resultados, e tem base qualitativa e quantitativa. Através da análise de documentos do Portal Transparência do governo em parâmetro com a Operação Sangria realizada no Amazonas, foi coletado dados com relação a compras realizadas por dispensa de licitação e os procedimentos que foram realizados nesse contrato, e expondo as possíveis irregularidades que constam nos tramites do contrato. Foi detectado fragilidade na seleção dos fornecedores, a ausência de concorrência, a possível falta de capacidade técnica por parte dos fornecedores selecionados e a falta de transparência em relação aos processos anteriores de dispensa de licitação sugerem a possibilidade de irregularidades, inclusive fraudes.

Palavras-chave: Dispensa de licitação; Licitação; Irregularidades; Fraude, COVID-19.

ABSTRACT

Bidding is the way in which the public administration contracts services and acquires goods, to promote the best cost-benefit to the public interest, symmetry in the competition between bidding participants and inhibition of irregularities. The objective of this research is to analyze the possible irregularities that may

originate a fraud, in the face of the waiver of bidding, through the exposition related to the special operation on a purchase made by waiver of bidding, seeking to demonstrate the characteristics that refer to irregularities. This research has a documentary characteristic, using newspapers, articles and official documents to capture results, and has a qualitative and quantitative basis. Through the analysis of documents from the government's Transparency Portal in comparison with Operation Sangria carried out in Amazonas, data was collected regarding purchases made by waiver of bidding and the procedures that were carried out in this contract, and exposing the possible irregularities that appear in the procedures of the contract. Weaknesses in the selection of suppliers were detected, the absence of competition, the possible lack of technical capacity on the part of the selected suppliers, and the lack of transparency in relation to previous bidding waiver processes suggest the possibility of irregularities, including fraud.

Keywords: Waiver of bidding; Bidding; Irregularities; Fraud, COVID-19.

1. INTRODUÇÃO

Surgida em 1993, a Lei nº 8.666, conhecida como lei das licitações, tinha o objetivo de estabelecer normas para a compra e contratação por parte da Administração Pública, buscando preservar o interesse público, através de licitação para promover o melhor custo-benefício, garantir igualdade entre os interessados em participar da licitação e prevenir a ocorrência de fraudes e irregularidades que venham trazer prejuízo ao erário público.

No Brasil foi sancionada em fevereiro de 2020 a Lei nº 13.979, e no Art. 4 segue a premissa que fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. A liberação de compras sem licitação, pode prejudicar o interesse e segurança público referente aos gastos que tais aquisições sem a devida fiscalização podem trazer.

A pandemia da COVID-19, causada pelo vírus Sars-Cov-2, tem sido, sem dúvida, uma das maiores crises sanitárias enfrentadas pela humanidade. No combate à propagação desse vírus altamente contagioso, foi necessário adotar uma série de medidas, incluindo a implementação de novas leis e disposições destinadas a facilitar o acesso a suprimentos hospitalares e garantir o direito à saúde, conforme previsto no Artigo 196 da Constituição: “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado(...)”.

Esse trecho do artigo constitucional cita a importância da saúde como um direito fundamental de todos os cidadãos e, ao mesmo tempo, como um dever do Estado em estabelecer condições adequadas para o acesso a serviços de saúde

de qualidade. Em face da pandemia, a implementação de novas leis visa atender a essa responsabilidade do Estado de forma ágil e eficaz.

Com base nessas novas condições para enfrentamento da crise sanitária, surge a questão, como o Governo do Amazonas, no período de 2020 a 2021, durante a vigência Lei nº 13.979/ 2020, realizou as compras dispensadas de licitação, e que irregularidades podem decorrer desse tipo de aquisição?

A hipótese é que com a dispensa de licitação de forma impropria, pode haver indícios de irregularidades, chegando a se caracterizar como fraude.

Esse estudo tem por objetivo geral analisar os aspectos que seriam considerados possíveis fraudes de licitação durante a crise hospitalar ocorrida no Amazonas durante a pandemia de Covid-19, no período de 2020 a 2021, buscando por meio da consulta de operação especial “Sangria” realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) realizada no período proposto, investigando as características que fragilizaram os processos na aquisição de bens e serviços durante o período pandêmico. Dessa forma será possível avaliar o que levou ao agravamento da crise sanitária e as variáveis que beneficiaram as fraudes.

Os objetivos específicos começam por captar dados referente a contratos que foram realizados por dispensa de licitação no site do Governo (Comprasnet), e o segundo objetivo específico é cruzar os dados entre as aquisições por dispensa e as que foram consideradas alvo da Operação Sangria, e o terceiro objetivo é expor as possíveis irregularidades constatadas nas compras sem licitação e que ações foram realizadas com a constatação de fraude.

A justificativa desta pesquisa é comprovar a fragilidade da dispensa de licitação e as consequências desse tipo de compra sem a devida fiscalização, desde a déficit nas contas públicas para o abastecimento de insumos, e os direitos básicos da população perante o governo, sendo ele responsável por administrar os recursos arrecadados.

A importância do combate às fraudes e crimes realizados com verba pública, é devido a uma contraprestação para com a sociedade, isto é, para que o contribuinte saiba da importância das organizações públicas, e tenha segurança de que os valores supridos pelo Estado estão sendo alocados de forma correta.

Licitação possui uma relevância indiscutível, por envolver a sociedade no contexto de promover uma alocação de recursos que irá beneficiar a mesma. A população possui diversas obrigações relacionadas ao pagamento de tributos, que geram renda para o setor público gerenciar de forma que seja preservado o interesse público, seguindo normas para sua utilização e a fiscalização de onde será aplicado esses recursos por parte da população. (MENDONÇA, 2015).

A escolha do referido tema possui grande relevância para profissionais da área contábil, estudantes, administradores públicos e toda a população, pelo fato

de estarem inseridos nas atividades realizadas pela administração pública desde o financiamento dos serviços e bens contratados.

No contexto social, a falha em compras realizadas na esfera pública, causa certa desavença para com a sociedade, no sentido de que erros fragilizam a credibilidade pública perante a população, trazendo para discussão o objetivo das instituições públicas e o seu papel perante a federação.

Esta pesquisa também busca compreender em profundidade as causas, consequências e possíveis soluções para as irregularidades na dispensa de licitação, uma vez que essas questões têm um impacto direto na gestão eficiente dos recursos públicos e na promoção da integridade no setor público. Além disso, a dispensa de licitação é uma área que frequentemente gera polêmica e controvérsia, tanto no contexto nacional quanto internacional pela forma que acontece aos olhos de população, destacando sua relevância como tópico central desta pesquisa.

A metodologia da pesquisa tem base qualitativa e quantitativa, referente as contratações realizadas pelo Governo do Estado do Amazonas, através da dispensa de licitação, fundamentada na Lei 13.979/2020 durante o período de 2020 a 2021. A presente pesquisa possui característica documental, recorrendo a jornais, artigos e documentos oficiais para captação de resultados, segundo (Oliveira 2007), “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

O presente artigo está estruturado em seções específicas, cada uma cumprindo um papel fundamental na exposição e desenvolvimento do tema. A primeira seção é a introdução, apresentado os principais tópicos a serem expostos, seguida pelo referencial teórico que traz as bases bibliográficas e fundamentação para o artigo, a terceira seção traz a metodologia, que são os procedimentos a serem realizados para desenvolver a pesquisa, e por fim os resultados e a conclusão baseado nas amostras obtidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção do artigo, serão apresentados os fundamentos e conceitos essenciais relacionados à pesquisa, com a finalidade de estabelecer uma base sólida para a compreensão do tema em discussão. Além disso, serão abordados os antecedentes que estão profundamente ligados ao assunto da pesquisa, ajudando a situá-lo em seu contexto histórico e teórico. Também serão exploradas as semelhanças e divergências, bem como os debates e controvérsias que podem cercar o problema de pesquisa, oferecendo uma visão aprofundada das diversas perspectivas e questões envolvidas.

2.1 Antecedentes da pesquisa

Neste tópico, serão apresentados os antecedentes da pesquisa, que abrangem os artigos e trabalhos que desempenharam um papel fundamental na construção da base teórica deste estudo. Esses antecedentes, fontes acadêmicas e científicas, fornecem percepções importantes que moldaram esta pesquisa e forneceram o contexto necessário para compreender o desenvolvimento dela. Por meio dessa revisão dos antecedentes, será possível identificar as principais descobertas, teorias e pesquisas anteriores que foram desenvolvidas para a formulação deste artigo.

Tabela 1: Antecedentes da pesquisa

Autor	Ano	Objetivo Geral	Instrumentos Metodológicos	Resultados
SANTOS BEZERRA E	2021	visa demonstrar o conceito de Licitação, legislação e suas modalidades, assim como as fraudes e a formação de cartéis.	Nesta pesquisa foi realizada bibliograficamente. Os trabalhos científicos analisados, se identificou que uma especialização do profissional Forense.	Concluindo, a extrema importância, o papel de Contadores Forenses, agindo nos processos internos e externos da Licitação, com o objetivo de minimizar riscos, fraudes e erros durante todo o processo
MENDONÇA	2015	Busca-se mostrar os aspectos conceituais e legais da licitação, que é regida pela Lei nº 8.666/93, indicar as penas e os crimes previstos na legislação, informar os crimes de licitação mais comuns no Brasil e estudar as formas de prevenção para as fraudes mais comuns no processo licitatório.	As estratégias metodológicas utilizadas foram estudos bibliográficos e documentais, em fontes como livros, artigos e sites, sendo uma pesquisa descritiva e que utilizou o método dedutivo.	O avanço na diminuição das fraudes licitatórias quando comparadas há alguns anos é inegável. Porém, consiste em um processo penoso, que avança gradativamente e que ainda possui muito a ser feito para que a Administração Pública funcione com mais transparência e como é o seu dever.
PICINATO	2018	tem por objetivo trazer à discussão quais seriam as práticas daqueles que procuram furtar-se ao rigor nos processos licitatórios, bem como quais as condutas, que se adequam nos tipos penais vinculados pela Lei de Licitações.	O presente estudo tem caráter social, sendo sua pesquisa de âmbito qualitativo e exploratório. Foram coletados dados secundários para compor o referencial teórico para se ter bases sólidas para uma posterior conclusão.	para a disseminação dos resultados, posteriormente serão elaborados artigos que deverão ser publicados e apresentados em eventos, bem como aplicação prática, tendo em vista o trabalho e função desempenhados pelo próprio pesquisador na sociedade.
NASCIMENTO, MALHEIROS FILHO E EVERONESE	2022	tem como objetivo geral analisar em que medidas as lacunas na má contratação pública – causadas por certames viciados, fraudulentos e que ferem os princípios licitatórios –, prejudicam o Erário e empresas concorrentes.	O método de pesquisa utilizado foi documental objetivando a análise de conteúdo que envolve o estudo, de informações existentes registradas em mídia, textos, itens físicos e materiais disponíveis para leitura em geral.	Verificou-se a importância do processo licitatório para aquisição de bens e serviços pela administração pública e como certames viciados prejudicam o toda a coletividade e os cofres públicos.

SILVA NETO ET AL.	2022	o objetivo foi analisar os efeitos causados pela pandemia de Covid19 na dinâmica da gestão da cadeia de suprimentos hospitalar de uma Operadora de Plano de Saúde localizada no Agreste pernambucano.	Para tanto, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando as técnicas de entrevistas semiestruturadas e observação participante com registros em diário de campo como as principais técnicas de coleta de dados.	Os resultados da pesquisa apontam que a organização precisou reorganizar várias atividades logísticas e novos processos logísticos foram emergidos para suprir as necessidades oriundas do cenário de pandemia de Covid-19 na região Agreste.
MAIA ET AL.	2020	O presente estudo se propõe, portanto, a compreender a hipótese de dispensa de licitação prevista na nova Lei e discutir como essa medida pode impactar a transparência dos gastos públicos.	uma ferramenta em que é possível acompanhar os gastos sem licitação, realizados por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet), relacionados ao enfrentamento da doença. Analisando tais dados, verifica-se que, na data de 22 de maio de 2020, o governo federal realizou mais de 3.050 dispensas de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos, representando um gasto de mais de R\$ 1,80 bilhão aos cofres públicos.	Desse modo, como se pôde observar, a situação emergencial ocasionada pela covid-19 trouxe à tona a discussão de como a Administração Pública pode, da forma mais benéfica e legal, realizar aquisições para o seu enfrentamento, minimizando, assim, danos maiores à saúde e à vida da população. Entretanto, cabe também ao cidadão exercer seu papel de vigia, zelando pela adequada e eficiente alocação dos recursos públicos.
SANTOS	2021	Este estudo, destacará as principais mudanças do procedimento de contratação direta para o atendimento de emergências e/ou calamidades públicas advindas da Lei n.º 14.133/2021	foi utilizado como metodologia o estudo dos dispositivos legais, normas infraconstitucionais, portais transparência, a doutrina, a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU e pesquisas por regiões do Brasil das Jurisprudências dos Tribunais de Contas Estaduais.	foi possível fazer um estudo e análise comparativa das principais mudanças entre a Lei nº 8.666/93 e a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21, notadamente quanto às Contratações Diretas por dispensa na hipótese de emergência ou calamidade pública, assim como os pontos positivos e negativos trazidos pela Lei.
FERREIRA, SILVA E GOMES	2022	o objetivo de demonstrar a improbidade administrativa diante dos processos de dispensa de licitação no decorrer de uma decretação de estado de calamidade pública como um instrumento de observação de fraudes e suas devidas sanções.	Para atingir o escopo desse trabalho o estudo embasou-se no método dedutivo, no qual o foco foi à improbidade administrativa nos processos de dispensa de licitação e seguindo seus conteúdos induzidos que se concentram no tema e suas consequências.	Conclui-se que o Estado deve controlar e fiscalizar o abuso de poder e o intrujar da lei, protegendo o patrimônio que se destina a sociedade civil e evitando a morosidade, dificuldades e empecilhos administrativos.

JORGE	2019	tem por escopo principal examinar a hipótese de dispensa de licitação fundamentada em situações emergenciais ou de calamidade pública prevista no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, a fim de definir, de modo objetivo e fundamentado com base na doutrina especializada e na jurisprudência técnico-administrativa do Tribunal de Contas da União	a análise dirigir-se-á às contratações diretas, sem a realização do procedimento ordinário de licitação. Nesta ocasião, serão examinados os pressupostos de validade da contratação, os seus limites contratuais e a possibilidade da flexibilização de seu procedimento.	A partir de uma análise sistemática e teleológica, pode-se concluir que as superações legais constatadas em razão de situações extremas, além da anormalidade que se espera de uma hipótese de emergência ou de calamidade pública, fundamentam-se no ordenamento jurídico como um todo, especialmente nos princípios da finalidade, da obrigatoriedade de desempenho da atividade pública, da eficiência e da razoabilidade.
BARROS E COSTA FILHO	2022	Como objetivo da pesquisa, buscou-se definir o que é dispensa de licitação à luz da legislação de licitação vigente no Brasil (Lei Nº 8666/93), bem como explicar o funcionamento do processo licitatório da referida diante da distinção dos processos de dispensa e inexigibilidade.	Dessa forma, a metodologia aplicada foi uma pesquisa bibliográfica e mediante um estudo de caso da legislação aplicada ao caso concreto do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás com vistas à eficácia da legislação na condução da Gestão Pública.	A pesquisa conseguiu atingir seus objetivos ao conceituar, apresentar as características e as implicações da Lei de Licitações diante do caso concreto da dispensa de Licitação ocorrida devido a pandemia da SARS-CoV-2 (COVID-19). Em outras palavras, a eficácia da lei diante da adaptação do momento pandêmico, da minimização dos impactos da pandemia e da efetiva contratação de produtos e serviços pela Administração Pública, entre 2020 e 2022.
NOBRE E AGUIAR	2020	Esta pesquisa visa analisar as repercussões advindas da edição da Medida Provisória nº 926/2020, com foco na dispensa de licitações no período de calamidade pública decorrente do coronavírus.	Utilizou-se metodologia teórica, por meio de estudo bibliográfico, documental e jurisprudencial.	Conclui que a inovação legislativa relativa à dispensa de licitação prevista na Lei nº 13.979/2020 é um mecanismo recente de enfrentamento da pandemia, estando, portanto, sujeito a constantes alterações por meio de alterações legislativas, principalmente por meio de medidas provisórias.

ADÃO	2020	O presente estudo pretende analisar os pressupostos e limites da contratação direta em razão de emergência imprevisível ou fabricada.	utilizando-se como metodologia a pesquisa bibliográfica de doutrinadores, da legislação e da jurisprudência pátria, inicia-se o desenvolvimento do presente trabalho com abordagens sobre os aspectos gerais sobre a licitação, partindo-se da regra da obrigatoriedade de licitar, com as respectivas exceções, e culminando no procedimento para a contratação direta.	Desse modo, se caracterizada a emergência, seja imprevisível ou fabricada, a contratação deve ser efetivada. Por outro lado, deve-se apurar a responsabilidade do agente público causador da situação emergencial. Em outros termos, se houver eventual irregularidade na contratação, o gestor público será investigado e, caso seja provado que agiu com desídia, de modo que tenha causado a emergência, estará sujeito a sanções.
CARVALHO	2021	O presente trabalho teve como objetivo, o estudo das fraudes na dispensa de licitação durante a pandemia e suas causas, nas contratações emergenciais iniciadas no Brasil no ano de 2020.	Utilizou-se do método dedutivo bibliográfico para tal.	A observância e cumprimento a toda estrutura normativa de princípios, requisitos e mecanismos de controle interno e externo é responsabilidade do Estado, e conclui-se que essa observância é um pilar atemporal para processos licitatórios, independentemente de qualquer mudança na legislação, sem ela o processo torna-se falho.
PASSOS	2020	A questão da objetividade primordial do presente estudo se dá pela especificidade do tema citado de forma a demonstrar os passos para realização do procedimento de dispensa licitatória e sua importância para celeridade da contratação mais vantajosa a fim de suprir as necessidades emergenciais da Administração Pública.	O estudo será feito em caráter de levantamento bibliográfico de artigos recentes e livros didáticos de suma importância para entendimento do assunto tratado.	No primeiro momento, os dados históricos demonstram como foram criadas as licitações, que se mostraram a forma mais justa de promover a igualdade na aquisição de bens e serviços como instrumento da administração pública. Assim, o conteúdo do processo de contratação, ou seja, podemos definir o contrato como uma ferramenta formal que permite à gestão pública firmar contratos com pessoas físicas de acordo com os procedimentos legais e processuais de licitação, e firmar contratos para a realização de projetos, serviços e compras.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme os antecedentes, é possível observar uma certa predominância na escolha do instrumento metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental

são as mais citadas, em decorrência do acesso informações primárias e secundárias oferecidas na internet, e os objetivos a qual pesquisa se propõem expor. A presente pesquisa possui certa similaridade em relação a metodologia de (Maia et al. 2020), pelo fato de buscar no (Comprasnet) as compras feitas por meio de compra direta e conseqüentemente dispensadas de licitação.

A pesquisa documental, que é uma das utilizadas nesse artigo, busca em fontes primárias e secundárias, e ela foi o instrumento metodológico de (Nascimento, Malheiros filho e Everonese 2022), que também trazem dados de mídias, textos e livros sobre como a área pública é afetada pela improbidade que pode ocorrer perante o processo licitatório e quais os prejuízos decorrentes da falha desse processo.

Os artigos presentes nos antecedentes da pesquisa então aglutinados em decorrência de assuntos em comum, como a pandemias que é algo recente, as licitações públicas direcionando as dispensas de licitação, e a gestão de recursos durante esse período pandêmico com enfoque em como eles foram utilizados no setor público.

2.2 Lei Geral de Licitações

Segundo o Inciso XXI, do artigo 37, da Constituição de 1988, a obtenção de bens e serviços devem ser realizados por meio de licitação, sendo o mesmo, uma forma de estabelecer isonomia entre os concorrentes, e abordagem de todas as obrigações solicitadas prezando pela proposta mais vantajosa para o interesse público (Quintella & Gonzaga, 2020).

A Lei Federal 8.666/93, posteriormente alterada para 14.133/21, conhecida como “Lei Geral de Licitações e Contratos Público” estabelece normas gerais que devem ser seguidas para a realização de um processo licitatório. Essa lei abrange também quais situação não é necessário a realização de licitação, e quando é dispensada ou inexigível o prosseguimento dela. Conforme o Artigo 24º, Inciso IV, em situações que esteja em calamidade pública e em casos emergenciais, fica dispensada a realização de licitação pelo fato de comprometer ou causar prejuízo as pessoas e bens públicos, buscando realizar de forma célere a aquisição de bens e serviços, como fim de amparar a população.

2.3 Lei n° 13.979/2020

Em fevereiro de 2020, surge a lei 13.979, e em seu Artigo 4º, torna dispensável a realização de licitação em situações relacionadas ao enfrentamento de emergência da saúde pública como forma de combater a proliferação do vírus Sars-Cov-2, relacionado a doença Covid-19. Como forma de facilitar o acesso a insumos para combater a pandemia, foi necessário estabelecer normas que diminuíssem as burocracias da realização de licitação prezando pela segurança pública perante a calamidade presente, de forma que os serviços essenciais chegassem à população o mais breve possível.

2.4 Crimes em licitações

A lei 14.133/21, que substitui a antiga 8666/93, expõe em quais situações é considerado crime de licitação. Segundo o Art. 337-F, “frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório: Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa”. Como forma de beneficiar a si mesmo ou terceiro, isso acaba prejudicando a competição e ferindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa, um exemplo de fraude é o Cartel, na qual empresas se unem para combinar preços, e com isso dividem o mercado e eliminam a livre concorrência.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, tem como principal foco e objetivo, explorar as características da dispensa de Licitação além do conceito de Licitação. Demonstrando os fundamentos e tipos de fraudes aplicadas no Amazonas investigas pela Operação Sangria e os pontos que levaram a ocorrência de fraude nos processos Licitatórios.

A Operação Sangria foi uma parceria entre Controladoria Geral da União (CGU) a Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e a Receita Federal do Brasil (RFB), e seu principal objetivo era a busca de contratos realizados em entes públicos no Amazonas, e apurar as possíveis irregularidades nas dispensas de licitação.

Esta é uma pesquisa documental, e na qual envolve a análise e interpretação de documentos, relatórios, registros e outros materiais disponíveis em fontes de pesquisa. A metodologia da pesquisa tem base qualitativa e quantitativa, conforme (Proetti 2017) a pesquisa qualitativa não se busca quantificar, mas sim direcionar a busca por respostas que ajudem a entender, descrever e interpretar fatos, já a pesquisa quantitativa visa enumerar e medir eventos de forma objetiva e precisa.

O presente artigo possui característica exploratória, por realizar levantamento de informações voltadas a compras realizadas por dispensa de licitação, mais especificamente a compras semelhantes as investigadas na Operação Sangria.

A pesquisa documental é rica em informações que podem ser usadas em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais pelo fato de possibilitar a compreensão do contexto histórico e sociocultural (Á-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI,2009). (Celleard 2008) relata que “(...) tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte” (...)”. Isso nos traz a perspectiva que, diferente da pesquisa bibliográfica que fica restrita a artigos e fontes secundarias, a pesquisa documental abrange a captação de dados por meio de fontes primarias e secundarias.

O universo da pesquisa são as contratações de bens e serviços do Governo do Estado do Amazonas, e a amostra é através de contratos realizados por dispensa de licitação durante a vigência da Lei 13.979/2020, com correlação a operações realizadas pelo Controladoria Geral da União – CGU e pelo Ministério Público do Estado do Amazonas – MPAM.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Conforme os andamentos da pesquisa, foi obtido dados de compras realizadas no âmbito da lei 13.979, e logo após, será separado as que obtiveram respaldo para dispensa de licitação e quais possíveis irregularidades foram cometidas nessas contratações conforme a Lei Geral das Licitações. A operação Sangria serviu como base para quais compras podem possuir irregularidades e como a legislação facilitou a probabilidade de fraude durante a pandemia.

4.1 Captação de dados referente a contratos

Através do site (<https://www.e-compras.am.gov.br>), foi obtido a dispensa de licitação nº 047/2020, que foi retratada como ponto inicial das investigações da Operação Sangria, o contrato de compra se trata de o fornecimento de ventiladores pulmonares, pelo valor total de R\$2.976.000,00. Essa compra foi realizada pela Secretaria de Estado da Saúde no dia 08/04/2020, durante a vigência da lei que liberava a compra de suprimentos relacionados ao combate da pandemia de COVID 19.

A empresa ganhadora foi a FJAP E CIA LTDA, que conforme a Receita federal, não possui dentre os seus ramos de atuação, a venda dos itens propostos na dispensa de licitação.

Tabela 2: Objeto da compra por dispensa de licitação nº 047/2020- SES/AM

Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor Total
(ID-120472) VENTILADOR PULMONAR, Aplicação: uso Hospitalar, doméstico, portátil, intra/extra-hospitalar para aplicações invasivas e não invasivas em pacientes Pediátricos (com no mínimo 5kg) e Adultos; MARCA PHILIPS	4	Unidade	R\$ 470.400
(ID-120472) VENTILADOR PULMONAR, Aplicação: uso Hospitalar, doméstico, portátil, intra/extra-hospitalar para aplicações invasivas e não invasivas em pacientes Pediátricos (com no mínimo 5kg) e Adultos; MARCA RESMED.	24	Unidade	R\$ 2.505.600

Fonte: Elaboração própria.

Com os dados expostos na Tabela 2, é possível ver a quantidade de respiradores que foram objetos da dispensa de licitação, e os valores que conforme auditores da CGU, foram muito acima dos preços praticados no mercado no período expresso, fora que os respiradores segundo o Conselho Regional de Medicina do Amazonas (CREMAM) eram inadequados para pacientes com COVID-19.

4.2 Cruzamento de dados entre as aquisições por dispensa de licitação e os contratos da Operação Sangria

A dispensa de licitação 047/2020 foi totalmente homologada, levando a se tornar alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) em conjunto a Controladoria Geral da União (CGU), Ministério Público Federal (MPF) e a Receita Federal do Brasil (RFB), por diversos fatores que levavam a crer que estavam diante de uma fraude de licitação. A empresa FJAP E CIA LTDA, que foi a fornecedora dos produtos da compra, que seriam “28 ventiladores pulmonares”, não tem dentre as atividades econômicas o comércio de produtos da natureza solicitada, e isso foi um dos indícios de questionamento do porquê a empresa foi escolhida dentre as outras.

Segundo uma Cautelar Criminal, expedida no dia 29/06/2020, pelo ministro Francisco Falcão, a compra dos respiradores havia sido objeto de outra Dispensa de Licitação, de nº 039/2020, mas ela foi homologada em 02/04/2020 e não prosseguiram com o pagamento e entrega dos produtos. A aquisição seria de 50 respiradores, pelo valor unitário de R\$ 100.380 (cem mil trezentos e oitenta reais), e a ganhadora foi a empresa JALUSA CORPORATION INC, mas não houve a efetivação. Logo mais, no dia 08/04/2023, surge o novo processo de

dispensa de licitação nº47/2020, que só concorreu a empresa FJAP E CIA LTDA, e foi concluído em poucas horas após sua abertura.

Se for realizado a consulta site oficial de Compras do Governo do Estado, não é possível localizar a Dispensa de Licitação nº 039/2020, somente a nº 047/2020.

Imagem 1: Histórico da dispensa licitação nº 047/2020- SES/AM



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
E-COMPRAS.AM - HISTÓRICO DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Edital: RDL 047/20 - AQ. DE VENTILADOR. PUL - SUSAM

Status: Homologado Total

Data de Abertura: 08/04/20 15:23

Data de Impressão: 12/10/2023 1.47 PM

Lote	1	Situação	Homologado	Vi. Unitário (R\$)	STATUS
Forneceador					
1 - FJAP E CIA LTDA				470.400,00	VENCEDOR
Lote	Seq.	Produto	Qtde		
1	1	(ID-120472) VENTILADOR PULMONAR, Aplicação: uso Hospitalar, Doméstico, Portátil, intra/extra-hospitalar para aplicações invasivas e não invasivas em pacientes Pediátricos (com no mínimo 5kg) e Adultos; Tipo: Mecânico; Modos de Terapia: Controle de Volume e Pressão; Monitoramento em tempo real na tela LCD; Armazenamento de dados; Leitura de Cartão SD; Modos de Ventilação: CPAP, T, S/T, SIMV, PAC, CV, PACV; Intervalo de Pressão: IPAP: 3 a 50 cmH2O, EPAP: 3 a 25 cmH2O, CPAP: 4 a 20 cmH2O, PEEP: 0 a 20 cmH2O; Frequência Respiratória: 2 a 60bpm; Pressão de Suporte: 4 a 30 cmH2O; Volume Corrente: 50 a 2000ml; Fluxo máximo 200 l/min; Alarmes Ajustáveis: Desconexão do Paciente, Apneia, Volume corrente Alto/Baixo, Ventilação por minuo Alta/Baixa, Frequência Respiratória Alta/Baixa, Pressão Inspiratória Alta/Baixa; Bateria Interna com autonomia mínima de 4hs; Possibilidade de entrada de Bateria Externa; Voltagem 100-240V (Bivolt); Acessórios: Circuito invasivo e não invasivo, Máscara de acordo com o formato do rosto do Paciente, Umidificador, Filtros, Bolsa de Transporte e Manual; Serviço de instalação e adaptação ao aparelho, por profissional especializado. . INFORMAÇÕES ADICIONAIS: MARCA PHILIPS. As informações adicionais foram lançadas pelo funcionário MARCELO BARBOSA CORRÊA, da UG 17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE , e não podem contrariar o descritivo do item (ID-120472) 	4,00		

Lote	2	Situação	Homologado	Vi. Unitário (R\$)	STATUS
Forneceador					
1 - FJAP E CIA LTDA				2.505.600,00	VENCEDOR
Lote	Seq.	Produto	Qtde		
2	2	(ID-120472) VENTILADOR PULMONAR, Aplicação: uso Hospitalar, Doméstico, Portátil, intra/extra-hospitalar para aplicações invasivas e não invasivas em pacientes Pediátricos (com no mínimo 5kg) e Adultos; Tipo: Mecânico; Modos de Terapia: Controle de Volume e Pressão; Monitoramento em tempo real na tela LCD; Armazenamento de dados; Leitura de Cartão SD; Modos de Ventilação: CPAP, T, S/T, SIMV, PAC, CV, PACV; Intervalo de Pressão: IPAP: 3 a 50 cmH2O, EPAP: 3 a 25 cmH2O, CPAP: 4 a 20 cmH2O, PEEP: 0 a 20 cmH2O; Frequência Respiratória: 2 a 60bpm; Pressão de Suporte: 4 a 30 cmH2O; Volume Corrente: 50 a 2000ml; Fluxo máximo 200 l/min; Alarmes Ajustáveis: Desconexão do Paciente, Apneia, Volume corrente Alto/Baixo, Ventilação por minuo Alta/Baixa, Frequência Respiratória Alta/Baixa, Pressão Inspiratória Alta/Baixa; Bateria Interna com autonomia mínima de 4hs; Possibilidade de entrada de Bateria Externa; Voltagem 100-240V (Bivolt); Acessórios: Circuito invasivo e não invasivo, Máscara de acordo com o formato do rosto do Paciente, Umidificador, Filtros, Bolsa de Transporte e Manual; Serviço de instalação e adaptação ao aparelho, por profissional especializado. . INFORMAÇÕES ADICIONAIS: MARCA RESMED. As informações adicionais foram lançadas pelo funcionário MARCELO BARBOSA CORRÊA, da UG 17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE , e não podem contrariar o descritivo do item (ID-120472) 	24,00		

HISTÓRICO DO CHAT

08/04/2020 15:25:39	- Auxiliar	- Proposta do Proponente FJAP e CIA LTDA incluída no sistema.
08/04/2020 15:28:52	- Auxiliar	- FJAP e CIA LTDA , classificado para o lote 1 no Exame de Conformidade 2
08/04/2020 15:29:15	- Auxiliar	- FJAP e CIA LTDA , classificado para o lote 2 no Exame de Conformidade 2
08/04/2020 15:29:27	- Auxiliar	- CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS FINALIZADA.
08/04/2020 15:31:45	- Auxiliar	- Declarado Vencedor para o Lote 1: Proponente 1.
08/04/2020 15:31:45	- Auxiliar	- Declarado Vencedor para o Lote 2: Proponente 1.
08/04/2020 15:31:54	- Auxiliar	- Classificação final encerrada
08/04/2020 16:53:29	- Proponente	- Licitação Homologada total.

Fonte: Portal E-compras do Governo do Amazonas

Como é possível ver na imagem acima, a FJAP E CIA LTDA foi a única empresa a participar da dispensa de licitação promovida pela SES-AM, sendo declarada vencedora no mesmo dia, conforme consta no histórico da licitação em anexo na imagem 1.

4.3 Exposição das possíveis irregularidades

No decorrer da dispensa de licitação é possível constatar que houve diversos fatores que remetem a irregularidades. Conforme a Lei 13.979, é permitida em circunstâncias excepcionais, como no caso de calamidade pública ou emergência em saúde pública a dispensa de licitação. No entanto, a ausência de concorrência ou a escolha de uma única empresa, sem justificativa plausível ou razoável, pode levantar questionamentos sobre um possível direcionamento ou favorecimento da empresa FJAP E CIA LTDA.

Conforme o Art. 62 da Lei 14.133/2020, “ A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação (...)”, e a habilitação exige que as empresas interessadas em ter algum contrato com a Administração Pública comprovem sua capacidade técnica, operacional, legal e econômico-financeira para o fornecimento dos produtos ou serviços ofertados. O histórico de venda ou fornecimento de itens específicos não é uma exigência explícita, mas a empresa deve comprovar capacidade técnica para executar o contrato, e a contratação da empresa FJAP E CIA LTDA, que não tinha dentre suas atividades a venda dos produtos considerados objetos da dispensa de licitação, pode levantar questionamentos sobre sua capacidade de atender às demandas da Administração Pública.

O Conselho Regional de Medicina do Amazonas (CREMAM), durante a primeira fase da Operação Sangria, considerou inadequados os respiradores para os pacientes com covid-19, levando a crer uma possibilidade de negligência na seleção dos equipamentos por parte da Secretaria de Saúde do Amazonas (SES-AM). A conclusão rápida do processo de dispensa de licitação em questão de horas após a abertura pode indicar falta de análise adequada ou até mesmo direcionamento do processo, devido a apenas uma empresa concorrer.

Outro indício de possível irregularidade é a não disponibilidade de informações sobre a dispensa de licitação anterior (nº 039/2020), que pode indicar falta de transparência e dificuldade de verificação das etapas do processo da compra dos respiradores.

5. CONCLUSÃO

A legislação relativa às licitações, especialmente em momentos de emergência, como durante a pandemia da COVID-19, é essencial para garantir a integridade, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. A dispensa de licitação, embora possa ser uma ferramenta necessária em situações de calamidade pública, requer atenção e rigor na sua aplicação, de forma a garantir que a agilidade não comprometa a veracidade e a eficácia na aquisição de bens e serviços.

O caso da Operação Sangria, referente as aquisições efetuadas pelo Governo do Amazonas durante o período de 2020 a 2021, sob o amparo da Lei 13.979/2020, abriu possibilidades para questões pertinentes sobre a legitimidade e adequação dos processos de dispensa de licitação. A análise das aquisições, especialmente aquelas vinculadas à Operação Sangria, revela uma série de acusações de irregularidades que merecem uma investigação aprofundada. A fragilidade na seleção dos fornecedores, a ausência de concorrência, a possível falta de capacidade técnica por parte dos fornecedores selecionados e a falta de transparência em relação aos processos anteriores de dispensa de licitação sugerem a possibilidade de irregularidades, inclusive fraudes.

Essas descobertas apontam para a necessidade de uma investigação mais detalhada desses processos de aquisição, considerando não apenas os critérios legais de dispensa de licitação, mas também a conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa, estabelecidos na legislação. Além disso, o uso inadequado dos recursos públicos, especialmente em um momento crítico de combate à pandemia, pode comprometer gravemente a eficiência e a eficácia das ações governamentais, afetando diretamente a sociedade e a saúde pública.

É necessário o desenvolvimento de mais pesquisas sobre dispensa de licitação, como sobre a análise previa de licitações, os impactos sociais e econômicos das irregularidades, ou até mesmo um estudo comparativo com outros estados, devido a sua importância para a população acompanhar como os recursos públicos estão sendo geridos e quais medidas de fiscalização estão sendo impostas para atender o interesse público.

REFERÊNCIAS

ADÃO, V. H. S. CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE EMERGÊNCIA IMPREVISÍVEL OU FABRICADA GOIÂNIA 2020. **Repositório PUC GOIAS**, <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/979?mode=simple>, 2020. Acesso em 21 de maio 2023.

AGUIAR DOS SANTOS, F.; OLIVEIRA BEZERRA, D. LICITAÇÃO PÚBLICA E SEUS CONTRATOS: FRAUDES E CARTÊIS EM LICITAÇÕES. **Periódicos IESP**, <https://periodicos.iesp.edu.br/>, v. 8, n. 2, 2022. Acesso em 25 de maio de 2023.

ANTONIO REINALDO SILVA NETO -, A. et al. **Os efeitos da Pandemia de Covid-19 na Gestão da Cadeia de Suprimentos Hospitalar de uma Operadora de Plano de Saúde**. <https://anpad.org.br/>, 2022. Acesso em 24 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993. Acesso em 21 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020. Acesso em 21 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 14.133**, de 1 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021. Acesso em 21 de abril de 2023.

CARVALHO, M. A. B. AS FRAUDES NA DISPENSA DE LICITAÇÃO DURANTE A PANDEMIA E AS SUAS CAUSAS. **Repositório PUC GOIAS**, <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2542>, 2021. Acesso em 21 de junho 2023.

CASTROVIEJO, G. G. A. **Coronavírus (COVID-19) e dispensa de licitação: análise sob a ótica da Lei nº 13.979/2020**. <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/37814>, 2020. Acesso em 25 de maio de 2023.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **CGU, PF, MPF e RFB apuram irregularidades em compras de respiradores no Amazonas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-pf-mpf-e-ffb-apuram-irregularidades-em-compras-de-respiradores-no-amazonas>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CORTEZ, R. DE P. S.; FONTES, M. J. M. **Análise crítica do procedimento licitatório da dispensa de licitação prevista na Lei 13.979/2020**. <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3325>, 2021. Acesso em 21 de junho de 2023.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Covid-19: CGU, PF e MPF deflagram segunda fase da Operação Sangria**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/10/covid-19-cgu-pf-e-mpf-deflagram-segunda-fase-da-operacao-sangria>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Covid-19: CGU, PF e MPF combatem irregularidades em Manaus (AM)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/11/covid-19-cgu-pf-e-mpf-combatem-irregularidades-em-manaus-am>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

FERREIRA, A. DA S.; SILVA, I. P. C.; GOMES, S. E. R. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UM OLHAR ACERCA DOS PROCESSOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FRENTE AO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 5, p. 1231–1249, 31 maio 2022. Acesso em 21 de abril de 2023.

JENIFFER, A.; MAIA, R. **Transparência dos Dados de Dispensa de Licitação para Combate à Covid-19**. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2891.pdf>, p. 1, 2020. Acesso em 25 de maio de 2023.

JORGE, R. G. **DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS**. <https://doi.org/10.11606/D.2.2019.tde-24072020-012245>, 2019. Acesso em 25 de junho de 2023.

JOSÉ SARAIVA DA FONSECA, J. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA**. <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>, 2002. Acesso em 21 de junho 2023.

MARIA SERRANO MENDONÇA, B. DE; PESSOA -PB, J. **ANÁLISE DAS PRINCIPAIS FRAUDES OCORRIDAS NO PROCESSO LICITATÓRIO NA ESFERA FEDERAL E SUAS MEDIDAS PREVENTIVAS**. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1840>, 2015. Acesso em 21 de junho de 2023.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL. **CAUTELAR INOMINADA CRIMINAL Nº30**. , 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/blogs/blog/wp-content/uploads/sites/41/2020/06/dec_300620202913.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

NASCIMENTO, C. C. DO; MALHEIROS FILHO, M. A. DE A.; VERONESE, D. Z. V. **FRAUDES LICITATÓRIAS: COMO AFETAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESAS. CONCORRENTES**. <https://unifan.net.br/wpcontent/uploads/2023/02/FRAUDES-LICITATORIAS-COMO-AFETAM-A-ADMINISTRACAO-PUBLICA-E-EMPRESAS-CONCORRENTES.pdf>, 2022. Acesso em 25 de maio de 2023.

NUNES DA SILVA, C.; DE LIMA PINTO, E. Dispensa de licitação durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19. **ANAIS DA XV AMOSTRA CIENTÍFICA DO CESUCA**, <https://ojs.cesuca.edu.br/>

index.php/mostrac/article/view/2139, 2021. Acesso em 24 de maio de 2023.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PASSOS, H. M. DOS. **Dispensa de licitação**: a flexibilização do procedimento licitatório no período de pandemia. <http://65.108.49.104:80/xmlui/handle/123456789/22>. Acesso em 24 de maio de 2023.

PEREIRA, D.; CARNEIRO, M. Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 2. **EDUCAPES**< <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/561084>>, 23 dez. 2019. Acesso em 21 de abril de 2023.

Portal de Compras do Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www.e-compras.am.gov.br/publico/licitacoes_detalhes.asp?ident=205192&acompanhamento=true>. Acesso em: 1 out. 2023.

POUPART, J. ET AL.; NASSER, A. C. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. [s.l.] Vozes, 2008. Acesso em 21 de abril de 2023.

PROETTI, S. **AS PESQUISAS QUALITATIVA E QUANTITATIVA COMO MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: UM ESTUDO COMPARATIVO E OBJETIVO**. Revista Lumen, <http://dx.doi.org/10.32459/revistalumen.v2i4.60>, 2017. Acesso em 21 de abril de 2023.

QUINTELLA, L.; DE AMEIDA GONZAGA, J. **Dispensa de licitação para combate ao coronavírus: análise da hipótese de contratação direta da Lei 13.979/2020**. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/dispensa-de-licitacao-para-combate-ao-coronavirus/826150866>. Acesso em 21 de maio 2023.

RONIE SÁ-SILVA, J.; DOMINGOS DE ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf, 2009. Acesso em 18 de abril de 2023.

SANTOS, I. T. T. **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO POR EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 14.133/2021**. <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/60521/contratao-direta-por-dispensa-de-licitao-por-emergencia-ou-calamidade-pblica-luz-da-nova-lei-de-licitaes-e-contratos-administrativos-n-14-133-2021>, 2020. Acesso em 25 de maio de 2023.

SILVIA APARECIDA PEREIRA, F. et al. ESTUDO/ANÁLISE DOCUMENTAL: UMA REVISÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA. v. 5 n. 1 (2016): **Criar Educação - Revista do Programa de Pós-graduação em Educação - UNESC**, <https://doi.org/10.18616/ce.v5i1.2446>, 2016. Acesso em 15 de maio 2023.

SOLON MARQUINHO NOBRE, EMILY.; COÊLHO AGUIAR, S. Lei nº 13.979/2020 e o regime emergencial da dispensa de licitação do coronavírus.

Revista Controle - Doutrina e Artigos, [S. 1.], v. 18, n. 2, p. 77–108, 2020. DOI: 10.32586/rcda.v18i2.631. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/631>., 2020. Acesso em 10 de maio 2023.

VICENTE PICINATO, S. **UMA ANÁLISE SOBRE AS FRAUDES E CRIMES NAS LICITAÇÕES**. <http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/bitstream/handle/123456789/226/MONOGRAFIA%20P%C3%93S%20BANCA%20-%20Sebasti%C3%A3o.pdf>, 2018. Acesso em 1 de maio 2023.

WINKERT, A. et al. **CUSTOS HOSPITALARES NA PANDEMIA SARS-COV-2: UM ESTUDO SOBRE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) EM DUAS UNIDADES HOSPITALARES NO OESTE DO PARANÁ**. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4904>, v. 23, n. 2, p. 1024–1044, 2021. Acesso em 20 de maio 2023.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM MANAUS: ANÁLISE DE EFICÁCIA DESTE INSTRUMENTO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CIDADÃ VOLTADA AOS MAIS NECESSITADOS

**THE PARTICIPATORY BUDGET IN MANAUS: ANALYSIS OF
THE EFFECTIVENESS OF THIS DEMOCRATIC PARTICIPATORY
INSTRUMENT IN CITIZEN BUDGET ALLOCATION AIMED AT
THOSE MOST IN NEED**

RESUMO

Nesta pesquisa, por meio de um estudo qualitativo e quantitativo, explana-se no que consiste o Orçamento Participativo e como tem sido seu funcionamento em Manaus. Na componente qualitativa, são consultados meios bibliográficos diversos para que se possa explicar quais moldes teóricos do Orçamento Participativo em Manaus. Na componente quantitativa, são analisadas informações constantes nas LOAs de Manaus, entre 2002 e 2023, a fim de evidenciar se são suficientes para o custeio de programas elaborados nesse foro deliberativo. Para que se possa mensurar sua eficácia, o indicador Taxa de Mortalidade Infantil é apresentado, no recorte temporal 2006-2020, no sentido de evidenciar se as populações mais carentes têm sido contempladas. Conforme a análise produzida ao fim da pesquisa, é possível constatar que o Orçamento Participativo em Manaus não tem apresentado eficácia relevante.

Palavras-chave: Orçamento Participativo; Democracia participativa; Manaus; Alocação.

ABSTRACT

In this research, through a qualitative and quantitative study, it is explained what the Participatory Budget consists of and how it has worked in Manaus. In the qualitative component, various bibliographic resources are consulted so that the theoretical framework of the Participatory Budget in Manaus can be explained. In the quantitative component, information contained in the Manaus LOAs, between 2002 and 2023, is analyzed in order

to demonstrate whether they are sufficient to fund programs prepared in this deliberative forum. In order to measure its effectiveness, the Infant Mortality Rate indicator is presented, in the 2006-2020 time frame, in order to show whether the most needy populations have been covered. According to the analysis produced at the end of the research, it is possible to verify that the Participatory Budget in Manaus has not shown relevant effectiveness.

Keywords: *Participatory Budget; Participatory democracy; Manaus; Allocation.*

1. INTRODUÇÃO

No curso de Contabilidade, a maior parte dos estudantes volta-se aos aspectos tradicionais de demonstrações contábeis de empresas, de contabilidade no setor privado, balanços orçamentários empresariais, etc. No entanto, existe um rico campo de estudo que engloba o aspecto público da Contabilidade, em especial no que diz respeito a práticas alternativas de governança orçamentária, que envolve a busca por soluções para problemas relevantes no Brasil, como a corrupção.

Deste aspecto da Ciência Contábil surgiu o interesse pelo Orçamento Participativo em Manaus. Neste ano de 2023, ocorreram plenárias na cidade para a elaboração do Plano Plurianual 2024-2027, do governo federal, e disto resultou o interesse em desenvolver uma pesquisa que pudesse contribuir para o entendimento do que são essas modalidades participativas de exercício democrático e de que modo a realidade local é afetada por uma ferramenta como o Orçamento Participativo.

Ao iniciar esta pesquisa, parte-se do pressuposto de que o Orçamento Participativo em Manaus ainda não é muito abrangente, uma vez que ainda se observa muito clientelismo político e corrupção na Administração Pública, mas tem-se a intenção de chegar a um entendimento que possa demonstrar como, de fato, tem sido a realidade desta prática participativa em Manaus, e se existem meios para aprimorá-la.

A democracia representativa vem sendo o modelo privilegiado nos Estados Democráticos de Direito desde suas origens. Por meio deste modelo, os cidadãos elegem representantes que são incumbidos de formular o interesse público e planejar, gerir e executar o Orçamento Público de modo que honrem com as obrigações decorrentes do entendimento de interesse público alcançado dentro do consenso político.

Entretanto, a realidade social vem ganhando contornos cada vez mais complexos. Nas últimas décadas, em função do crescimento acelerado das cidades, do êxodo rural, e da marginalização de amplos setores da sociedade, que ocupam as periferias urbanas, criou-se um ambiente no qual o alcance do

sistema representativo se tornou questionável. Enormes parcelas da população brasileira têm voto, porém não exercem voz. Isto porque o sistema representativo tradicional oferece pouca margem para que essa parcela mais desassistida influencie nas tomadas de decisão em suas instâncias deliberativas.

Diante desta realidade, em especial a partir dos anos 1970 e 1980, grupos sociais urbanos organizados de Porto Alegre passaram a constituir foros coesos de deliberação democrática direta e promover pequenas mudanças de alcance local dentro daquele município. No pleito municipal de 1988, elegeu-se em Porto Alegre uma gestão que se mostrou apta a recepcionar este arranjo institucional nas estruturas deliberativas da democracia representativa local. O resultado desta experiência, que passou a chamar-se Orçamento Participativo, foi um grande êxito. A partir do experimento em Porto Alegre, vários outros municípios brasileiros procuraram adotar o Orçamento Participativo, apresentando resultados diversos.

Ao longo do tempo, foram ficando mais claros os seus contornos. Um Orçamento Participativo permite o exercício direto da democracia, em contraponto à delegação de poder a representantes eleitos. Nos foros participativos, os menos favorecidos têm a oportunidade de se organizarem para influenciar na tomada de decisões alocativas de recursos públicos que contemplem suas necessidades, de modo que há uma transformação social. Para que isso seja possível, é preciso que haja vontade política de integração dos foros participativos dentro dos mecanismos de gestão tradicionais do Poder Público local, uma vez que apenas o aparelho estatal é capaz de promover amplos programas que resultem em melhorias na qualidade de vida da população.

Em Manaus, o Orçamento Participativo foi implementado legalmente pelo Plano Diretor de 2002. Estando vigente até o presente, já conta com mais de 20 anos de existência. No entanto, a desigualdade social no município é muito acentuada e esta modalidade de exercício democrático é ainda desconhecida de grande parte da população. Portanto, diante do exposto, pretende-se realizar uma pesquisa que esclareça no que consiste o Orçamento Participativo, de que modo vem funcionando no município de Manaus e se tem sido uma ferramenta eficaz na promoção de maior equidade social na capital amazonense. Para tanto, serão expostas visões teóricas encontradas em diversas publicações, como livros, revistas, teses, dissertações, monografias, assim como documentos oficiais do governo, para que se possa desenvolver uma explanação teórica da institucionalidade do Orçamento Participativo e como está configurado em Manaus. Em conjunto, serão analisadas leis orçamentárias municipais, assim como dados estatísticos, para que se possa construir uma visão quantitativa que possa apontar os resultados que o Orçamento Participativo tem (ou não) alcançado.

Para concretizar este estudo, apresenta-se como objetivo geral: Proceder a uma análise qualitativa-quantitativa do Orçamento Participativo em Manaus de modo a evidenciar se esta ferramenta de participação cidadã tem sido uma ferramenta de aprimoramento da democracia no município, em especial a favor dos mais necessitados de serviços públicos. Como objetivos específicos, propõe-se:

I- Analisar no que consiste o Orçamento Participativo como instituição deliberativa que permite a tomada de decisão com participação do cidadão dentro das estruturas constitucionais e legais da federação brasileira que regem o Orçamento Público;

II- Averiguar a eficácia deste instrumento no município de Manaus para que se possa evidenciar de que modo funciona no município e que resultados vem trazendo;

III- Proceder a uma análise quantitativa de leis orçamentárias municipais, cruzada com indicadores estatísticos de qualidade de vida local, para tentar demonstrar os resultados concretos do Orçamento Participativo em Manaus.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passa a ganhar o enquadramento constitucional orçamentário atual. Acerca desta nova configuração, Augustinho Paludo (2013, p. 40) esclarece que a CF/88 promoveu uma nova organização de competências orçamentárias, as quais podem ser analisadas por meio de três aspectos: a recuperação do planejamento pela Administração Pública, através da integração planejamento-orçamento mediante a criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias; a consolidação do processo de unificação orçamentário pela reunião, no Orçamento Anual, dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos de Empresas Estatais; e o resgate da competência do Poder Legislativo para tratar de matérias orçamentárias, desde a aprovação do Plano Plurianual, passando pelas orientações para elaboração orçamentária e definição de prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, até a autorização de despesas pela Lei Orçamentária Anual.

Na atual Constituição Federal de 1988, consta, em seu artigo 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I- o Plano Plurianual; II- as diretrizes orçamentárias; III- os orçamentos anuais” (BRASIL, 1988, *online*). Para uma melhor compreensão acerca dos principais instrumentos administrativos orçamentários, a seguir serão brevemente detalhados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.1 O Plano Plurianual (PPA)

Dentro da concepção atual de Orçamento Programa, o planejamento é uma dimensão prioritária no sentido de se alcançarem objetivos e metas estabelecidas pelo Governo. Nesta concepção, o enfoque é direcionado às realizações e avaliações de resultados, mensurando-se sua eficácia (alcance das metas) e efetividade (análise de impacto final das ações). Entre os instrumentos constitucionais referentes ao planejamento orçamentário, aquele concebido para ser o mais abrangente no que concerne ao estabelecimento de prioridades e no direcionamento das ações do Governo é o Plano Plurianual (PPA) (PALUDO, 2013).

Por meio deste instrumento, é possível a previsão de alocações de recursos orçamentários nas funções de Estado e nos programas governamentais, assim como a publicização à população de uma visão estratégica de futuro e os compromissos e objetivos priorizados pelo Governo. O planejamento governamental é a atividade que orienta as escolhas de alocação relativas às políticas públicas por intermédio de diagnósticos e de estudos prospectivos. O PPA é um instrumento desse planejamento, cuja função é a definição de diretrizes, objetivos e metas, visando a implementação e a gestão destas políticas, de modo que haja convergência entre a dimensão estratégica da ação governamental, a orientação de definições de prioridades e o auxílio da promoção do desenvolvimento sustentável. O Plano Plurianual condiciona a elaboração dos demais planos, os quais devem harmonizar-se a ele, conforme o artigo 165, §4º, da Constituição Federal de 1988 (PALUDO, 2013, p.79).

Portanto, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual passou a ser previsto como o instrumento norteador do planejamento governamental. Não se pode concebê-lo, no entanto, como um instrumento totalizador da atividade de planejamento estatal. Sendo uma ferramenta para a concretização de concepções distintas de planejamento adotadas por governos que se alternam ao longo do tempo, refletem as referências metodológicas e perspectivas inerentes a cada governo. Se, de modo geral, o PPA propõe o planejamento orçamentário com base na diversidade do território nacional, na participação ativa da população, com uma visão estratégica de longo prazo, além de outras possibilidades, é preciso, contudo, que sejam analisados contextualizados ao arcabouço ideológico do governo que os propõem (COUTO; CARDOSO JUNIOR, 2020, p.12).

Dentro do enfoque deste trabalho, mais adiante será melhor detalhado de que maneiras as práticas constitucionais e legais de planejamento, gestão e execução do Orçamento (em especial o PPA, mas também a LDO e a LOA) influenciam na possibilidade de integração do Orçamento Participativo (OP) na tomada de decisões nas três esferas federativas, e como isto se reflete na

realidade específica da experiência manauara de Orçamento Participativo. Para tanto, segue-se com as breves exposições acerca dos demais instrumentos previstos na Constituição e na lei referentes ao planejamento, gestão e execução do Orçamento na estrutura federativa brasileira.

2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, que antecipa e orienta a direção e o sentido dos gastos públicos, assim como os parâmetros que devem nortear a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício financeiro subsequente. Nesse sentido, é entendida como o elo entre o PPA e a LOA. Dentre os programas do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece quais terão prioridade na programação e execução do Orçamento Anual seguinte (PALUDO, 2013, p.73).

Claudiano Albuquerque, Marcio Medeiros e Paulo H. Feijó (*apud* PALUDO, 2013, p.73) afirmam que, diante da necessidade de ajustamentos de programação inerentes ao Plano Plurianual, devido às mudanças constantes nos cenários político, econômico e institucional, que costumam anteceder a proposta orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a prerrogativa de antecipar o inevitável: a necessidade de se fazer escolhas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias extrai do Plano Plurianual as prioridades que devem ser contempladas na Lei Orçamentária Anual (LOA), mas essas prioridades não são absolutas, uma vez que existem outras despesas consideradas como prioritárias, tais como obrigações constitucionais e legais; manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública e demais despesas priorizadas pela própria LDO. Quanto à orientação na elaboração da Lei de Orçamento Anual (LOA), esta é considerada sua principal função. A orientação não se limita apenas à elaboração da Lei Orçamentária Anual, indo além, direcionando o modo como são realizadas as execuções orçamentárias nela elencadas (PALUDO, 2013, p.74).

2.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

Assim como o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei ordinária de competência privativa do chefe do Poder Executivo. Ela representa o produto final do processo orçamentário, e abrange apenas o exercício financeiro a que se refere. Em suas disposições, devem constar as previsões de receitas e autorizações de despesas a serem executadas no exercício financeiro. Nenhuma despesa pública poderá ser

realizada se não for autorizada por uma LOA ou por lei de créditos adicionais (PALUDO, 2013, p.57).

Em razão de sua natureza jurídica formal que autoriza a execução do Orçamento previamente pactuado no PPA e na LDO, é conhecida como *lei dos meios*, já que dela decorrem os meios que garantem os créditos orçamentários e recursos financeiros para a concretização dos planos, programas, projetos e atividades governamentais. Aprovada e promulgada, as despesas nela contidas são meramente autorizadas (PALUDO, 2013, p.57).

Dado o caráter dinâmico e flexível do processo de formação orçamentário e a complexidade técnico-operacional representada pela constante interação entre agentes políticos, agentes técnicos, entidades e órgãos dos três Poderes, em todas as suas esferas federativas, a Lei Orçamentária Anual é uma peça legislativa que representa tanto a complexidade do sistema orçamentário nacional, quanto um espaço privilegiado de diálogo entre as diferentes camadas da sociedade na constante tentativa de definir de modo mais preciso qual é o interesse público (PALUDO, 2013, p.58).

O momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual municipal é um momento privilegiado para promover a participação cidadã na execução dos recursos locais. Tendo em vista a vastidão do território nacional e a complexidade da população brasileira, a participação popular direta no planejamento, gestão e execução do Orçamento Público é muito dificultada nos níveis federal e estadual. Já no nível municipal, é mais plausível a formação de grupos representativos da sociedade que se façam presentes perante o Executivo e o Legislativo locais para que este tipo de instrumento democrático influencie na alocação mais cidadã dos recursos públicos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa a ser desenvolvida apresenta uma metodologia qualitativo-quantitativa, uma vez que é baseada em embasamento teórico qualitativo a respeito do Orçamento Participativo (OP) em Manaus, mas, igualmente, apresenta dados estatísticos e orçamentários apresentados no formato de gráficos e de tabelas para conferir um aprofundamento na discussão da temática.

Adota-se um viés dedutivo, pois, da análise teórica e quantitativa, será realizada uma dedução conclusiva a respeito da realidade do Orçamento Participativo em Manaus a qual será produto da interpretação destes dados para que se possa construir um entendimento coerente a seu respeito. Objetiva-se, portanto, averiguar se as hipóteses levantadas confirmam-se ou não, com base nesta análise conjunta. Quanto aos procedimentos técnicos, o tipo de pesquisa será bibliográfico e de coleta de dados. Logo, serão buscadas informações em

meios como doutrinas, revistas, publicações acadêmicas, artigos científicos, trabalhos monográficos, dissertações, teses, notícias veiculadas em meios digitais e impressos, entre outros, assim como dados da Prefeitura de Manaus e do IBGE para que se possa chegar ao resultado pretendido.

Do ponto de vista da utilização dos resultados, tratar-se-á de uma pesquisa pura, tendo em vista não buscar protagonizar mudanças efetivas naquilo do que trata, mas sim um melhor entendimento da temática por intermédio de procedimentos de escopo teórico, em detrimento de uma investigação prática com intervenção direta no objeto de estudo. Em relação aos fins, a pesquisa será explicativa, no sentido de esclarecer e desenvolver um repertório teórico a fim de contribuir para o esclarecimento da natureza contábil, jurídica e social do Orçamento Participativo em Manaus, dentro do enquadramento constitucional, legal e contábil brasileiro.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

No contexto da Assembleia Constituinte 1987-1988, a qual resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, a sociedade civil organizada, representada por grupos de pressão, influenciou o constituinte a estruturar um novo Estado brasileiro, no qual a capacidade de formulação de decisões alocativas referentes Orçamento Público levasse mais em conta a voz da população, expressa em foros democráticos através dos quais o gestor público fosse capaz de compreender a natureza das demandas setoriais da sociedade, em especial daqueles que nunca haviam tido voz. Nesse sentido, a Constituição trouxe mais de cinquenta artigos assecuratórios da participação popular na gestão pública, legitimados desde o artigo 1º, o qual postula que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição (LIMA, 2010, *online*).

De acordo com o artigo constitucional 29, inciso XII, os Municípios brasileiros são obrigados a incluírem em suas Leis Orgânicas Municipais – o equivalente à Constituição Federal, porém no nível do município – a obrigatoriedade da cooperação das associações representativas no planejamento municipal. Os artigos 182 e 183, da Constituição Federal, trouxeram as diretrizes referentes à política de desenvolvimento urbano. Todavia, era necessário que legislação suplementar viesse consubstanciar essas bases, de modo a dar-lhes regramento em detalhe. Isto ocorreu quando da postura em vigor do Estatuto das Cidades (Lei n.º 10.257/2001), o qual regula ambos os artigos constitucionais e traz diversas outras providências. No que concerne à política em nível local, ressalta a importância da gestão democrática e da participação popular na vida política da Administração Pública. Em seu artigo 2º, II, consta que a gestão

democrática, por meio da participação popular, é uma diretriz geral da política urbana municipal (BRASIL, 2001, *online*).

Vários outros dispositivos da mesma lei revisitam e regulam a gestão orçamentária participativa e definem os canais de participação popular como, por exemplo, o artigo 44, que faz constar que a gestão orçamentária participativa se realiza por meio de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal; e o artigo 45, que define que os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas deverão contar com obrigatória participação popular, por intermédio de associações representativas, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2001, *online*).

Segundo Augustinho Paludo (2013, p.28), o Orçamento Participativo é uma “técnica orçamentária em que a alocação de alguns recursos contidos no Orçamento Público é decidida com a participação direta da população, ou através de grupos organizados da sociedade civil, como a associação de moradores”. Porém, ainda conforme o autor, é uma técnica que, até o momento, só encontrou oportunidade de aplicação na esfera federativa municipal. Por meio do estímulo ao exercício ativo da cidadania, esta técnica visa alcançar um compartilhamento de responsabilidades entre a Administração Pública e o cidadão, em uma lógica cogestão da coisa pública.

É concebido, por alguns autores, como uma ferramenta educativa referente à cidadania, uma vez que permite à comunidade local o conhecimento dos principais problemas enfrentados pela cidade, assim como permite aos diferentes grupos de interesse uma oportunidade de convivência em comum, a partir do diálogo e do equacionamento de interesses, diante da escassez orçamentária face às necessidades de alocação de recursos públicos. “Vale ressaltar que somente são colocados para decisão da população os recursos disponíveis para investimentos (parte deles), e a participação do cidadão ocorre no momento de elaboração e muito timidamente na fiscalização de sua execução” (PALUDO, 2013, p.28).

No entanto, não é só da boa vontade do legislador que dependem a existência e a viabilidade de um Orçamento Participativo (OP) operante. Para tanto, são necessárias a vontade política, no sentido de implementá-lo institucionalmente; um capital social compatível que sustente este arranjo (existência de grupos organizados que apresentem demandas consistentes e exequíveis); além de um adequado desenho institucional, entendido como um conjunto de regras, critérios, espaços, normas, leis, que atuem de modo a tornar possível a realização prática dos princípios democrático-participativos (LÜCHMANN, 2002).

No Brasil, a experiência de Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre figura como exemplo de referência, dado seu pioneirismo e na aproximação mais efetiva a um modelo de democracia participativa de gestão deliberativa. Naquele município houve, em 1988, a vitória eleitoral de uma frente popular que encabeçou uma luta institucional para trazer a experiência local participativa, já bem estabelecida antes mesmo da Constituição Federal de 1988, para os meios institucionais. Porém, isto não ocorreu sem que houvesse amplos conflitos e contradições de interesses (LÜCHMANN, 2002, p.105).

Após a Constituição Federal de 1988, dois fatores influíram bastante na efetividade e na implementação de instrumentos participativos orçamentários, como o Orçamento Participativo: a promulgação de Leis Orgânicas Municipais (ou suas revisões) já em conformidade com a nova Constituição; e a abertura econômica, que inseriu a economia brasileira na lógica internacional do receituário liberal. Portanto, duas forças antagônicas passavam a atuar e, em meio a elas, outros aspectos passavam a ser analisados para que se pudesse mensurar a efetividade de Orçamentos Participativos.

Segundo Lígia Helena Hahn Lüchmann (2002, pp.77-78), o neoliberalismo e a suposta consolidação institucional da democracia passam a configurar um novo quadro organizacional da sociedade civil, no qual se observa uma aparente antinomia entre o aumento dos “desorganizados” e dos “organizados ou institucionalizados”. Conforme a autora, os primeiros são a maior parte da população, que é distribuída, no caso dos mais necessitados, entre os clientes dos serviços públicos e filantrópicos, os que apelam para a mendicância e a criminalidade, e os que sobrevivem às custas da solidariedade familiar e sofrem os efeitos do desemprego, da fome e da violência. Já os segundos, encontram seus espaços dentro da institucionalidade formal da democracia representativa.

Para Conceição Martins Costa (2014, p.13), quatro características permitem a compreensão do Orçamento Participativo como forma de articulação entre democracia representativa e democracia participativa: I- a soberania apresenta-se como resultado do processo representativo local; II- presença de elementos de participação como assembleias, delegações, conselhos, entre outros; III- as regras originam-se do princípio da auto-regulação e são definidas pelos participantes na discussão do Orçamento Participativo; IV- privilegia-se os setores mais carentes da população.

Do exposto, é possível depreender que, à diferença do modo como as decisões são tomadas dentro da institucionalidade típica da democracia representativa, na democracia participativa é a coesão dos foros participativos que possibilita e legitima decisões, que são tomadas com vistas a direcionar a alocação de recursos estatais para os setores mais desfavorecidos da sociedade,

os quais normalmente se encontram em uma posição que não os permite ter peso no processo de formação das decisões de conveniência e oportunidade políticas.

Diante de omissões do Poder Público local, que muitas vezes relega determinadas questões de interesse dos grupos mais marginalizados socialmente ao segundo ou terceiro plano de suas agendas políticas, a criação de espaços públicos institucionais, como o Orçamento Participativo, vêm se mostrando como alternativas que permitem o maior controle social da agenda pública local. No entanto, as experiências de OP, com muita frequência, em diversas municipalidades brasileiras, têm se revelado uma modalidade de arranjo institucional que deriva ao sabor das transições político-partidárias em nível municipal, quando não são ancoradas por uma sólida cultura de associativismo, como é o caso de Porto Alegre (LÜCHMANN, 2002, p.14).

Brian Wampler, professor de Ciência Política da Universidade de Boise, Idaho, Estados Unidos, é um autor referência na temática do Orçamento Participativo no Brasil. Tendo vivido três anos no país e realizado extensa pesquisa sobre o tema, Wampler, em sua obra *Participatory Budgeting in Brazil: Cooperation, Contestation and Accountability* (Pennsylvania State University Press, 2007), faz uma análise comparativa de programas de Orçamento Participativo em seis municípios brasileiros: Porto Alegre, Ipatinga, Belo Horizonte, Blumenau, Santo André, Rio Claro, Recife e São Paulo. Para o autor, dois programas de Orçamento Participativo são evidentes exemplos de sucesso: o de Porto Alegre e o de Ipatinga. Já outros dois são exemplos de programas falhos: o de Blumenau e o de Rio Claro. Quanto aos demais, o autor atribui maior dificuldade de classificação, dados os avanços e retrocessos trazidos desde suas implementações.

Conforme Wampler (2007, pp.7-8), nos programas bem-sucedidos delega-se autoridade real aos cidadãos e implementa-se uma série de políticas públicas selecionadas pelos participantes do Orçamento Participativo. Os programas que fracassam são notáveis pela sua falta de delegação e um número limitado de projetos de OP implementados por agentes do governo. Definir os programas de OP como “sucessos” ou “fracassos” é obviamente complicado, com o perigo de não haver prazos adequados para análise, presença de vieses metodológicos, e contando com resultados que se assemelham, mas que não compartilham a mesma base de dados.

Wampler afirma que o caso bem-sucedido de Porto Alegre tornou-se uma referência não apenas no Brasil, como também no exterior, devido a seu pioneirismo e efetividade. Nos anos e décadas seguintes à sua implementação, em um número crescente de municípios brasileiros tentou-se reproduzir aquele modelo a fim de se alcançarem resultados similares. A experiência foi exportada para outros países, sob incentivos da ONU, do Banco Mundial e de outras

organizações internacionais fomentadoras da democracia participativa e do desenvolvimento econômico (WAMPLER, 2007, p.255).

Na conclusão de sua obra, Wampler elenca dois fatores que encontrou em sua pesquisa aos quais atribui a probabilidade de melhor ou pior desempenho de um programa de Orçamento Participativo: a disposição de Prefeitos a delegar autoridade e a vontade das organizações da sociedade civil de se engajarem no contencioso político. Programas de OP bem-sucedidos permitem ao cidadão engajado receber voz e voto em instituições que passam a ser incorporadas ao aparato estatal e atuam na cobrança de prestação de serviços públicos necessários, especialmente entre as comunidades mais carentes de infraestrutura.

Quando um dos fatores se apresenta fraco, os resultados do Orçamento Participativo são variáveis, abrindo a oportunidade para que prefeitos demagogos manipulem fracas organizações sociais em um cínico exercício de clientelismo político e dissimulação de democracia participativa. Por outro lado, quando o poder político local não se apresenta disposto a ouvir as demandas participativas, estes foros passam a desenvolver suas atividades fora do aparelho estatal, o que pode resultar ou não em avanços locais, a depender da capacidade de organização associativa e de consciência cidadã (WAMPLER, 2007, p.256).

Uma evidência empírica encontrada por Wampler em seus estudos sobre o impacto positivo de experiências bem-sucedidas de Orçamento Participativo no Brasil é a associação entre queda de mortalidade infantil e condições de infraestrutura sanitária. Em municípios com programas consistentes de Orçamento Participativo, observa-se uma dinâmica inversamente proporcional entre os dois indicadores: quanto maior a presença de condições decentes de esgotamento, menor é a taxa de incidência de mortalidade infantil. Quando políticas participativas atuam no sentido de reivindicar melhorias no sistema de esgotamento, a taxa de mortalidade infantil tende a cair (WAMPLER, 2007).

Se as constatações deste autor são contrastadas com dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a esses dois indicadores sociais no município de Porto Alegre e no município de Manaus, a fim de contextualizar com o enfoque pretendido nesta pesquisa, é possível a afirmação de que são consistentes. Em Manaus, a taxa de mortalidade infantil é de 12,8 óbitos por mil nascimentos (dados de 2020) e a zona urbana coberta por sistema de esgotamento sanitário adequado, segundo os dados disponíveis mais recentes, de 2010, é de 62,4%. Já em Porto Alegre, a taxa de mortalidade infantil é de 7,78 óbitos por mil nascimentos (dados de 2020), e o esgotamento adequado contempla 93% da área geográfica do município (2010) (IBGE, 2023, *online*).

Com esta comparação estatística, não se pretende alegar que o Orçamento Participativo é o fator responsável pelos melhores indicadores apresentados em

Porto Alegre. Não obstante, representam uma forte evidência de que a expansão da cultura de engajamento político participativo na gestão dos recursos públicos se materializa em resultados concretos, mensurados em melhoria da qualidade de vida entre as populações mais desassistidas, em um município em que esta cultura é bem estabelecida. Permite, ainda, inferir que esta ferramenta esteja ausente ou tenha um desempenho pouco relevante em Manaus, se não se deixar de lado a premissa de que, na ausência de foros deliberativos que contem com autoridade delegada no nível municipal, a alocação de recursos públicos tende a não alcançar as comunidades menos inseridas na institucionalidade estatal.

Os Orçamentos Participativos construídos “de cima para baixo” não são os modelos ideais. Dada a própria natureza desta ferramenta de participação cidadã, ela precisa ser norteadada por vivências e experiências da própria comunidade local. A concepção original do Orçamento Participativo, conforme ocorreu em Porto Alegre, é de garantir espaços institucionais para os “desorganizados”, que têm muito mais dificuldades em se inserir nas estruturas formais do Estado. O crescimento urbano acelerado das grandes metrópoles brasileiras ocorreu no período de ditadura militar, momento no qual os grupos sociais periféricos não eram priorizados pelo governo. Somente no novo regime democrático, passaram a ser objeto de contestação e luta política para que o Orçamento Público não permaneça priorizando somente parcelas da população, mas sim o conjunto da população.

Baseado em todo o exposto até aqui, adiante será analisada a experiência de Orçamento Participativo no município de Manaus. Para tanto, a análise será feita em conformidade com a teoria exposta, e dentro do enquadramento legal e constitucional referente ao Orçamento Público. Dessa maneira, o ponto de partida cronológico desta análise será o Plano Plurianual 2000-2003, considerado como o primeiro a apresentar maior coerência metodológico-institucional, uma vez que foi elaborado após a formação dos principais instrumentos que atualmente balizam o planejamento, a execução e a gestão dos recursos públicos.

Os resultados quantitativos que se espera encontrar serão apresentados em formato de gráficos e de tabela, de modo a evidenciar a proporção do orçamento disponível para investimentos decididos em foros participativos (os quais, via de regra, provêm da Reserva de Contingências, constante na LOA municipal) em relação à Receita Total aprovada para o exercício financeiro seguinte, mas também na forma qualitativa, no sentido de constatar se a experiência de OP manauara é ou não condizente com os modelos teóricos expostos anteriormente, para que se possa chegar a uma conclusão que confirme ou refute o impacto da implementação desta modalidade de participação cidadã na alocação de recursos públicos locais para o atendimento das prioridades dos mais carentes.

Ao se propor uma análise de resultados que diga respeito ao Orçamento Público, ainda que esta análise seja direcionada a um instrumento específico dentro da complexa cadeia de processos que estão relacionados ao seu planejamento, gestão e execução, é essencial que se evidenciem medidas de desempenho as quais permitam mensurações quantitativas de resultados por ele alcançados. O ideal é que, dos números apresentados, se possa extrair um nexo de causalidade entre a implementação da prática e as variações neles apresentadas em séries históricas. Contudo, isto nem sempre é possível de forma categórica quando se discute uma ferramenta ainda vista como alternativa na Administração Pública brasileira, como é o caso do Orçamento Participativo, uma vez que nesta mensuração de resultados interagem fatores que interferem em seu desempenho, os quais fogem ao escopo de análise aqui pretendido (SANT'ANA; FIIRST; SILVA, 2015, p.3).

De modo a viabilizar uma análise empírica de resultados que possa minimamente evidenciar a eficácia do Orçamento Participativo em Manaus, propõe-se uma exposição do enquadramento geral dos Planos Plurianuais, a partir do PPA 2000-2003 até o recentemente aprovado PPA 2024-2027, no sentido de esclarecer como esses instrumentos definidores de estratégias de médio e longo prazo do Governo Federal vêm influenciando na implementação e continuidade do Orçamento Participativo em Manaus. Em conjunto com esta análise, realiza-se uma contextualização embasada em todo o referencial teórico já anteriormente exposto para que se possa compreender as especificidades apresentadas em Manaus que sejam pertinentes ao enfoque desta pesquisa, tais como a existência de grupos sociais organizados e atuantes em foros participativos, a observância de decisões alocativas advindas da tomada de decisões nestes foros, assim como iniciativas integradoras por parte do Poder Público local visando trazer para suas estruturas estas instâncias deliberativas.

Os indicadores escolhidos para a mensuração de resultados do Orçamento Participativo em Manaus são: taxa de mortalidade infantil e taxa de cobertura de esgotamento público no município. Esta escolha se alinha à metodologia utilizada por Brian Wampler, cuja produção acadêmica sobre experiências de OP no Brasil demonstra que, em municípios brasileiros que contam com a presença de sólida institucionalidade de Orçamento Participativo, como é o caso de Porto Alegre e de Ipatinga, grupos sociais organizados conseguem direcionar a alocação de recursos públicos para atenuar fatores de exclusão social, como a ausência de condições dignas de moradia (esgotamento), o que se reflete em decréscimo na taxa de mortalidade infantil. Os dados apresentados são os mais recentes disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Deste modo, na sequência, apresentam-se as análises dos

PPAs 2000-2027 em tópicos e, logo em seguida, apresentam-se as informações orçamentárias de Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de Manaus, entre os anos 2002 e 2023 e dados estatísticos do IBGE. Do contraste entre essas duas bases será extraída a conclusão de resultados.

4.1 O PPA 2000-2003 e o Orçamento Participativo em Manaus

O Plano Plurianual 2000-2003 representou uma verdadeira transformação no processo orçamentário brasileiro. Influenciado pela teoria da Nova Administração Pública (*New Public Management*), ou Gerencialismo, mudou-se o enfoque que vinha prevalecendo, do controle de gastos, para o enfoque na produção pública, com a busca sistemática de resultados especificados, em um contínuo processo integrador entre planejamento e orçamento. A avaliação de resultados assume um papel de peça-chave para o alcance dos objetivos em uma gestão encaminhada para a realização de metas e resultados (CAVALCANTE, 2007, p.132).

Dentro desta nova realidade de reestruturação do Orçamento Público brasileiro e com o Orçamento Participativo sendo adotado por diversas municipalidades brasileiras, inspiradas pela experiência de Porto Alegre, a qual já contava com uma década e havia evidenciado seus benefícios, ocorre, pela primeira vez em Manaus, a adoção de um modelo de Orçamento Participativo. Por meio da aprovação do Plano Diretor de 2002, nomeou-se a ferramenta Orçamento Democrático, a qual, no artigo 2º do Plano Diretor encontrava embasamento ao constar que a gestão democrática da cidade passava a ser um preceito administrativo municipal. A integração entre os órgãos, entidades e conselhos municipais, no sentido de atuarem de forma coordenada no cumprimento das estratégias fixadas no Plano Diretor para a execução de planos, programas e projetos também consta no documento, o qual, no entanto, não faz referência a como se daria esta integração (HAGINO, 2012, p.91).

Conforme Cora Hisse Hagino (2012), o processo de tomada de decisões alocativas, nos moldes do Plano Diretor de 2002, dividiam-se em quatro etapas: I- Assembleias, onde a população elegeria representantes; II- Plenárias distritais para a escolha de delegados e obras prioritárias; III- Realização do Fórum Municipal de Delegados, onde os investimentos seriam definidos para aplicação no Município; IV- Plano de Empreendimentos, resultante do Fórum, seria entregue pela Prefeitura à Câmara de Vereadores.

Entretanto, a autora aponta que neste período não se observou presença de participação de setores da sociedade civil nesses foros, houve falta de transparência na divulgação das reuniões e as nomeações de conselheiros eram feitas diretamente pelo prefeito, sem eleições. A indicação política de conselheiros denota claramente o conceito de Orçamento Participativo construído “de cima

para baixo”, o que permite inferir que a representatividade de diversos grupos sociais não era uma característica deste arranjo institucional. Hagino afirma, ainda, que, dada a sua origem legal, por meio de um Plano Diretor, supostamente seria uma ferramenta atuante de modo permanente. No entanto, ao longo da primeira década de vigência do Plano Diretor de 2002, constatou que não houve continuidade, tendo havido diversas interrupções e retomadas. Além disso, não pôde mensurar impactos positivos advindos do Orçamento Democrático, dada a falta de transparência (HAGINO, 2012, pp.90 e ss.).

No período em questão, a Prefeitura de Manaus foi ocupada por Alfredo Nascimento (1997-2001; 2001-2004), em cuja gestão não se constataram iniciativas dignas de nota no que concerne a projetos concretizados dentro das estruturas do Orçamento Democrático. Entretanto, vale mencionar que, em 2015, Alfredo Nascimento, então Deputado Federal, foi condenado por improbidade administrativa por contratação de servidores municipais em seu período como prefeito de Manaus. Quando deixou a Prefeitura, mais de 45% dos servidores públicos municipais eram contratados por “excepcional interesse público” (D24am, 2015, *online*). Esta menção é pertinente à temática em estudo, pois ilustra como a implementação do Orçamento Participativo em Manaus ocorreu de forma vertical e clientelista.

4.2 O PPA 2004-2007 e o Orçamento Participativo em Manaus

Na elaboração do Plano Plurianual 2004-2007, não se observou mudança metodológica significativa. Batizado Plano Brasil de Todos, este PPA seguiu a arquitetura institucional do Plano anterior, porém inovou ao ampliar o debate público acerca de sua formulação. Pela primeira vez, houve uma grande publicização em todas as 27 capitais brasileiras, pela Secretaria-Geral da Presidência da República, de modo a chamar a população para o debate sobre a formulação do planejamento nacional. O Plano Brasil de Todos promoveu o processo participativo como ferramenta de compartilhamento de responsabilidades entre governos e sociedade (CAVALCANTE, 2007, p.138).

No período, foram prefeitos de Manaus Luís Alberto Carijó (2004-2005) e Serafim Corrêa (2005-2009). Nas duas gestões, observaram-se esforços institucionais de implementação do Orçamento Participativo. Apesar de Carijó ter passado menos de um ano no cargo, orientou sua gestão para contemplar os interesses das classes sociais mais carentes. Já Serafim Corrêa, foi o responsável pelo chamado Orçamento Compartilhado (2005-2008), arranjo institucional que contou com instâncias participativas por meio de Plenárias de Zonas e Distritos de Planejamento, os quais compunham o Fórum de Delegados, o Fórum de Orçamento Democrático de Manaus, o Conselho Municipal Democrático e o Comitê Gestor (COSTA, 2014, p.19).

A instância deliberativa inicial eram as Plenárias, cujas discussões e demandas formuladas eram produzidas em Plenárias Zonais, em caráter informativo, e nas Plenárias Distritais, em caráter deliberativo. A coordenação destas sessões plenárias era realizada por representantes da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Articulação Política e da Secretaria Municipal da Prefeitura de Manaus. O Fórum de Delegados do Orçamento Compartilhado elegia representantes anualmente, os quais participavam do Conselho Municipal do Orçamento Compartilhado. O delegado poderia reeleger-se por mais um ano, e sua principal atribuição era definir as prioridades de alocação orçamentária do Plano de Empreendimentos do Orçamento Compartilhado. O Comitê Gestor era composto por 13 membros das Secretarias Municipais da Prefeitura, e um representante do Conselho Municipal do Orçamento Compartilhado (COSTA, 2014, p.19).

No decorrer desta gestão Serafim Corrêa, pode-se dizer que houve um efetivo empenho institucional da Prefeitura no sentido de materializar um aparato típico de Orçamento Participativo. Ocorreram 23 plenárias, nas quais mais de 10 mil manauaras de diversos setores urbanos e rurais participaram. Deste experimento, resultou a capacitação na formação de delegados de foros deliberativos aptos à elaboração de projetos populares encaminhados à Câmara Municipal de Manaus junto à LOA municipal de 2007, tendo havido, inclusive, eleições de representantes fiscalizadores no acompanhamento das execuções orçamentárias que seriam realizadas em 2008 (COSTA, 2014, p.20). No entanto, o arranjo institucional permanecia sendo aquele trazido pelo Plano Diretor de 2002, verticalizado e não sustentado pela coesão das organizações sociais nele atuantes. Ao fim da gestão, houve continuidades e interrupções em seu funcionamento, o que dificulta a constatação de resultados concretos, em função da falta de transparência.

4.3 O PPA 2008-2011 e o PPA 2012-2015 e o Orçamento Participativo em Manaus

À semelhança do PPA 2004-2007, os PPA 2008-2011 (Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade) e PPA 2012-2015 (Mais Brasil) mantiveram as principais orientações metodológicas adotadas desde o PPA 2000-2003, estimulando ainda mais a gestão participativa e a organização de plenárias em todas as capitais brasileiras para que se mantivesse organizando o planejamento nacional com base nos anseios da população. A inovação observada nestes dois Planos Plurianuais foi a realocação de funções estratégicas que vinham sendo da alçada dos anteriores PPA para macro-programas do governo federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Plano Brasil sem Miséria e a continuidade do Minha Casa Minha Vida, os quais facilitavam a transferência de recursos federais aos estados e municípios para o combate dos principais fatores de exclusão social, como problemas de infraestrutura (FALCÓN, 2011).

O período é caracterizado por amplos repasses federais diretos a estados e municípios que agiram nos indicadores sociais selecionados para a análise enfocada nesta pesquisa, o que dificulta a individualização do impacto do Orçamento Participativo em Manaus. Dois prefeitos estiveram à frente da condução da Prefeitura de Manaus no período: Amazonino Mendes (2009-2013) e Arthur Virgílio Neto (2014-2021). No mandato do primeiro, as práticas do Orçamento Democrático seguiram se realizando sem grandes alterações. Já em 2014, logo no início da gestão de Arthur Virgílio Neto, entra em vigor o segundo Plano Diretor de Manaus, o qual trouxe, logo em seu artigo 1º, IX, a gestão democrática e participativa da cidade como preceito. No artigo 36 consta: “Constituem diretrizes da estratégia de gestão democrática: V- implantar o orçamento participativo, de acordo com as diretrizes fixadas no Estatuto das Cidades” (MANAUS, 2014, *online*).

Conceição Martins Costa, em 2013 integrante da associação de moradores do bairro Terra Nova 3, produziu um estudo sobre o funcionamento do Orçamento Participativo em Manaus naquele ano, por meio da investigação e acompanhamento da elaboração da LOA 2014 municipal. Para tanto, realizou pesquisa de campo junto à Câmara Municipal de Manaus, à Prefeitura de Manaus e órgãos públicos envolvidos com a organização, elaboração, deliberação e execução das políticas públicas em Manaus. À Prefeitura de Manaus, solicitou cópias de atas de audiências realizadas junto à população no ano de 2013, porém não as obteve, uma vez que não havia registros das atas deliberativas destas reuniões. Entrando em contato telefônico com a Diretora de Diretrizes e Elaboração Orçamentária da Sub-Gerência da Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF, da Prefeitura de Manaus, foi informada de que as especificações de participação e regulamentação do OP de Manaus estariam no projeto de LOA 2014 municipal, em vias de aprovação. Após minuciosa análise do documento, contudo, constatou inexistência de qualquer menção que possibilitasse a participação da sociedade civil nas discussões e deliberações do Orçamento Participativo (COSTA, 2014).

Constatou, ainda, que durante a tramitação da LOA 2014, das 333 emendas apresentadas, 214 foram rejeitadas. Indagando a Diretora de Comissões da Câmara Municipal, obteve a resposta de que as emendas derivadas das deliberações participativas são geralmente rejeitadas por não atenderem a critérios técnicos, legais, financeiros, e por serem apresentados fora dos limites temporais para a aprovação da LOA. Diante desta constatação, chama atenção para o fato de não haver apoio técnico para auxiliar a população a formular demandas, elaborar projetos e encaminhá-los à Prefeitura. A Diretora de Diretrizes e Elaboração Orçamentária da SEMEF Manaus a informou que a Secretaria não contava com pessoal técnico para realização destas tarefas (COSTA, 2014).

Aprofundando sua investigação, consultou a LDO 2013 de Manaus, na qual consta, em seu artigo 45, que a Prefeitura de Manaus incentivará a participação social na elaboração da LOA 2014, com uso de computadores, sempre que possível, e com a devida observância à transparência. Porém, não identificou regramentos para o funcionamento do evento e constatou que os grupos sociais que participariam do evento seriam informados das propostas encaminhadas pela Prefeitura e que, na ocasião do evento supostamente deliberativo, deveriam preencher formulários referentes ao projeto de LOA 2014 já em andamento. Na data de 08 de outubro, foi veiculado no site da Prefeitura convocatória para as deliberações, a ocorrerem já no dia 10, com credenciamento a ser realizado 30 minutos antes do início do evento, em auditório com capacidade limitada. Após esta etapa, contrastou a Receita Total do Município, aprovada para a LOA 2014, no valor de R\$ 4,058 bilhões, com o valor constante em Reserva de Contingências, de onde costumam vir os fundos para o custeio das demandas eventualmente aprovadas em foros participativos, orçado em R\$ 36,2 milhões, chegando à conclusão de que representava meros 0,9% do total do Orçamento aprovado para o município (COSTA, 2014, p.18).

Portanto, por meio desta pesquisa de campo, percebe-se ausência de transparência, representatividade social bastante questionável, ausência de delegação de autoridade real aos grupos sociais presentes (claramente não organizados), alocação ínfima de recursos a demandas prioritárias à parcela menos favorecida, todos esses fatores indo diretamente de encontro ao desenho institucional adequado de um modelo de Orçamento Participativo operante.

4.4 O PPA 2016-2019 e o Orçamento Participativo em Manaus

O PPA 2016-2019 foi elaborado com a intenção de continuidade programática e metodológica em relação aos PPAs anteriores, os quais faziam parte, segundo declaração do governo de então, de um “projeto nacional de desenvolvimento que vinha sendo implementado há mais de uma década buscando conciliar crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social” (BRASIL, 2015 *apud* MENDES; SOUSA; ABREU, 2021, p.12). Foi idealizado para absorver os efeitos adversos de uma conjuntura econômica muito delicada pela qual passava a economia brasileira (MENDES; SOUSA; ABRE, 2021, p.12).

No entanto, com a destituição do governo eleito em 2014, a orientação política concernente ao Orçamento Público muda consideravelmente. No governo que assume em 2016, implementa-se o Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional nº 95/2016), como instrumento complementar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Institui-se o chamado “teto de gastos”, sinalizando

que a União apresentaria baixa capacidade de atender à programação prevista no PPA 2016-2019, realizando ajustes periódicos em relação às alocações de recursos federais aos estados e municípios. (MENDES; SOUSA; ABREU, 2021, p.16). Em todo o período, Arthur Virgílio Neto foi prefeito de Manaus (2013-2017, 2017-2020).

No ano de 2020, o coletivo Manauara Associação Comunitária foi fundado, objetivando alargar o campo de atuação de organizações da sociedade civil. Em levantamento realizado em período superior a um ano, foram mapeados, pelo coletivo, cerca de 200 grupos sociais atuantes, nos mais variados graus de organização, e constataram que, no período, mais de 160 mil famílias manauaras viviam em situação de extrema pobreza e carência de infraestrutura básica, o que correspondia a aproximadamente 445 mil pessoas, ou 19,7% da população da cidade (IDIS, 2023, *online*). Contudo, a existência desses grupos não se refletia em concretização de um modelo de governança participativo em Manaus.

A publicação Atlas Mundial do Orçamento Participativo, atualmente a mais vasta compilação a respeito do Orçamento Participativo, em sua mais recente edição, de 2019, trouxe a situação dessa ferramenta democrática no Brasil. Consta que, no Brasil, não existe legislação específica referente à regulamentação de Orçamentos Participativos. No campo Inovações em destaque, afirma que, em alguns municípios, como Belo Horizonte e Recife, têm se desenvolvido modelos de OP em formato digital. Como Principais Tendências, constata: “Diminuição dos processos de Orçamento Participativo no país, particularmente após as eleições de 2016”. Faz menção à existência de 436 Orçamentos Participativos àquela altura, mas não há menção a Manaus (DIAS; ENRÍQUEZ; JÚLIO (orgs.), 2020, p.104).

4.5 O PPA 2020-2023 e o Orçamento Participativo em Manaus

O Plano Plurianual 2020-2023 foi concebido por um governo cujas concepções acerca do planejamento nacional divergiam imensamente das dos anteriores. Em parte devido à descrença no PPA como instrumento de racionalização estratégica orçamentária, e em parte devido à orientação ideológica do governo eleito em 2018 – anti-estatista –, houve uma mudança metodológica assentada em quatro pilares: simplificação, realismo fiscal, integração planejamento-avaliação, foco em resultados.

Alegadamente, o esforço de síntese foi justificado em buscas de eficiência; entretanto, observou-se a diminuição da transparência face ao Congresso e à sociedade, tendo ficado dificultada a explicitação e gestão de agendas transversais e multissetoriais. Houve, ainda, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 98/2019, que propunha a exclusão do artigo 167, §1º, da Constituição Federal,

o qual estipula: “nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”. A PEC não foi aprovada, mas deixou evidente a postura do governo de então quanto à função de orientação do Orçamento pelo PPA, o planejamento governamental e a transparência (COUTO; CARDOSO JUNIOR, 2020, p.39).

A entrada em vigor deste PPA coincidiu com o momento no qual a pandemia de COVID-19 começava a chegar ao Brasil. Com a rápida difusão do vírus, os eventos deliberativos típicos do Orçamento Participativo foram interrompidos em todo o país durante quase todo o período de sua vigência, tendo prevalecido as consultas temáticas *online* e o redirecionamento de recursos para o combate aos efeitos da pandemia. A descoordenação entre o governo federal e os governos estaduais e municipais foi duramente sentida em Manaus, que passou por uma situação desoladora em termos de logística e falta de infraestrutura de saúde, o que, segundo muitas análises, teria contribuído para o agravamento da situação e para um maior número de mortes (ORELLANA, 2022, *online*). No período, Arthur Virgílio Neto (2013-2017, 2017-2020) e David Almeida(2021-2024) foram prefeitos de Manaus.

4.6 O PPA 2024-2027 e o Orçamento Participativo em Manaus

Aprovado em agosto de 2023, o Plano Plurianual 2024-2027 é fruto das mesmas concepções de planejamento que orientaram os PPAs 2000-2016. Volta-se a priorizar o planejamento como meio de ação de importância central para o governo, o que é simbolizado pela recriação do Ministério do Planejamento e Orçamento, o qual havia sido extinto junto a outros no governo anterior. Entre os fundamentos metodológicos do Plano, consta o resgate da participação social (BRASIL, 2023, p.24).

Este fundamento valeu a este PPA o apelido de Plano Plurianual Participativo, tendo sido aquele para o qual se empreendeu o maior esforço já observado na estruturação de um PPA no sentido de concretizar a participação social em sua formulação. No Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027, publicado em março de 2023, consta que, entre os desafios a serem enfrentados, está a ampliação da participação e controle sociais na formulação e implementação das políticas públicas, a qual deve ser aprimorada por meio de um sistema nacional de participação social que abranja formas normativas, organizacionais e institucionais desenhadas estruturalmente para promover o envolvimento cidadão nas decisões sobre políticas públicas (BRASIL, 2023, p.28).

Nesse sentido, o governo federal lançou a plataforma digital Brasil Participativo, a qual permitiu a mais de 1 milhão e 400 mil cidadãos participação

ativa na etapa digital de elaboração do PPA. Em complemento a essa modalidade de participação, foram realizados ciclos de plenárias deliberativas em todas as capitais brasileiras. Em Manaus, teve lugar, no dia 02 de junho de 2023, a plenária do Amazonas, que ocorreu na Assembleia Legislativa, onde foram discutidas políticas públicas para a cultura, para a infraestrutura, para a moradia, entre outras. O movimento Moradia Amazonas reuniu 18 movimentos sociais de moradia para formular uma proposta, uma vez que as chances de incorporação ao PPA crescem em função do número de votos. A principal reivindicação do movimento era o aumento do número de unidades a serem entregues pelo programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Movimentos indígenas e quilombolas propuseram um sistema educacional indígena e chamaram a atenção das autoridades para suas necessidades específicas (BRASIL, 2023, *online*).

Levando em conta as realidades de muitas comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, as quais não possuem meios de acesso à *internet*, a realização das plenárias mostrou-se um genuíno indicador da vontade do governo federal em promover a participação social e sua inclusão no Orçamento Público. Foram disponibilizados transporte e estadia para comunidades carentes e a presidenta em exercício da Assembleia Legislativa do Amazonas, Alessandra Campelo, esteve presente, ressaltando a importância de políticas públicas para as mulheres amazonenses (BRASIL, 2023, *online*).

Percebe-se, portanto, que o atual governo federal vem agindo como indutor na promoção de um modelo de governança mais participativo. Resta saber se o Poder Executivo municipal manauara agirá em consonância com as diretrizes federais e se os movimentos sociais organizados locais encontrarão efetivos canais de participação para influenciar na alocação de recursos públicos que supram suas demandas, de modo que possa haver um modelo funcional de Orçamento Participativo em Manaus regulado em lei específica.

A ausência de uma legislação específica sobre o Orçamento Participativo que traga um desenho institucional, indicadores de resultados, e estabeleça um modo de funcionamento e de inserção na estrutura de formação, gestão e execução orçamentária municipal, impossibilita que haja dados inequívocos que atestem um nexo de causalidade entre sua existência e resultados positivos ou negativos no atendimento das necessidades da população mais carente. No entanto, é possível, de modo dedutivo, extrair uma conclusão por meio do contraste de dados constantes nas Leis Orçamentárias Anuais do município referentes a Reserva de Contingências em relação à Receita Total do município.

Esta escolha metodológica se deve ao fato de que é no campo Reserva de Contingências onde deve constar, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 5º, III, b, dotação global para atender a passivos contingentes e outras despesas

imprevistas. Dado o modo como o modelo manauara de Orçamento Participativo se configurou no recorte temporal em análise nesta pesquisa (2002-2023), ora em funcionamento, ora em total inatividade, sem que se pudesse encontrar dados transparentes sobre seus resultados, esta análise busca visibilizar eventuais resultados, levando-se em conta toda a contextualização já exposta. Na Tabela 1, apresenta-se a relação percentual, ano a ano, das Reservas de Contingência e das Receitas Totais de todas as LOAs de Manaus, entre 2002 e 2023:

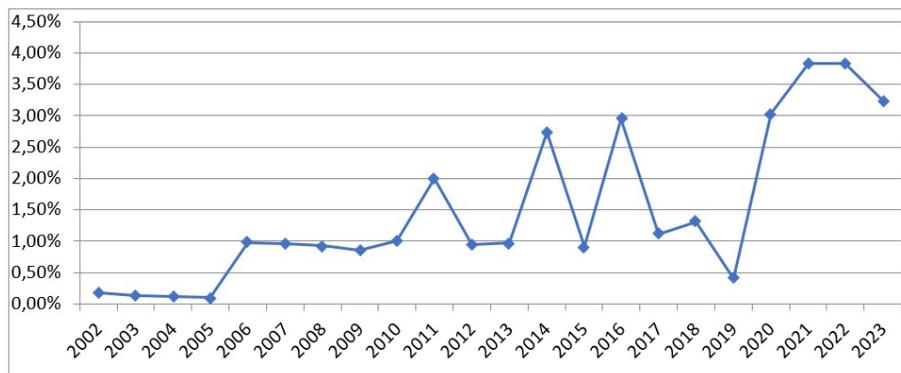
Tabela 1- Percentual entre Reserva de Contingências e Receita Total nas LOAs municipais de Manaus (2002-2023)

	Receita Total (R\$)	Reservas de Contingência (R\$)	Percentual (%)
2002	530.000.000	1.000.000	0,18%
2003	699.000.000	1.000.000	0,14%
2004	790.000.000	1.000.000	0,12%
2005	990.963.000	1.000.000	0,1%
2006	1.320.850.000	13.050.000	0,98%
2007	1.536.500.000	14.830.000	0,96%
2008	1.598.156.000	15.000.000	0,93%
2009	2.115.650.000	18.400.000	0,86%
2010	2.248.297.000	22.753.000	1,01%
2011	2.496.700.000	50.000.000	2%
2012	3.004.535.000	28.500.000	0,94%
2013	3.473.000.000	34.000.000	0,97%
2014	4.058.639.000	111.384.000	2,74%
2015	4.485.516.000	41.255.978	0,91%
2016	4.146.710.000	122.463.000	2,95%
2017	4.127.323.000	46.018.000	1,11%
2018	4.769.702.000	62.531.960	1,31%
2019	5.149.837.000	213.080.000	0,41%
2020	6.251.775.000	189.730.000	3,03%
2021	5.599.840.000	214.654.000	3,83%
2022	7.174.780.000	274.844.000	3,83%
2023	8.586.078.000	278.563.000	3,24%

Fonte: Câmara Municipal de Manaus, 2023, *online*. (Elaboração própria)

Para uma melhor visualização desta relação, abaixo se demonstra, no Gráfico 1, como se deu esta oscilação percentual no recorte temporal em estudo

Gráfico 01 – Variação percentual entre Reserva de Contingências e Receita Total nas LOAs municipais de Manaus (2002-2023)



Fonte: Câmara Municipal de Manaus, 2023, *online*. (Elaboração própria)

Do exposto, é possível observar que nos primeiros três anos de vigência do Plano Diretor de 2002, o percentual é decrescente, o que indica que no período não houve um esforço perceptível de alocação de recursos para projetos específicos alcançados em foros participativos. Este ponto de vista é reforçado, ainda, pela permanência, entre 2002 e 2005, do valor de um milhão de reais em Reserva de Contingências, mesmo diante de um aumento de 53,4% na Receita Total. Um aumento percentual considerável pode ser notado entre 2005 e 2006, o qual, apesar de uma tendência decrescente até 2009, manteve-se em um patamar mais elevado que no período imediatamente anterior. Ao associar-se esta variação ao período do Orçamento Compartilhado de Serafim Corrêa (2005-2008), é possível afirmar que o esforço de implementação do Orçamento Participativo neste período contou não apenas com a institucionalização já discutida, mas ainda com o empenho em se disponibilizarem recursos para torna-lo viável.

Observa-se um salto percentual entre 2010 (1,01%) para 2011 (2%), o que pode tanto ser interpretado como um empenho de continuidade na tendência crescente de alocação de recursos para o Orçamento Participativo, quanto um efeito direto das transferências de recursos federais para o município, uma vez que o período coincide com o auge dos programas de desenvolvimento econômico e integração nacional do governo federal. A segunda hipótese parece mais acertada, se for levado em conta que na passagem para o exercício financeiro seguinte, de 2011 para 2012, o percentual cai para 0,94%, ainda que dentro da mesma gestão (Amazonino Mendes (2009-2013)), e assim permanece na LOA 2013.

Mais um salto é observado em 2014, momento no qual o índice percentual atinge seu ponto mais alto até então, se apresentando em 2,74%. É importante notar que neste ano passou a vigor o segundo Plano Diretor de Manaus, o que pode ter servido como fator impulsionador do Orçamento Participativo. No entanto, no corpo deste trabalho foi explanada a pesquisa de campo realizada por Conceição Martins Costa, que investigou o processo de elaboração da LOA 2014 e explicitou a falta de transparência e dificuldades de participação neste. Por meio da análise da LOA 2014, é possível constatar que o valor de R\$ 36,2 milhões, que constava no Projeto de LOA 2014, segundo a autora apontou, aparece discriminado na LOA 2014 como dotação para a Administração Pública direta, valor ao qual soma-se a dotação de R\$ 75.184.000,00, destinada à Administração Pública indireta, resultando em uma Reserva de Contingências no valor de R\$ 111.384.000,00. Logo, é mais provável que este aumento percentual tenha se devido a um direcionamento de recursos para outras contingências que possam ter surgido no período. A queda para 0,9% no exercício financeiro seguinte reforça esta probabilidade.

Entretanto, no exercício financeiro de 2016, o percentual ultrapassa aquele de 2014, alcançando a posição mais elevada até então (2,95%). Essas bruscas variações, as quais desenham um M no gráfico, ocorrem na primeira gestão de Arthur Virgílio (2013-2016). Este pico de 2,95% ocorre em um exercício financeiro em ano eleitoral. Estes dados permitem a suposição, já anteriormente embasada teoricamente, de que, em Manaus, o Orçamento Participativo tem um funcionamento que carece de controle social efetivo e de delegação real de autoridade aos grupos sociais organizados, e que funciona em conformidade com as flutuações de conveniência política do prefeito de situação. Esta suposição fica mais plausível quando se contrasta o pico de 2,95% com a brusca queda percentual para 1,11% no exercício financeiro seguinte, e a tendência decrescente que leva o índice a 0,41%, em 2019.

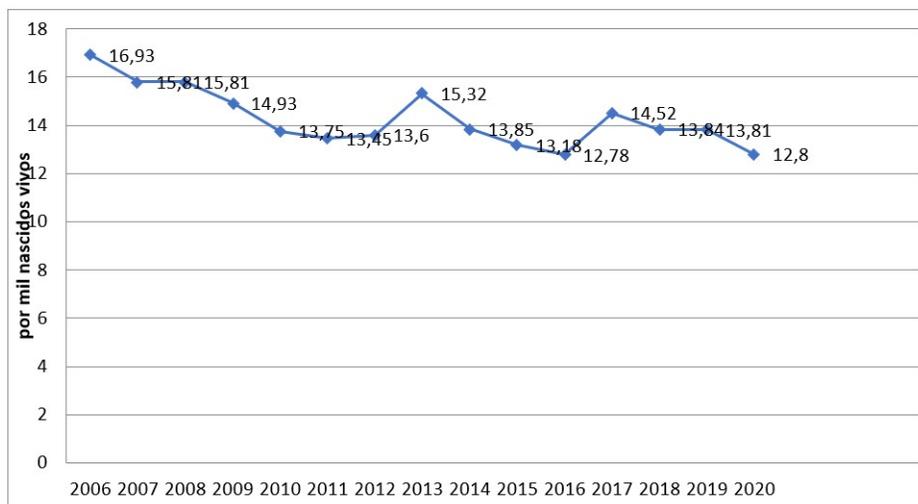
A partir do exercício financeiro de 2020, os índices atingem os maiores valores de toda a série histórica, porém não é difícil depreender que este substancial aumento tenha sido uma decorrência da disseminação da pandemia de COVID-19. Uma vez que as sessões deliberativas presenciais foram suspensas na maior parte do período e os efeitos da pandemia em Manaus foram notórios no contexto nacional, tem-se mais uma evidência de que os mecanismos de alocação orçamentária participativa em Manaus não possuem grande relevância.

Diante da contingência de calamidade pública, representada pela pandemia, a falta de infraestrutura de saúde no município, somada aos efeitos da desigualdade social em Manaus, ficaram explícitas. Após quase duas décadas de Orçamento Participativo (ao menos em teoria), diante do quadro trazido pela

pandemia, todos os efeitos deletérios da ausência de infraestrutura vieram dar mais evidências de que este instrumento não mostrou ter realizado mudanças significativas na infraestrutura básica de saúde.

Nesta senda, dando continuidade à análise de indicadores pré-selecionados, no Gráfico 2, abaixo, apresenta-se a evolução do índice de mortalidade infantil em Manaus, segundo dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Gráfico 2- Evolução do índice de mortalidade infantil entre 2006 e 2020



Fonte: IBGE, 2023, *online*. (Elaboração própria)

A trajetória de queda na taxa de mortalidade infantil em Manaus é condizente com a do agregado nacional, embora ainda se possam considerar os índices altos, com o município ocupando a posição 2126º em um universo de 5570 municípios brasileiros, sendo, ainda, o 39º de 62 municípios amazonenses. Fatores geográficos, históricos, sociais e climáticos devem ser levados em conta para que a análise desses dados seja bem contextualizada. Não obstante, é possível observar o contraste entre os períodos em que o percentual Reserva de Contingências/Receita Total se apresentaram mais elevados ou em tendência crescente, e as tendências observadas no Gráfico 2. Vê-se que há um aumento do índice de mortalidade infantil entre 2012 e 2013, para logo em seguida voltar ao mesmo nível anterior e depois apresentar um outro aumento seguido de queda, de 2016 a 2020.

Em consonância com o exposto ao longo deste trabalho, o índice de mortalidade infantil é um indicador que traz implícita uma série de condições de carências estruturais, nutricionais, de saúde, entre outras, o que permite deduzir

que os setores mais carentes da sociedade não estão sendo priorizados. Dado o descompasso entre a trajetória da disponibilização de recursos via Reserva de Contingências e a trajetória do índice de mortalidade infantil em Manaus, pode-se inferir que a alocação de recursos municipais não tem seguido um padrão que priorize a população mais afetada pelo indicador. Como já adiantado, a taxa de esgotamento sanitário em Manaus, mensurada pelo IBGE em 2010, era de 62,4%, enquanto Porto Alegre apresentava 93% no mesmo ano.

5. CONCLUSÕES

Em conclusão, se são levados em conta as quatro características típicas que permitem a articulação entre democracia representativa e democracia participativa (soberania como resultado da participação; presença de grupos organizados; presença de desenho institucional condizente; privilégio aos setores mais carentes da população), pode-se afirmar que o modelo de Orçamento Participativo de Manaus, no período analisado, mostrou-se ineficaz.

Em nenhum recorte temporal se pôde constatar efetiva delegação de poder a conselhos, assembleias, delegações, etc. Embora existam numerosos grupos sociais com pautas coesas, estes não encontram espaços institucionais e nem regimentos claros e estabelecidos que proporcionem um ambiente de continuidade e de aferição inequívoca de resultados por eles alcançados. As características geográficas de Manaus, inserida entre a zona florestal e o rio Amazonas, dificultam a integração de comunidades ribeirinhas, assim como comunidades indígenas e quilombolas. Estas encontram, eventualmente, alguma disposição por parte da Prefeitura, em integrá-las ao Orçamento Participativo, porém, segundo evidenciado, de modo clientelista e sem delegação real de poder para implementar decisões alocativas.

As mudanças de gestão em Manaus impactam decisivamente a existência ou inexistência do Orçamento Participativo, havendo momentos em que há vontade institucional de integrá-lo aos mecanismos de alocação orçamentária municipal, e outros momentos nos quais esses canais são completamente ignorados. A priorização dos setores mais marginalizados da sociedade não pode ser sustentada com base nas análises quantitativas apresentadas. O governo federal tem se mostrado como o principal agente indutor do Orçamento Participativo no município, o que, como foi discutido, também pode variar no tempo.

Portanto, percebe-se que, enquanto não houver uma organização social coesa que materialize um Orçamento Participativo construído “de baixo para cima” e que disto resulte uma legislação específica para este instrumento de participação ativa da cidadania, as perspectivas para sua real eficácia permanecerão sendo não promissoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 de jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamento os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 22 de jun. 2023.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027**. Brasília, 2023. PDF. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/arquivos/manual-tecnico-do-plano-plurianual-2024-2027>. Acesso em: 17 de out. 2023.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Nova rodada de plenárias do PPA Participativo concluída, em Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Rio Branco (AC)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/06/nova-rodada-de-plenarias-do-ppa-participativo-concluida-em-boa-vista-rr-manaus-am-e-rio-branco-ac>. Acesso em: 20 de out. 2023.
- CAVALCANTE, Pedro Luiz. O Plano Plurianual: resultados da mais recente reforma do planejamento e orçamento no Brasil. *In: Revista do Serviço Público*. Brasília, 58(2): 129-150 Abr/Jun 2007.
- COSTA, Conceição Martins. **Análise de orçamento participativo em Manaus como arranjo institucional de co-gestão pública**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação da Escola de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para obtenção do título de especialista em Gestão e Políticas Públicas. São Paulo, 2014.
- COUTO, Leandro Freitas; CARDOSO JUNIOR, José Celso. **A função dos planos plurianuais no direcionamento dos orçamentos anuais: avaliação da trajetória dos PPAs no cumprimento da sua missão constitucional e o lugar do PPA 2020-2023**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. ISSN 1415-4765.
- DIAS, Nelson; ENRÍQUEZ, Sahsil; JÚLIO, Simone(orgs). **Atlas Mundial Orçamentos Participativos 2019**. Portugal: Epopeia e Oficina, 2020. PDF. Disponível em: <https://www.pbatlas.net/home.html#:~:text=O%20Atlas%20Mundial%20dos%20Or%C3%A7amentos,situa%C3%A7%C3%A3o%20destes%20processos%20no%20planeta>. Acesso em: 17 de out. 2023.
- D24am. **Alfredo Nascimento é condenado por contratação de servidores sem concurso**. 2015. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160807211307/http://new.d24am.com/noticias/politica/alfredo-nascimento-condenado-contratacao-servidores-concurso/140451>. Acesso em: 21 de out. 2023.

- FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira. **Plano Mais Brasil: o PPA 2012-2015**. PDF. Fundação Getúlio Vargas (FGV). 2011. Disponível em: <https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Maria%20L%C3%BAcia%20de%20Oliveira%20Falc%C3%B3n%20-%20Plano%20Mais%20Brasil.pdf>. Acesso em: 17 de out. 2023.
- HAGINO, Cora Hisae. O direito à cidade e à participação: um estudo de caso do plano diretor de Manaus, Amazonas. *In: Confluências*, vol.3, n.2 – Niterói: PPGSD-UFF, novembro de 2012, páginas 75 a 98. ISSN 1678-7145.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/pesquisa/39/30279?ano=2020>. Acesso em: 19 de out. 2023.
- IDIS. **Manauara**: mirando a cidade de Manaus com olhares comunitários. 2023. Disponível em: <https://www.idis.org.br/manauara-mirando-a-cidade-de-manaus-com-olhares-comunitarios/>. Acesso em 23 de out. 2023.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa** a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2002.
- MANAUS. Câmara Municipal de Manaus. 2023. Disponível em: <https://sapl.cmm.am.gov.br/norma/pesquisar>. Acesso em 27 de out. 2023.
- MANAUS. **Lei Complementar nº2, de 16 de janeiro de 2014**. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências. Manaus, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-manaus-am>. Acesso em: 18 de out. 2023.
- MENDES, Sousa; SOUZA; Thiago Silva e; ABREU, Welles Matias de. Plano Plurianual 2016-2019: realismo e aderência. *In: Boletim de Análise Político Institucional n.28*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Ipea, 2021. PDF. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10589>. Acesso em: 22 de out. 2023.
- ORELLANA, Josem. Amazônia Real. **A tripla tragédia epidêmica por covid-19 e a subnotificação de mortes em Manaus**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/07/analise-a-tripla-tragedia-epidematica-por-covid-19-e-a-subnotificacao-de-mortes-em-manaus>. Acesso em: 23 de out. 2023.
- PALUDO, Augustinho. **Orçamento público e administração financeira e orçamentária e LRF**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- SANT'ANA; Camila Freitas; FIIRST; Clóvis; SILVA, Marcia Zaniewicz. **Análise dos estudos empíricos brasileiros sobre o desempenho orçamentário público**. Foz do Iguaçu, Paraná: XXII Congresso Brasileiro de Custos: 2015.

CONTABILIDADE CRIATIVA E O RISCO DA FRAUDE FINANCEIRA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA NO BANPARÁ

CREATIVE ACCOUNTING AND THE RISK OF FINANCIAL
FRAUD: AN EMPIRICAL ANALYSIS AT BANPARÁ

RESUMO

O presente trabalho tem como foco a investigação da prática da Contabilidade Criativa no Banpará durante os exercícios de 2021 e 2022. A questão central é se a Contabilidade Criativa foi utilizada para distorcer a situação financeira e os seus resultados das operações na instituição nesses anos. O objetivo principal é analisar evidências de utilização de contabilidade criativa nas demonstrações contábeis, a partir de estudo de caso no Banpará, a fim de confirmar a possibilidade de fraude contábil na organização nos períodos de 2021 e 2022. Para isso realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quali-quantitativa. Foram coletados dados pelo site da organização, como os registros contábeis e as demonstrações financeiras padronizadas para apurar a investigação. Aplicou-se técnicas de verificação documental e análise horizontal e vertical. Os resultados indicaram que existiam evidências na escrituração contábil da instituição, onde tinham modificações de contas, supervalorização de valores, diminuição de despesas entre outros. As variações expressivas no balanço e no resultado influenciavam essas alterações, o efeito dessas práticas, possivelmente, foi trazer uma falsa realidade do seu patrimônio. Assim, o confronto com as notas explicativas do banco, apontou algumas falhas informativas que trouxeram ambiguidade diante do esclarecimento. Esses achados contribuem para explicar a possível manipulação contábil no Banpará.

Palavras-chave: Contabilidade Criativa. Distorções financeiras. Demonstrações financeiras.

ABSTRACT

This study focuses on investigating the practice of Creative Accounting at Banpará during the 2021 and 2022 fiscal Years. The central question is whether Creative Accounting was

employed to distort the financial position and operational results of the institution during these Years. The primary objective is to analyze evidence of Creative Accounting usage in the financial statements, through a case study of Banpará, to confirm the possibility of accounting fraud within the organization in the 2021 e 2022 periods. To achieve this, a descriptive, documentary research approach with a qualitative and quantitative analysis was conducted. Data were collected from the organization's website, including the accounting records and standardized financial statements, to support the investigation. Document verification techniques, as well as horizontal and vertical analysis, were applied. The results revealed evidence in the institution's accounting records, which included modifications, overvaluation of values, and reduced expenses, among other irregularities. Significant variations in the balance sheet and income statement contributed to these alterations, potentially creating a false representation of the organization's assets. Moreover, a comparison with the bank's explanatory notes highlighted certain informational deficiencies that added ambiguity to the clarification. These findings contribute to an understanding of potential accounting manipulation at Banpará.

Keywords: *Creative Accounting. Financial Distortions. Financial Statements.*

1. INTRODUÇÃO

Entre tempos em que o cenário do mercado global vem sendo prejudicado por inúmeros casos de escândalos financeiros. Recentemente no Brasil, através de informativos da CNN Brasil, o maior caso de uso indevido das práticas da Contabilidade Criativa, isso porque o problema gerou devido aos registros de dívidas que a entidade tinha com os fornecedores e bancos. Legalmente, a companhia realizou operações de compra e venda, com quitação por empréstimos, o fornecedor recebia e depois ela tinha o dever de pagar a instituição bancária. Contudo, ao longo de vários anos, a empresa ao invés de registrar as dívidas financeiras, ela contabilizava no balanço em obrigações com fornecedores que não tinham juros. Isso só piorou ainda mais, dado que alguns desses compromissos tinham condições variáveis, assim sendo os valores chegaram em torno de 43 milhões de reais por conta do crescimento dos juros passivos.

A Contabilidade Criativa é um termo legalmente utilizado para maquiar ou manipular informações contábeis de uma entidade, logo por ter uma fresta na lei e pela falta de conhecimento do termo, as pessoas aproveitam para cometer crimes que destoam da moral e da ética profissional. Diante desse cenário, o banco Banpará tem passado por problemas similares, pois foi denunciado por supostamente ter interferido nos fluxos de pagamentos e fornecedores bancários na qual tinha uma relação muito próxima. Os conselheiros de administração

foram afastados por suspeita de favorecimento empresarial e conflito de interesse. Conforme, as notícias pela internet, sobre a acusação dos atos ilegais, a entidade refuta a posição da comissão pública, afirmando que segue suas regras em detrimento da Lei das Licitações e a Lei nº 4.968/2021 da CMN.

Seguindo o contexto desta pesquisa, foi formulado a seguinte problemática: A prática da Contabilidade Criativa foi utilizada para as distorções da situação financeira e dos resultados das operações no Banpará nos exercícios de 2021 e 2022?

Portanto, com o objetivo de responder o problema da pesquisa, foi feita a seguinte hipótese: A prática da Contabilidade Criativa é um forte indício de fraude contábil na empresa Banpará.

Este artigo científico tem por objetivo: analisar evidências de utilização de contabilidade criativa nas demonstrações contábeis, a partir de estudo de caso no Banpará, a fim de confirmar a possibilidade de fraude contábil na organização nos períodos de 2021 e 2022.

A fim de possibilitar a concretização do objetivo geral, foram elaborados os objetivos específicos que são: (a) realizar uma análise minuciosa da escrituração contábil e dos registros de despesas e receitas com o propósito de identificar uma possível fraude; (b) fazer uma análise comparativa detalhada das demonstrações contábeis de 2021 e 2022, com o objetivo de verificar variações significativas que possam indicar a prática de contabilidade criativa; (c) elaborar relatório completo que apresente as conclusões das análises, indicando se há evidências suficientes para provar a fraudulência no Banpará.

Embora exista vários estudos de escândalos financeiros nas entidades encontradas na Bovespa (B3), como Oliveira (2017) que observou a empresa Petrobrás, no qual relatou possível indício sobre o uso da prática da Contabilidade Criativa, porém através da hipótese, os resultados demonstravam que não houve falha nos mecanismos da organização perante as técnicas contábeis, logo não existiu uma confirmação plausível se de fato ocorreu a prática contábil durante o período estudado. Não foram encontrados outros estudos que demonstrassem as distorções contábeis, realizadas pela instituição Banpará.

Neste contexto, o artigo apresentado tem por justificativa: investigar a existência de relação entre a contabilidade criativa e a possível fraude contábil, logo reside uma preocupação com a integridade das informações financeiras e na necessidade de fortalecer a confiança das demonstrações contábeis da organização a ser estudada. A prática de contabilidade criativa, mesmo que seja legalmente aprovada, tem potencial de mascarar a verdadeira situação financeira das empresas, enganando os seus usuários primários (investidores, financiadores e outros credores por empréstimos).

Além disso, a presente pesquisa teve como escolha o Banco Banpará, por motivos de visibilidade recente nos meios de comunicações, pois mesmo que ele tivesse uma sólida reputação no mercado e uma regularidade em sua transparência, ele vinha passando por suspeitas de irregularidades contábeis, distribuição de recursos inadequados entre outros fatores negativos. Mas também, o artigo visa colaborar um espaço no conhecimento ao explorar de forma mais extensa os mecanismos e as motivações por trás da contabilidade criativa, mas também a conexão direta com fraudes contábeis.

Espera-se que os resultados obtidos neste trabalho possam influenciar tanto a regulamentação quanto às melhores práticas contábeis, promovendo uma abordagem mais transparente e honesta nas apresentações das informações para tomada de decisão das entidades.

A metodologia tem característica quanto a sua abordagem, uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Já pela parte dos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental, uma vez que serão analisadas as documentações previstas no site oficial da empresa e em outros tipos de mídias.

A estruturação do artigo científico tem por divisão: a primeira seção é a introdução, passando para a segunda seção que é a fundamentação teórica no qual evidencia os conceitos de contabilidade criativa, suas comparações com fraudes contábeis e o controle interno. A terceira seção é metodologia com objetivo de explicar como a pesquisa foi realizada, e pôr fim a quarta seção que são os resultados obtidos através deste artigo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será abordado sobre os conceitos relacionados a Contabilidade Criativa, a fraude contábil e o sistema de controle interno, como também os antecedentes da pesquisa.

2.1 Antecedentes da Pesquisa

Nesse momento, será apresentado os antecedentes da pesquisa na tabela 1:

Tabela 1: Antecedentes da pesquisa

Autor	Ano	Objetivo Geral	Instrumentos metodológicos	Resultados
AITA, F. P.; PORCIUNCULA, L.	2019	Diferenciar a contabilidade criativa das fraudes contábeis. E explicar seus impactos organizacionais	Quanto ao instrumento de análise de dados, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo.	Os resultados mostram que quando as empresas utilizam essas práticas, elas não mostram sua situação financeira real de forma honesta. Isso prejudica todos que usam as informações contábeis, pois a contabilidade deixa de cumprir suas normas básicas.
SILVA, R. M.; SANTOS, G. C.	2016	Analisar as fraudes contábeis de maior repercussão mundial relacionadas com a Contabilidade Criativa, e como as semelhanças entre ambas podem ferir os princípios contábeis e prejudicar os usuários que dependem das informações divulgadas.	Quanto ao instrumento de pesquisa, foram utilizados para fundamentar a análise de dados: busca em sites reconhecidos em publicações nacionais e internacionais que abordam fatores relacionados à economia.	Quanto ao resultado, conclui-se que a contabilidade criativa pode ser tão prejudicial quanto à fraude, pois gera resultados negativos equivalentes.
SILVA, A. M. M. M.; GUERRA, S. L.; MARTINS, V. C.; SMITH, M. S. J.	2019	Especificar e distinguir os fatores que caracterizam contabilidade criativa e que contrariam as NBCs e os CPCs em casos reais de grande repercussão mundial de empresas norte americanas e brasileiras	Foram investigadas empresas suspeitas de fraude financeira. Analisaram suas ações fraudulentas e compararam com regras contábeis relevantes. Logo, descobriram que algumas empresas usam práticas contábeis enganosas, sendo antiético e violando as regras.	Quanto ao resultado, apurou-se que em alguns casos houve aproveitamento de brechas na legislação societária para apresentar a informação com o teor conforme os interesses de algumas partes entre os <i>stakeholders</i> e <i>shareholders</i> , ou seja, apresentar uma imagem almejada no mercado financeiro.
VASSALO, R. A.; LIMA, D. V. D.	2019	Analisar a percepção de estudantes e profissionais contábeis a respeito do termo contabilidade criativa, à luz de epistemologia.	Quanto à metodologia, foram realizados levantamento na literatura sobre os conceitos do termo contabilidade criativa e realizadas entrevistas com dois especialistas (setor público e privado), que aplicam esses conceitos no dia a dia. Utilizou-se técnica de entrevista aberta.	Os resultados da pesquisa indicam que o uso do termo 'contabilidade criativa' por profissionais contábeis pode levantar dúvidas sobre a confiabilidade das informações financeiras. No setor público, a aplicação rigorosa da legislação e a presença de incentivos podem afetar o comportamento dos profissionais, levando a práticas contábeis que comprometem a credibilidade dos números contábeis

OLIVEIRA, M. I.; GUILHERME, H. F.	2017	Analisar, a partir das informações contidas nas demonstrações contábeis publicadas, possíveis evidências na prática de contabilidade criativa na Petrobrás no período entre 2003 e 2013.	Quanto à metodologia, o procedimento para se chegar aos resultados foi realizado por meio de técnicas estatísticas, através do software Economática.	Quanto aos resultados, existem indícios do gerenciamento dos resultados da Petrobrás nos 10 anos estudados. Principalmente quanto às despesas com depreciação, que por sua vez, possui uma relação direta com as contas do imobilizado e com a variação do lucro líquido.
BORGES, M. P. P.; MARTINS, V. F.	2015	Identificar se houve Contabilidade Criativa nas contas da Petrobrás no ano de 2013, frente ao resultado econômico-financeiro negativo de 2012.	Para alcançar o objetivo, foi realizada uma análise do conteúdo dos principais meios de comunicação dos países que apresentaram qualquer relação de investimento e produção com a empresa no período de 2012 a 2014.	De acordo com a análise do conteúdo de Bardin (2011), os relatórios econômicos e as notas explicativas da empresa, foi concluído que a empresa usou a Contabilidade de Hedge para reverter prejuízos causados pela desvalorização de real em 2012, que afetou sua dívida em dólar. Esse método legal foi adotado com o objetivo de melhorar seus resultados.
SILVA, J. D. G.; MONTEIRO, A. P. M.	2021	Analisar se as características individuais do gestor (gênero, idade, habilitações acadêmicas, experiência profissional, religião e atitude ética) influenciam a prática de contabilidade criativa	Este estudo empírico segue uma metodologia quantitativa, com a implementação de um inquérito por questionário. No software <i>LimeSurvey</i> foi elaborado o questionário e posteriormente aplicado aos gestores de empresas portuguesas (população-alvo deste estudo)	Os resultados indicam que os gestores que possuem mais habilitações acadêmicas, mais anos de experiência profissional e atitude ética são os mais reticentes à prática de contabilidade criativa, os que têm acesso à informação financeira de qualidade e os que tomam decisões econômicas com sucesso.
SILVA, A. L. F.; MACIEL, V. M.; VIEIRA, A. S.	2021	Verificar os reflexos da prática da contabilidade criativa para a contabilidade e a sociedade em geral a partir do estudo dos casos das empresas Enron e do Banco Pan-Americano.	O procedimento metodológico adotado para essa pesquisa vai desde a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, publicações dentre outros até a análise de dois casos comprovados do uso da contabilidade criativa como manipulação contábil de forma intencional e consequentemente ilícita.	A pesquisa revela que a contabilidade criativa é antiética e prejudicial, pois falências de grandes empresas levam a demissões em massa. Medidas preventivas, como SOX, COAF e NOCLAR, têm sido adotadas para conter essa prática.

SUPRIANTO, E.	2023	Este estudo visa testar se os governos locais na Indonésia realizam uma contabilidade criativa para obter um empréstimo de resposta econômica nacional ao lidar com a pandemia da COVID-19 com 0% de juros	Neste estudo, a amostra foi selecionada a partir de governos locais que buscaram empréstimos do governo central para enfrentar a crise da COVID-19. Os dados de 2020 foram coletados dos relatórios de auditoria do Conselho de Auditoria da Indonésia e sites dos governos, e a análise foi realizada com o software STATA versão 15.	A regressão da análise de resultados provou que o empréstimo do governo local afeta positivamente a contabilidade criativa. Este estudo também pode provar que a localização geográfica e a independência do governo local afetam positivamente a contabilidade criativa
HENRIQUE, M.; OLIVEIRA, N. S.; SAPORITO, A.	2023	Identificar os indícios e consequências das fraudes contábeis que aconteceram em empresas brasileiras, a partir da análise dos casos divulgados das empresas Via Varejo S.A, Banco Cruzeiro do Sul e Banco Pan Americano	Quanto à técnica de pesquisa utilizada neste estudo, foi escolhida a pesquisa bibliográfica.	Os resultados foram que as fraudes contábeis ocorreram através de falhas de controles internos e externos, na tentativa de ocultar a verdade situação financeira da empresa e ludibriar os usuários das informações contábeis com informações falsas.
SANTOS, S. A. M.; OYOS, T. A. C. M.; SANTOS, C. A.; PINTO, V. P. S.	2014	Evidenciar a responsabilidade do contador nas práticas da contabilidade criativa, abordando a ética profissional contábil	Para a realização do trabalho, foram consideradas pesquisas bibliográficas nos estudos e livros que abordam o conceito de contabilidade criativa e a ética profissional. Na realização do presente estudo, foi necessário selecionar um planejamento específico para usar. Existem vários modelos diferentes, mas nenhum sistema único define todas as variações que devem ser consideradas.	Descobriu-se que o trabalho do contabilista é garantir que as informações financeiras sejam precisas e transparentes. Ele não deve permitir trapagens e tem a responsabilidade de comunicar essas informações de maneira clara e correta
NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, A. M.G.; RODRIGUES, J. M.	2014	Apresentar algumas reflexões sobre os impactos da contabilidade criativa no âmbito do processo de convergência das normas internacionais de contabilidade.	A metodologia destaca-se pela pesquisa descritiva com qual tem o objetivo a descrição das características de determinada população com a possibilidade de identificar possíveis relações entre as variáveis. Há um estudo intermediário entre pesquisa exploratória e a explicativa.	O IASB escolheu criar regras contábeis com base em princípios, em vez de regras rígidas, isso é feito para garantir que as informações sejam de alta qualidade para as pessoas que as utilizam. A maioria dos contadores são éticos e têm capacidade de fazer julgamentos e estimativas que apresentam a realidade da empresa.

SILVA, R. P. C.; GÓIS, C. M. G. G.	2021	Analisar empiricamente como se comportam as micro, pequenas e médias empresas na utilização de práticas de contabilidade criativa.	Formularam-se as hipóteses que deram por base a este estudo, bem como os critérios de exclusão para a seleção da amostra do estudo. Efetuou-se ainda uma breve análise descritiva das variáveis e foram realizados testes estatísticos para definir a estrutura dos modelos econométricos a utilizar.	Resultou-se que pequenas e médias empresas muitas vezes usam a contabilidade criativa, o que envolve decisões contábeis flexíveis, influenciadas principalmente pelos impostos a pagar. Já, empresas maiores consideram crescimento anual e dívida em suas escolhas contábeis. As empresas familiares, incluindo aquelas lideradas por mulheres, não demonstram diferenças significativas no uso da contabilidade criativa em comparação às outras empresas.
COIMBRA, J. G.; AGUIAR, J. E.	2017	Identificar, relacionar e apresentar os estudos que registraram a prática da contabilidade criativa no Brasil, realizados por pesquisadores no período compreendido entre 2011 e 2016.	Utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e o levantamento	A utilização de contabilidade criativa no período estudado ainda encontra amparo na flexibilidade faz normas, não sendo minimizadas pela harmonização internacional, uma vez que estas validam a sua continuidade e que, embora presente, a contabilidade criativa manter-se nos limites seguro das regras em vigor, à distância de práticas fraudulentas, constatação importante pois destaca a figura do profissional contábil, em vigor ético.
ALMEIDA, L. A.	2018	Analisar quais dimensões do Triângulo das Fraudes, exposto por Cressey (1953) – oportunidade, racionalização e pressão/necessidade têm prevalecido nos cinco casos de fraudes contábeis ocorridos nos bancos: Nacional, Noroeste, Santos, panamericano e Cruzeiro do Sul no período de 1896 e 2012	O foco dos instrumentos metodológicos da pesquisa se baseia a partir da análise do Triângulo das Fraudes de Cressey (1953), tendo caráter documental e exploratório.	Identificou-se nos dois casos, Banco Nacional e Pan Americano, a presença do fundamento relativo à pressão/necessidade que o meio na qual a instituição está envolvida favorece e, do mesmo modo, pode-se incluir a racionalização em um dos casos, Banco Noroeste, em que demonstra uma justificativa para o ato infracional.

Fonte: Elaboração Própria

Através dos estudos teóricos, damos relevância do uso da contabilidade criativa na Petrobrás entre 2003 e 2013, fornecendo insights sobre a gestão organizacional e análises detalhadas das demonstrações financeiras por meio de abordagens matemáticas e tecnológicas. Embora tenha semelhança com um estudo anterior de Borges (2015), esta pesquisa difere, concentrando-se na auditoria contábil e na análise econômico-financeira da Petrobrás, especialmente

relacionando as variações cambiais com as dívidas em dólares da empresa, impulsionadas pelo sentimento de desespero.

2.2 Contabilidade Criativa

O nascimento da Contabilidade Criativa é evidente quando o gerenciamento das empresas acaba reconhecendo os seus valores acima dos valores da entidade, ou seja, para benefício próprio. Em meio ao desespero de alcançar resultados elevados ou ocultar dívidas ou empréstimos que passaram do prazo, os gestores se deixam levar ao erro ético, projetando os artifícios ilícitos, como as práticas de manipulações e distorções contábeis, conseqüentemente se os atos forem identificados, a organização pode vir a sofrer um prejuízo financeiro. O mesmo pensamento é citado por Shah e Butt (2011) que explica que dois lados da prática criativa, aquela que pode colocar ou retirar a empresa de uma grande crise.

De acordo com Baraldi (2018), a Contabilidade Criativa é decorrente da interpretação das normas contábeis, se houver uma boa gestão na empresa, tudo andar normal. Mas na Contabilidade Criativa existem as famosas zonas cinzas, no qual há o abuso das interpretações das normas contábeis, pois os interesses dos autores se tornam maiores do que a lei.

Alguns autores denominam essa técnica de outros sinônimos, como Niyama, Rodrigues e Rodrigues (2015, p. 72), que a definem de contabilidade agressiva, pois buscam o objetivo de melhorar resultados através da quebra das normas contábeis, ou até mesmo de relatórios financeiros fraudulentos, já que existe a ação proposital de contabilizar falsamente ou omitir vendas, logo infringindo os princípios da Contabilidade.

2.3 Fraude Contábil

A fraude contábil de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), destacando que essa fraude envolve a manipulação de registros contábeis ou a omissão de documentos com o objetivo de benefício próprio. Os tipos de fraudes mais comuns são relacionados à Contabilidade Criativa, como o uso indevido de fundos de caixa pequenos ou flutuantes.

Embora haja poucas resoluções legais específicas para tratar de práticas contábeis ilícitas, é importante que as organizações tenham códigos de ética profissional para evitar distorções nas demonstrações financeiras. Além disso o contexto menciona que as condutas de fraude contábil podem estar relacionadas às Leis nº 8.137/90 (crimes tributários e econômicos) e à Lei das Licitações, com foco na responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas em licitações e contratos, visando prevenir fraudes por meio da segregação de funções.

2.4 Sistema do Controle Interno

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) estabelecem que o controle interno é um sistema de planejamento e organização empresarial para proteger o patrimônio e garantir informações confiáveis. Para evitar fraudes e erros, os dirigentes devem planejar sistemas de controle interno eficazes. As auditorias independentes, frequentemente, revelam desconroles organizacionais devido à falta de atenção dos administradores, o que pode ocultar fraudes (CFC, 2017).

É obrigatório que as empresas sigam a Resolução nº 4.968/2021 da CMN, que se concentra em sistemas de controle interno para instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central. Esses sistemas devem ser eficientes, divulgar informações para tomada de decisões e cumprir a lei. A responsabilidade pela implementação e monitoramento desse sistema deve ser uma parte fundamental da cultura organizacional. Almeida (1996) destaca processos importantes, como definir o sistema atual, acompanhar sua prática e avaliar resultados para identificar erros ou fraudes imediatamente.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos buscam a confirmação do determinado problema: A prática da Contabilidade Criativa foi utilizada para as distorções da situação financeira e dos resultados das operações no Banpará nos exercícios de 2021 e 2022? Por isso, o artigo tem como sua abordagem, os métodos qualitativo e quantitativo. Segundo Raupp e Beuren (2006) o enfoque qualitativo é o tipo mais adequado de ter conhecimento sobre a natureza do fenômeno pesquisado. Para Vergara (2014), o projeto quantitativo apresenta benefícios ao lidar com a classificação e análise de dados, o que resulta na interpretação de números e no uso de técnicas estatísticas.

A pesquisa é explicativa quanto aos objetivos, já que utilizou o estudo de caso, logo foram analisados possíveis indícios sobre a utilização da Contabilidade Criativa no Banpará. Segundo Ventura (2007) o estudo de caso é um instrumento de questões que apresentam como será feita a investigação e qual o motivo para fazê-la.

Quanto aos meios técnicos, é considerada como pesquisa documental, pois foram examinados os principais relatórios administrativos do Banpará. Conforme Vergara (2014), a apuração documental é realizada por meio de análise de registros armazenados em instituições públicas e privadas, abrangendo uma diversidade de documentos, como registros financeiros, demonstrações, regulamentos e muito mais.

O universo é aplicável na área organizacional do Banpará, assim a amostra da pesquisa detém de demonstrações contábeis e relatórios financeiros anuais.

A coleta de dados foi feita através de busca por documentos administrativos da instituição financeira, o Banco do Estado do Pará, no seu próprio site oficial com endereço eletrônico: <https://ri.banpara.b.br/>.

Os elementos foram obtidos por análise de documentos, inspeção e observação, além do exame dos índices financeiros. Foram coletados os seguintes arquivos: Escrituração contábil e Reconhecimento das Receitas e Despesas e o Relatório Anual das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2021 e 2022.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo serão expostos os resultados obtidos no estudo de caso feito no Banpará em alinhamento aos objetivos do artigo.

4.1 Realização de análise minuciosa da escrituração contábil e dos registros de despesas e receitas com o propósito de identificar uma possível fraude

Em decorrência da coleta de dados, foram feitas técnicas de análise de materiais e documentos, os relatórios contábeis informativos estavam nos meios de comunicação da organização, sendo destaque para pesquisa somente no período de 2021 e 2022. Qualquer esclarecimento das modificações foi explicado no objetivo 4.3 do artigo.

Após uma profunda investigação constatou-se que durante outubro de 2021 houve movimentações contábeis indevidas como, por exemplo, acobertar atrasos com obrigações a fornecedores por valores menores. O surgimento desse problema foi devido a organização ter comprado imobilizados a prazo no final de 2020, e depois disso ter deixado ultrapassar o mês do pagamento, fazendo com que lhe provocassem tais multas (setor administrativo). Tudo isso é explicado nas tabelas a seguir.

Tabela 2: Comparação entre as multas por atraso de obrigações com fornecedores

Data	Referente ao pagamento de uma compra de imóvel a prazo para a organização		
	Conta	Manipulado	Realidade
Débito	Despesa Administrativas	R\$ 20.350,00	R\$ 35.650,00
Crédito	Obrigações a Fornecedores	R\$ 20.350,00	R\$ 35.650,00

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 2 destaca as discrepâncias entre os valores registrados de R\$ 20.350,00 e os valores reais de R\$ 35.650,00, indicando que a organização subestimou as multas por atraso nesta transação em 21 de outubro de 2021.

Tabela 3 Comparação entre as multas por atraso de obrigações com fornecedores nº2

Data	Referente ao pagamento de uma compra de imóvel a prazo para a organização		
	Conta	Manipulado	Realidade
23/10/2021			
Débito	Despesa Administrativas	R\$ 15.654,00	R\$ 20.465,00
Crédito	Obrigações a Fornecedores	R\$15.654,00	R\$ 20.465,00

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 4: Comparação entre as multas por atraso de obrigações com fornecedores nº3

Data	Referente ao pagamento de uma compra de imóvel a prazo para a organização		
	Conta	Manipulado	Realidade
27/10/2021			
Débito	Despesa Administrativas	R\$ 30.200,00	R\$ 50.800,00
Crédito	Obrigações a Fornecedores	R\$ 30.200,00	R\$50.800,00

Fonte: Elaboração Própria

Da mesma forma, a Tabela 3 e 4 reforçam a tendência de subestimar os valores reais das multas, sendo elas de R\$ 20.465,00 e R\$50.800,00, respectivamente, destacando a falta de precisão nos registros contábeis em 23 e 27 de outubro de 2021.

No início de novembro de 2021, o banco Banpará emprestava recursos para seus clientes com o objetivo de quitar suas dívidas com fornecedores no mês de outubro. Ela captava dinheiro dos agentes superavitários, através de relações interfinanceiras, e repassava para agentes deficitários. Ela esperava receber receitas financeiras (os juros obtidos) pelo começo de janeiro de 2022.

Tabela 5: Empréstimos concedidos ao cliente B

Data	Referente a empréstimos concedidos pelo Banco do Estado do Pará via relação interfinanceira	
	Conta	Realidade
01/11/2021		
Débito	Operações de Crédito	R\$ 180.000,00
Crédito	Relação Interfinanceira	R\$ 180.000,00

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 5 representa o início do empréstimo ao cliente B, com os recursos de R\$ 180.000,00, efetivamente transferidos em 01 d e novembro de 2021.

Tabela 6: Empréstimos concedidos ao cliente C

Data	Referente a empréstimos concedidos pelo Banco do Estado do Pará via relação interfinanceira	
13/11/2021	Conta	Realidade
Débito	Operações de Crédito	R\$ 210.000,00
Crédito	Relação Interfinanceira	R\$ 210.000,00

Fonte: Elaboração Própria

Já a Tabela 6, inicia-se uma operação financeira com clientes C registrados efetivamente por R\$ 210.000,00 em 13 de novembro de 2021.

O ano de 2021 terminou regular para o banco Banpará, já que suas escolhas para o fim do período trouxeram um lucro líquido a seu patrimônio. No início de 2022, as operações de crédito (empréstimos a clientes) deram juros ativos à organização, porém não seriam suficientes para equilibrar seu resultado. Desse modo, a empresa resolveu aumentar os valores de suas receitas, por conta do temor ao não cumprimento das expectativas dos seus usuários, constituindo assim uma falsa realidade do seu desempenho financeiro.

Tabela 7: Comparação entre receitas de empréstimos concedidos

Data	Referente à modificação nas receitas por empréstimos concedidos		
05/01/2022	Conta	Manipulado	Realidade
Débito	Operações de Crédito	R\$ 46.000,00	R\$ 24.000,00
Crédito	Receitas por Operação de Crédito	R\$ 46.000,00	R\$ 24.000,00

Fonte: Elaboração Própria

Nesta tabela 7, indicamos uma discrepância substancial entre os valores manipulados, em R\$ 46.000,00, e a realidade das receitas de empréstimos concedidos, em R\$ 24.000,00, sugerindo que o Banpará infla artificialmente seus ganhos.

Tabela 8: Comparação entre receitas de empréstimos concedidos nº2

Data	Referente à modificação nas receitas por empréstimos concedidos		
17/01/2022	Conta	Manipulado	Realidade
Débito	Operações de Crédito	R\$ 64.000,00	R\$ 42.500,00
Crédito	Receitas por Operação de Crédito	R\$ 64.000,00	R\$ 42.500,00

Fonte: Elaboração Própria

Assim também, a tabela 8 demonstra uma discrepância, só que mais considerável entre os valores manipulados, em R\$ 64.000,00 e a realidade das receitas de empréstimos concedidos, em R\$ 42.500,00.

Chegando no fim de janeiro de 2022, a entidade tinha pretensão de vender os seus imóveis após um ano pago, porém o valor de mercado era menor do

que o esperado. Logo, esperava-se que a organização registrasse as perdas por desvalorização. Porém ela apenas modificou os valores das depreciações para que seu resultado fosse positivo após a alienação.

Tabela 9: Comparação entre Despesas com Depreciação de Imobilizado

Data	Referente à modificação na depreciação acumulada dos imóveis		
19/01/2022	Conta	Manipulado	Realidade
Débito	Despesa com Depreciação	R\$ 23.000,00	R\$ 33.000,00
Crédito	Depreciação Acumulada	R\$ 23.000,00	R\$ 33.000,00

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 9 estabelece o registro contábil de despesas de depreciação de imobilizado de R\$ 23.000,00 no débito e crédito ao mesmo valor na conta de Depreciação Acumulada. Entretanto, havia valores reais de R\$ 33.000,00 nos dois lados, logo reduziram suas despesas para aumentar seu lucro aparente.

Tabela 10: Comparação entre Despesas com Depreciação de Imobilizado nº2

Data	Referente à modificação na depreciação acumulada dos imóveis		
25/01/2022	Conta	Manipulado	Realidade
Débito	Despesa com Depreciação	R\$ 6.600,00	R\$ 14.600,00
Crédito	Depreciação Acumulada	R\$ 6.600,00	R\$ 14.600,00

Fonte: Elaboração Própria

Na Tabela 10, a organização novamente registrou despesa de depreciação de R\$ 6.600,00, mas a realidade era que as despesas deveriam ser R\$ 14.600,00. A manipulação ocorre como na Tabela 9 para transparecer menores despesas para melhorar a situação financeira.

Tabela 11: Comparação entre Despesas com Depreciação de Imobilizado nº3

Data	Referente à modificação na depreciação acumulada dos imóveis		
28/01/2022	Conta	Manipulado	Realidade
Débito	Despesa com Depreciação	R\$ 10.400,00	R\$ 15.100,00
Crédito	Depreciação Acumulada	R\$ 10.400,00	R\$ 15.100,00

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela 11, foi aplicada a mesma estratégia, como nas outras tabelas, de manipulação de despesas de depreciação. A instituição lançou R\$ 10.400,00 como despesas de depreciação, mas o valor real deveria ter sido de R\$ 15.100,00.

É importante também, para o artigo, a demonstração de fidedignidade dos registros que deveriam ser feitos pela entidade sobre as perdas por desvalorização

dos imobilizados. A contabilização desses fatos ocorreu entre 19 e 28 de janeiro de 2022.

Tabela 12: Contabilização correta em relação a desvalorização de imobilizado

Referente à perda por desvalorização de imobilizado		Nº 1	Nº 2	Nº3
Conta		19/01/2022	25/01/2022	28/01/2022
Débito	Despesa com perda por desvalorização	R\$ 33.000,00	R\$ 14.600,00	R\$ 15.100,00
Crédito	Perda por desvalorização	R\$ 33.000,00	R\$ 14.600,00	R\$ 15.100,00

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 12 explica o regulamento dos princípios contábeis, seguindo de forma correta ao contabilizar as perdas por desvalorização de ativos imobilizados. O débito em despesas que refletem o impacto nos resultados e o crédito que demonstra a redução no valor contábil dos ativos afetados.

Entre janeiro e março, a entidade vinha desenvolvendo um software para otimizar seu atendimento com seus clientes, entretanto, em abril, seus custos foram reconhecidos no ativo não circulante, mas também com os seus valores modificados. O intuito foi dar a impressão de que há a valorização no seu Intangível, melhorando temporariamente sua qualidade para seus usuários.

Tabela 13: Reclassificação manipulada de despesas imediatas para Ativo Intangível

Data	Referente a falsa valorização dos intangíveis		
07/04/2022	Conta	Manipulado	Realidade
Débito	Intangível	R\$ 15.120,00	R\$ 9.420,00
Crédito	Caixa e Equivalentes	R\$ 15.120,00	R\$ 9.420,00

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 13 apresenta a manipulação contábil, em que a entidade aumentou artificialmente o valor de seu Ativo Intangível para melhorar a imagem da instituição. Os valores foram de R\$ 9.420,00 para R\$ 15.120,00.

Tabela 14: Reclassificação manipulada de despesas imediatas para Ativo Intangível nº2

Data	Referente à falsa valorização de intangíveis		
07/04/2022	Conta	Manipulado	Realidade
Débito	Intangível	R\$ 10.780,00	R\$ 7.860,00
Crédito	Caixa e Equivalentes	R\$ 10.780,00	R\$ 7.860,00

Fonte: Elaboração Própria

Bem como a tabela anterior, na tabela 14, foram confirmados a prática de mascarar contabilmente, a fim de inflar o valor dos ativos intangíveis da empresa de forma enganosa. Os valores foram de R\$ 7.860,00 para R\$ 10.780,00.

Tabela 15: Contabilização correta em relação a despesas imediatas

Referente a despesa imediata relacionado aos custos com intangível		Nº 1	Nº2
Conta		07/04/2022	07/04/2022
Débito	Despesas Operacionais	R\$ 9.420,00	R\$ 7.860,00
Crédito	Caixa e Equivalentes	R\$ 9.420,00	R\$ 7.860,00

Fonte: Elaboração Própria

Por final, a tabela 15 demonstra como as despesas imediatas dos custos nº1 e nº2 deveriam ter seguido em conformidade com os princípios contábeis, evidenciando os valores reais das tabelas anteriores.

Entre fevereiro e março, a empresa havia comprado dois títulos, em busca de ganhos para seus ativos financeiros. No entanto, ao chegar em maio, a entidade decide vender esses títulos pois via que o resultado não trazia grandes receitas, mas o valor desses créditos havia caído em abril e mesmo assim decidiram mantê-los. Analisando o risco, o banco resolve não registrar perdas não realizadas, com a intenção de que se recuperem no futuro, sendo uma distorção da saúde financeira da instituição.

Tabela 16: Não Registro de perdas não realizadas por títulos

Referente a despesa imediata relacionado aos custos com intangível		Nº 1	Nº2
Conta		19/05/2022	27/05/2022
Débito	Despesas Operacionais	R\$ 13.480,00	R\$ 18.700,00
Crédito	Caixa e Equivalentes	R\$ 13.480,00	R\$ 18.700,00

Fonte: Elaboração Própria

A tabela representa as ações corretas da contabilidade, na qual a empresa deveria reconhecer a perda em seus títulos financeiros, registrando-as adequadamente como uma despesa. Há um desalinhamento das normas, pois a empresa deveria reavaliar de acordo com o seu valor justo de mercado. Com os valores reais fixados em R\$13.480,00 e R\$ 18.700,00.

4.2 Análise comparativa detalhada das demonstrações contábeis de 2021 e 2022, com o objetivo de verificar variações significativas que possam indicar a prática de contabilidade criativa

Nesta análise foram inspecionadas as demonstrações financeiras padronizadas, no período que corresponde aos anos de 2021 e 2022, tendo como base 2020, através da técnica de análise horizontal e vertical visando atingir o objetivo geral da pesquisa. A comparação dos balanços patrimoniais revelou uma série de variações significativas que merecem atenção cuidadosa, ademais os esclarecimentos das mutações são destinados ao objetivo específico 4.3. Abaixo das tabelas apresentamos os seguintes resultados.

Tabela 17: Análise Horizontal e Vertical do Balanço Patrimonial de 2021 e 2022

Balanço Patrimonial - Banpará S.A (Em Reais Mil)							
ATIVO	2020	2021	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
Caixa e Equivalentes	1.269.585	988.601	-22,13%	7,90%	1.340.811	5,61%	8,78%
Caixa	199.597	196.602	-1,50%	1,57%	190.648	-4,48%	1,25%
Aplicações de Liquidez	1.069.988	791.999	-25,98%	6,33%	1.150.163	7,49%	7,53%
Ativos Financeiros	274.507	279.260	1,73%	2,23%	315.076	14,78%	2,06%
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	8.681.940	10.900.018	25,55%	87,07%	13.230.680	52,39%	86,61%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	731.500	788.594	7,81%	6,30%	575.602	-21,31%	3,77%
Títulos e Valores Mobiliários	1.041.071	1.133.007	8,83%	9,05%	1.551.761	49,05%	10,16%
Operações de Crédito	6.269.511	8.284.175	32,13%	66,17%	10.396.744	65,83%	68,06%
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-178.618	-203.329	13,83%	-1,62%	-240.904	34,87%	-1,58%
Outros Ativos Financeiros	818.476	897.571	9,66%	7,17%	947.477	15,76%	6,20%
Tributos	154.356	158.937	2,97%	1,27%	189.290	22,63%	1,24%
Outros Ativos	6.753	9.705	43,71%	0,08%	9.674	43,25%	0,06%
Outros Ativos	8.553	11.505	34,51%	0,09%	11.474	34,15%	0,08%
Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800	0,00%	-0,01%	-1.800	0,00%	-0,01%
Investimentos	32	32	0,00%	0,00%	28	-12,50%	0,00%
Imobilizado	58.138	60.758	4,51%	0,49%	60.723	4,45%	0,40%
Imobilizado de Uso	200.623	213.599	6,47%	1,71%	225.724	12,51%	1,48%
Depreciação Acumulada	-142.485	-152.841	7,27%	-1,22%	-165.001	15,80%	-1,08%
Intangível	141.245	121.397	-14,05%	0,97%	130.533	-7,58%	0,85%
Intangíveis	196.003	193.364	-1,35%	1,54%	229.897	17,29%	1,50%
Amortização Acumulada	-54.758	-71.967	31,43%	-0,57%	-99.364	81,46%	-0,65%
ATIVO TOTAL	10.586.556	12.518.708	18,25%	100,00%	15.276.815	44,30%	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Alcançamos alguns pontos principais da conta Ativo, apenas na análise horizontal que as variações foram mais discrepantes. Primeiramente, na parte de caixa e equivalentes que obtiveram um grande aumento de 5,61% em 2022, é demonstrado que o Banpará realizou aplicações em liquidez que provavelmente lhe deram rendimentos financeiros. Além disso, a diferença para 2021 é substancial, já que eles estavam em queda com -22,13%. Por isso,

devemos investigar se seus recursos financeiros foram legítimos ou se foram supervalorizados.

Identificamos também as mutações decorrentes no grupo dos ativos financeiros ao custo amortizado, no qual tiveram um crescimento progressivo de 25,55% em 2021 para 52,39% em 2022. Segundo a investigação pode ter sido decorrente das ações estratégicas para operações de crédito, onde existem empréstimos concedidos aos clientes da instituição. Além disso, temos as provisões de perdas de crédito reduzindo essas operações, mas não fazem uma mudança tão expressiva, por isso devemos procurar entender melhor os empréstimos e os seus rendimentos, se seguem em conformidade com os princípios contábeis ou não. Adiante, os tributos tiveram um avanço de um ano para o outro, porém a organização não deixou as subavaliações explícitas para a análise. Todavia, devem ser investigadas a realidade da informação.

Tabela 18: Análise Horizontal e Vertical do Balanço Patrimonial de 2021 e 2022

Balanço Patrimonial - Banpará S.A (Em Reais Mil)							
PASSIVO	2020	2021	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	8.476.820	10.304.800	21,56%	82,32%	12.448.917	46,86%	81,49%
Depósitos à Vista	988.318	1.608.265	62,73%	12,85%	1.694.744	71,48%	11,09%
Depósitos a Prazo	5.853.358	7.241.218	23,71%	57,84%	9.153.017	56,37%	59,91%
Depósitos Interfinanceiros	239.032	0	-100,00%	0,00%	0	-100,00%	0,00%
Depósitos de Poupança	1.396.112	1.455.317	4,24%	11,63%	1.601.156	14,69%	10,48%
Captação no Mercado Aberto	167.037	102.312	-38,75%	0,82%	378.619	126,67%	2,48%
Recursos Mercado Interfinanceiro	210.103	188.697	-10,19%	1,51%	388.689	85,00%	2,54%
Relação Interfinanceira	44.727	72.154	61,32%	0,58%	94.042	110,26%	0,62%
Relações Interdependência	2.308	3.250	40,81%	0,03%	20.059	769,11%	0,13%
Emissão de Títulos	149.745	11.923	-92,04%	0,10%	169.199	12,99%	1,11%
Obrigações por Empréstimos no Exterior	9.193	63.230	587,81%	0,51%	78.857	757,79%	0,52%
Obrigações por Repasses no País - BNDES	4.130	38.140	823,49%	0,30%	26.532	542,42%	0,17%
Provisões	136.435	146.202	7,16%	1,17%	162.807	19,33%	1,07%
Provisão para Pagamentos a Efetuar	75.868	85.962	13,30%	0,69%	102.367	34,93%	0,67%
Provisão para Contingências	60.567	60.240	-0,54%	0,48%	60.440	-0,21%	0,40%
Outros Passivos	111.583	137.999	23,67%	1,10%	178.606	60,07%	1,17%
Outras Obrigações Fiscais	9.297	3.398	-63,45%	0,03%	6.086	-34,54%	0,04%
Outras Obrigações	102.286	134.601	31,59%	1,08%	172.520	68,66%	1,13%
Patrimônio Líquido	1.484.578	1.638.698	10,38%	13,09%	1.719.177	15,80%	11,25%
Capital Social	1.300.664	1.473.121	13,26%	11,77%	1.473.122	13,26%	9,64%
Reservas de Lucros	183.914	165.577	-9,97%	1,32%	246.055	33,79%	1,61%
Reserva Legal	12.060	12.064	0,03%	0,10%	21.024	74,33%	0,14%
Reserva Estatutária	171.854	137.533	-19,97%	1,10%	225.031	30,94%	1,47%
Dividendo Adicional Proposto	0	15.980	-	0,13%	0	-	0,00%
PASSIVO TOTAL	10.586.556	12.518.708	18,25%	100,00%	15.276.815	44,30%	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

O principal aspecto encontrado no passivo foram as obrigações com órgãos externos, onde as dívidas da empresa caíram, na análise horizontal, de 823,49% para 542,42%, sendo esta uma possível visão que a organização tinha em esconder suas obrigações para retratar uma falsa realidade que o balanço teria, logo deve ser verificado através das notas explicativas a real razão de queda dos atos.

Finalizando o balanço, temos o patrimônio líquido que sofre pequenas mutações, mas são essenciais para o alcance das indagações. Verificamos que a maioria dos lucros e outros ganhos foram distribuídos para suas reservas entre 2021 e 2022, é possível que seja algo passível de proteção do seu patrimônio, por esse motivo tivemos aumento nas reservas de lucros, reservas legais e estatutárias.

Tabela 19: Análise Horizontal e Vertical da Demonstração do Resultado em 2021 e 2022

Demonstração do Resultado - Banpará S.A (Em Reais Mil)							
RESULTADO RECEITA/ DESPESA	2020	2021	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
Receitas de Intermediação Financeira	1.561.668	1.841.072	17,89%	100,00%	2.605.566	66,85%	100,00%
Operações de Crédito	1.479.357	1.659.467	12,17%	94,73%	2.061.021	39,32%	79,10%
Resultado de Oper. c/ Títulos e Valores Mobiliários	67.543	164.781	143,96%	4,33%	498.417	637,93%	19,13%
Resultado de Aplicações Compulsórias	9.031	12.149	34,53%	0,58%	31.479	248,57%	1,21%
Resultado de Operações de Câmbio	5.737	4.675	-18,51%	0,37%	14.649	155,34%	0,56%
Despesas de Intermediação Financeira	-306.146	-508.133	65,98%	-19,60%	-1.351.428	341,43%	-51,87%
Despesas de Captação no Mercado	-178.274	-364.601	104,52%	-11,42%	-1.146.958	543,37%	-44,02%
Despesas de Empréstimos e Repasses	-1.860	-5.872	215,70%	-0,12%	-13.677	635,32%	-0,52%
Provisão para Crédito em Liquidação Duvidosa	-126.012	-137.660	9,24%	-8,07%	-190.793	51,41%	-7,32%
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.255.522	1.332.939	6,17%	80,40%	1.254.138	-0,11%	48,13%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-771.072	-889.868	15,41%	-49,37%	-969.303	25,71%	-37,20%
Receitas de Prestação de Serviços	133.244	142.888	7,24%	8,53%	178.481	33,95%	6,85%
Despesas com Pessoal	-441.076	-504.660	14,42%	-28,24%	-570.580	29,36%	-21,90%
Outras Despesas Administrativas	-381.692	-462.904	21,28%	-24,44%	-490.246	28,44%	-18,82%
Despesas Tributárias	-77.175	-83.065	7,63%	-4,94%	-85.082	10,25%	-3,27%
Outras Receitas Operacionais	48.698	69.599	42,92%	3,12%	82.296	68,99%	3,16%
Outras Despesas Operacionais	-53.071	-51.726	-2,53%	-3,40%	-84.172	58,60%	-3,23%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	484.450	443.071	-8,54%	31,02%	284.835	-41,20%	10,93%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-202.855	-159.767	-21,24%	-12,99%	-69.971	-65,51%	-2,69%

Corrente	-175.325	-164.348	-6,26%	-11,23%	-100.324	-42,78%	-3,85%
Provisões para Imposto de Renda	-97.727	-84.617	-13,41%	-6,26%	-53.891	-44,86%	-2,07%
Provisões para Contribuição Social	-77.598	-79.731	2,75%	-4,97%	-46.433	-40,16%	-1,78%
Diferido	-27.530	4.581	-116,64%	-1,76%	30.353	-210,25%	1,16%
Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	281.595	283.304	0,61%	18,03%	214.864	-23,70%	8,25%
Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-40.396	-42.019	4,02%	-2,59%	-35.685	-11,66%	-1,37%
Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	241.199	241.285	0,04%	15,44%	179.179	-25,71%	6,88%

Fonte: Elaboração Própria

Diferentemente das outras tabelas de Ativo e Passivo, a Demonstração do Resultado refletiu mudanças tanto para análise horizontal quanto para a análise vertical. Inicialmente, destacamos as receitas financeiras que teve um aumento de 66,85% em 2022, divergindo do ano anterior com 17,89%, todas as operações interfinanceiras subiram agressivamente seus valores, ainda observando a operação de crédito é demarcada novamente, visto que ela compõe mais de 90% da receita em 2021 e 79,10% em 2022. Além dela, as aplicações e títulos bancários foram selecionados como item importante para descobrir se houve a prática criativa, pois a empresa pode tentar transparecer um resultado mais positivo aos investidores.

O ápice do resultado foi descoberto, as despesas interfinanceiras de 2021 e 2022 tiveram grandes variações. Em 2022, as despesas com captação de mercado ultrapassam a margem de 100%, enquanto em 2021 a margem é apenas notável. Por esta razão, há incerteza sobre os valores das despesas no ano de 2021, pois vários bancos sofreram dificuldade econômica devido ao período pandêmico. Afetando o resultado bruto que transparece um ótimo lucro sobre as intermediações para um ano, que já no outro é insuficiente as expectativas, pois não chega muito próximo do que recebem das receitas interfinanceiras. Nesta situação, a observação deve ser alertada pois é possível que a organização tenha modificado suas despesas para melhorar a condição financeira diante da crise. Os outros elementos foram observados, porém eles são resultantes do problema de captação de receitas ou execução de despesas.

4.3 *Elaboração de relatório completo que apresente as conclusões das análises, indicando se há evidências suficientes para provar a fraude no Banpará.*

Para fazer o relatório foram apuradas algumas informações sobre os pareceres da auditoria e as notas explicativas mostradas pela empresa, a fim de buscar o esclarecimento a respeito das alterações realizadas no registro contábil e o real motivo das variações significativas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado dos períodos de 2021 e 2022. As tabelas abaixo visam demonstrar a confrontação entre os problemas contábeis juntamente com variações desencadeadas no patrimônio e as explicações expostas pelo Banpará, assim foram descobertos se os dois lados seguem de acordo ou não. O motivo foi levantar a confirmação da hipótese da pesquisa.

Tabela 20: Confrontação das análises de 2021 e 2022

Confronto dos Resultados Obtidos dos períodos entre 2021 e 2022		
Problemas evidenciados	Notas explicativas e pareceres contábeis	Conclusão
Manipulação contábil das multas com obrigações com fornecedores. Suas variações não foram significativas, sob natureza de “Outras Obrigações”.	Houve um processo investigatório sobre a suspeita de prática irregular em operações com fornecedores. Através de investigações internas, a auditoria concluiu que não foram evidenciados indícios de qualquer ato intencional com vantagem ilegal, seguindo esses pagamentos conforme os regulamentos do Banco.	Não foram expostos qualquer demonstrativo que possa provar que não existiu uma prática criativa, mesmo que a sua relevância na 4.2 seja pouca que deveria ser levada em questão.
Inflação das receitas por operação de crédito, que obtiveram uma alta variação nas análises do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado.	O crescimento das operações de crédito foi reflexo do aumento dos créditos liberados por meio de empréstimos, aplicações e créditos de câmbio e sua variação cambial, favorecendo a alta liquidez da empresa.	A empresa apresentou os riscos que essas operações de crédito passavam, onde o recebimento das receitas foi mais rápido do que eles esperavam. Porém deixou em incerteza o problema
Não registro das perdas por desvalorização e registro de valores irreais das depreciações acumuladas	Não foram encontradas nenhuma informação sobre perdas por desvalorização dos imobilizados. As depreciações seguiram o método linear, pois esse espelhava o real valor do produto por tempo de uso, obsolescência entre outros.	Aponta uma suspeita para a não conformidade com os princípios da contabilidade.
Supervalorização dos intangíveis através dos custos imediatos	Entende-se que não há evidências que esses bens incorpóreos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Todos os custos foram mensurados com segurança, de acordo com a vida útil estimada.	Foram apresentados de maneira legítima os custos que sobrepõem os intangíveis (Ex: softwares), mostrando suas movimentações. É provável por erro de contagem que tenham registrado as despesas imediatas.
Não registro das despesas de imparidade de títulos	Os títulos foram registrados conforme a Circular BACEN nº 3.068/2001. Explanaram que esses títulos não registrados já que haviam perdido valor e apresentavam um valor simbólico para o seu patrimônio.	A resolução é pertinente e legítima ainda que não demonstrativa.

Aumento expressivo na conta “Caixa e Equivalentes”	O crescimento da liquidez da instituição é reflexo do aumento das aplicações com liquidez. Para fins de fluxo de caixa, todos os recursos correspondem a disponibilidades e aplicações conversíveis com vencimento até 90 dias, com risco insignificante.	De nenhuma forma o caixa representou algo desvio contábil ou qualquer prática ilegal já que há demonstrações e movimentações com datas parciais.
Crescimento nos números pela conta “Ativo Financeiros ao Custo Amortizado”	Segue a mesma nota explicativa da inflação das receitas por operação de crédito, que obtiveram uma alta variação nas análises do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado.	Do mesmo jeito, existe incerteza sobre o problema, por isso deve existir uma nova avaliação independente.
Queda dos valores nas obrigações com órgãos governamentais	No país, os repasses para o BNDES objetivam o fomento do setor turístico. Não obtivemos explicação para falta de investimento nessa área.	Não foram respondidos o motivo da perda das obrigações, logo é provável que haja um desvio monetário.
Receitas interfinanceiras infladas	Tiveram um crescimento em virtude da expansão das receitas com operações de crédito, resultante dos empréstimos concedidos.	De novo, o item de operação de crédito é destacado, podendo ser um indicio que há distorções não explícitas.
Divergências de despesas financeiras e resultado bruto indiferente	O Banpará apresentou um aumento nas despesas com intermediação financeira em comparação a 2021 influenciado pelo crescimento das despesas de captação em decorrência do aumento da taxa SELIC em 2022 e o crescimento da provisão para operações de crédito.	A instituição apresentou as demonstrações com a influência da Selic sobre os aumentos das despesas de captação, porém não foram expostos os cálculos que evidenciam os valores registrados

Fonte: Elaboração Própria

De modo geral, os resultados encontrados fornecem suporte para a hipótese da pesquisa, dado que há desigualdade de algumas informações contábeis. Certas modificações patrimoniais e de resultado não foram respondidas claramente, deixando à parte qualquer prova demonstrativa. Trazendo assim mais suspeitas que o Banpará possivelmente pode ter agido com má-fé sem qualquer profissionalismo, influenciando e mascarando algumas transferências financeiras e operacionais, para favorecer seus resultados aos seus investidores e credores.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo analisou as evidências de utilização de contabilidade criativa nas demonstrações contábeis, buscando a possibilidade de fraude contábil na instituição nos períodos de 2021 e 2022. O propósito da realização da pesquisa foi buscar entendimento sobre os mecanismos e motivações por trás da contabilidade criativa, além de sua relação com as fraudes contábeis, na perspectiva de apresentar resultados que possam trazer melhoria para as regulamentações quanto às melhores práticas contábeis, fornecendo uma abordagem mais transparente e honesta. Também, visou a exploração das razões por trás das adversidades financeiras das empresas.

Os resultados identificaram a presença da Contabilidade Criativa em algumas transações financeiras e operacionais. Essas práticas incluíam a manipulação de obrigações, reclassificações de contas, supervalorização de

imóveis e outras divergências de resultado. Houve fatores importantes para que fossem entendidos como práticas criativas.

O primeiro fator foi a falta de informações que explicassem os reais motivos para as modificações contábeis. Alguns problemas foram retratados por meio das notas explicativas, mas a maioria deixou dúvidas a respeito do ato criativo. O segundo fator foi as variações constantes, principalmente, no resultado do período de 2021 e 2022. Elas tinham relações com o primeiro fator, já que as mutações eram provenientes de diminuição de despesas e aumento das receitas. Portanto, os dois fatores trouxeram mais evidências sobre a provável confirmação da hipótese.

Apesar de não termos uma confirmação definitiva que o uso da Contabilidade Criativa resultou em fraude contábil, os elementos coletados indicam uma indicam que, provavelmente, o banco Banpará pode ter manifestado práticas que distorcem a realidade da situação financeira e operacional.

As descobertas encontradas destacam a relevância da vigilância contínua e da transparência na prática contábil das organizações. Portanto, a Contabilidade deve ser vista como uma ferramenta que fornece informações fidedignas tempestivas, no qual seus controladores devem utilizá-las conservando a boa-fé e projetando confiabilidade de suas ações, pois qualquer desvio desses princípios levanta preocupações significativas.

É imprescindível ter conhecimento que esta pesquisa possui algumas limitações, como a complexidade das práticas contábeis, falha na segurança da auditoria interna e disponibilidade dos dados. Recomenda-se que estudos futuros aprofundem essas questões e expandam a amostra das organizações estudadas.

REFERÊNCIAS

AITA, F. P.; PORCIUNCULA, L. Contabilidade Criativa e Fraudes Contábeis: os impactos nas empresas e a questão ética do profissional contábil revista.

Revista UniCruz. Universidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, 2019.

ALMEIDA, L. A. **Fraude contábil em instituições financeiras brasileiras:** segundo o Triângulo das Fraudes de Cressey (1953). Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)—Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2018.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria:** um curso moderno e completo. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

BANPARÁ. **Banpará RI**, 2023. Disponível em: <https://ri.banpara.b.br/>. Acesso em 16 de jun. 2023.

BARALDI, P.; **IFRS, contabilidade criativa e fraudes.** 1. Ed. São Paulo, 2018.

BARROS, M. R. F. (2010). **A ética no exercício da profissão contábil**. Monografia de graduação em ciências contábeis, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

BORGES, M. P. P.; MARTINS, V. F. EXISTEM PRÁTICAS DE CONTABILIDADE CRIATIVA NA PETROBRAS? Uma análise de conteúdo nos principais meios de comunicação. **Revista de Administração de Roraima**, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, v.5, n.1, p.62-89 (2015).

COIMBRA, J. G. **Contabilidade criativa**: identificação de estudos realizados por pesquisadores brasileiros em trabalhos apresentados em periódicos e congressos acadêmicos nos últimos cinco anos. 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 240 (R1)**: Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>. Acesso em 29 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TI 01**: Auditoria Interna. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>. Acesso em 29 jun. de 2023.

HENRIQUE, M.; OLIVEIRA, N. S.; SAPORITO, A. FRAUDES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESAS BRASILEIRAS. **Revista Razão Contábil e Finanças**, v. 14, n. 1 (2023).

NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, A. M. G.; & RODRIGUES, J.M. Algumas reflexões sobre contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. **Revista Universo Contábil**, 11 (1), p.72 (2015).

OLIVEIRA, M. I. **A prática de contabilidade criativa na Petrobras**: um estudo a partir das demonstrações publicadas na Bovespa no período de 2003 a 2013. 2017. 52fl. – Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. – Sousa/PB – Brasil, 2017.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, A. K. A. **Contabilidade criativa e seus efeitos para as características da informação**: estudo de caso com o banco Panamericano. 2012. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SANTOS, S.A.M. OYOS, T.A.C.M. SANTOS, C. A. PINTO, V.P.S. A RESPONSABILIDADE DO CONTADOR NAS PRÁTICAS DA CONTABILIDADE CRIATIVA. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIV, Nº. 000062, 11/11/2014. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/responsabilidade-do-contador-nas-praticas-da->

contabilidade-criativa. Acesso em: 16 jun. 2023.

SHAH, S. Z. A.; & BUTT, S. (2011). **Creative accounting**: a tool to help companies in a crisis or a practice to land them into crises. In: international conference on business and economics research, 16., 2011, Singapore. anais... chatham road south: ipedr.

SILVA, A. L. F.; MACIEL, V. M. **Contabilidade criativa e seu reflexo na contabilidade**. 2019. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, A. M. M. M.; GUERRA, S. L.; MARTINS, V. C.; SMITH, M. S. J. Contabilidade Criativa: os limites éticos e técnicos violados. **Diálogos em Contabilidade: teoria e prática**. Centro Universitário Municipal de Franca, Brasil. v.7, n.1 (2019).

SILVA, J. D. G.; MONTEIRO, A. P. M. Determinantes da contabilidade criativa e seu impacto na qualidade da informação financeira e no sucesso da tomada de decisão. **Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto**. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Trabalho de Mestrado, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10400.22/19073>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SILVA, R. M.; SANTOS, G. C. Contabilidade Criativa: Brechas nas normas ou fraude contábil? Uma análise das maiores fraudes mundiais. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**. v.4, n.13, p.144-161, 2016.

SILVA, R. P. C.; GÓIS, C. M. G. G. A contabilidade criativa nas micro, pequenas e médias empresas em Portugal. **Repositório Comum**. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Trabalho de Mestrado, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/39091>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SUPRIANTO, E. Creative Accounting in Local Governments to Obtain Funds for COVID-19 Management. **International Journal of Professional Business Review**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. e0726, 2023. DOI: 10.26668/businessreview/2023.v8i3.726. Disponível em: <https://openaccessojcs.com/JBReview/article/view/726>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VASSALO, R. A.; LIMA, D. V. de. Enfrentando a cortina de fumaça: uma análise epistemológica sobre o uso da expressão “contabilidade criativa”. **Revista Ambiente Contábil**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. 1.], v. 13, n. 1, p. 284–301, 2021. DOI: 10.21680/2176-9036.2021v13n1ID19790. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/19790>. Acesso em: 21 maio 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VENTURA, M. M. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2007.

ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS NO MERCADO DE SPORT BETTING NO BRASIL

ANALYSIS OF REGULATION AND THE DISTRIBUTION OF RESOURCES RAISED IN THE SPORT BETTING MARKET IN BRAZIL

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar e compreender a necessidade de regulamentação e tributação das apostas esportivas no Brasil, abordando as principais questões relacionadas à legislação, regras fiscais e os possíveis impactos econômicos no mercado e nos apostadores. Essa pesquisa se caracteriza quanto aos seus objetivos como descritiva e utiliza a abordagem qualitativa com finalidade de observar e analisar as informações, a coleta dos dados foi feita através de documentos, como relatórios e documentos oficiais. Esse tipo o procedimento é caracterizado no diagnóstico de dados ou informações relevantes para estudo, buscando apenas seus registros, para posterior análise e conclusões. Os resultados apontam os principais desafios econômicos e tributários que o país enfrenta ao considerar a regulamentação desse setor em expansão, a regulamentação requer uma abordagem equilibrada e cuidadosa. Para enfrentar esses desafios, o governo deve considerar as implicações econômicas e tributárias, ao mesmo tempo em que busca promover um ambiente seguro para os consumidores e um mercado competitivo. Tendo como sugestão para futuras pesquisas analisar o impacto da regulamentação e a tributação nos mercados de esportes mais famosos do país como futebol e MMA.

Palavras-chave: Regulamentação; Tributação; Apostas Esportivas; GGR.

ABSTRACT

The objective of the study is to analyze and understand the need for regulation and taxation of sports betting in Brazil, addressing the main issues related to legislation, tax rules and the possible economic impacts on the market and bettors. This research is characterized in terms of its objectives as descriptive and uses a qualitative approach with the purpose of observing and analyzing the information. Data collection was done

through documents, such as reports and official documents. This type of procedure is characterized by diagnosing data or information relevant to study, seeking only their records for subsequent analysis and conclusions. The results highlight the main economic and tax challenges that the country faces when considering the regulation of this expanding sector, regulation requires a balanced and careful approach. To address these challenges, the government must consider the economic and tax implications while seeking to promote a safe environment for consumers and a competitive market. Having as a suggestion for future research to analyze the impact of regulation and taxation on the country's most famous sports markets such as football and MMA.

Keywords: Regulation; Tax; Sport Betting; GGR.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente o ato de apostar com objetivo de ganhar algo, com o risco de perder é uma atividade humana muito primitiva. Há também uma longa história de ação intermediária do estado, seja para regulamentação ou proibição, na história do jogo. Com isso os jogos em particular, as apostas esportivas, é uma prática inerente a vida humana remonta às civilizações mais antigas e é praticado puramente como hobby (CHAGAS, 2016).

Com os avanços globais da tecnologia e do mundo digital nasceram as primeiras casas de apostas online, nos países onde este meio de jogo é permitido. Ainda assim, em muitos países tais atividades não são legalizadas, a exemplo o Brasil em 1946 o governo proibiu os jogos de esportes por meio do Decreto nº 9.215.

No entanto, com a atualização da lei 13.756/18 foi criada a modalidade de aposta chamada cota fixa, na qual se encaixam as apostas esportivas. Várias empresas de apostas de jogos investiram em patrocínio de celebridades e publicidade, com objetivo de atrair cada vez mais adeptos para este mercado. O sucesso do mercado de apostas foi imediato atraindo usuários de todo mundo para esta casa de apostas. Este método é regulamentado e tributado em vários países geralmente desenvolvidos dado o grande potencial de receita governamental neste mercado. (SOARES, 2019).

Mesmo após a lei 13.756/18 passar a permitir as apostas esportivas, com o mercado sem regulamentação, as empresas operam os sites fora do Brasil e com jogadores brasileiros realizando suas atividades nestes servidores localizados em países estrangeiros. O governo brasileiro estima-se com base em cálculos preliminares que o mercado pode render R\$ 10 milhões por ano aos cofres do país com mais de 500 sites de apostas atuantes no Brasil. Para Machado (2016, p. 5) *Sport Betting* é um negócio pouco desenvolvido no Brasil, com possibilidades

e quantidades inacreditáveis, podendo produzir algumas oportunidades e benefícios ao governo, conseqüentemente levando também inúmeros benefícios para o nosso povo. Além disso, é um mercado que devido às suas propriedades, pode ser institucionalizado e transformado em padrão investimento.

SOARES (2019 p. 7) enfatiza a importância da regulamentação mediante a concessão de licenças de funcionamento e taxas sobre os valores movimentados, gerando empregos e renda quando as empresas se introduzirem no país.

Nesse sentido, o estudo elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os possíveis impactos econômicos e tributários das propostas de regulamentação para o mercado de apostas online após a legalização da prática no Brasil?

Uma das maneiras de um governo aumentar sua arrecadação sem criação de novos impostos é a regulamentação e a tributação de uma nova atividade econômica. Segundo a *Analytics Insight* que é uma plataforma influente dedicada a *insights*, tendências e opiniões do mundo das tecnologias baseadas em dados, o Brasil está entre os seis países maiores países populares no mercado de Sports Betting, as apostas esportivas no país cresceram de US\$ 300 milhões em 2018 para cerca de US\$ 1,1 bilhão em 2022. Com isso, certamente o país deixou de arrecadar uma quantia significativa de tributos em decorrência da falta de regulamentação deste mercado, sendo um tema bastante complexo e que se encontra em constantes evoluções, a regulamentação e a tributação do setor podem trazer benefícios como maior arrecadação fiscal, proteção aos apostadores e desenvolvimento do esporte. Entretanto, também é importante considerar os desafios, como a concorrência com sites internacionais e a necessidade de garantir a integridade dos eventos esportivos.

Desse modo, objetivo geral deste estudo é analisar e compreender a necessidade de regulamentação e tributação das apostas esportivas no Brasil, abordando as principais questões relacionadas à legislação, regras fiscais e os possíveis impactos econômicos no mercado e nos apostadores, através da linha do tempo da regulamentação das apostas esportivas no Brasil começando pela Lei 13.756/2018 indo até a Medida Provisória 1.182/23.

Tendo como objetivos específicos busca-se: a) Realizar uma análise da legislação sobre as apostas esportivas online no Brasil com destaque na questão tributária; b) Verificar a regulamentação e tributação no mercado de apostas internacional; c) Analisar as demonstrações financeiras da empresa Bet365 uma das maiores empresas no segmento de apostas; d) Mensurar possíveis desafios econômicos e tributários do Brasil sobre a regulamentação do mercado de apostas online.

Portanto, esta pesquisa se justifica pela importância e o forte crescimento que o tema vem sendo debatido no país, surgindo a necessidade de se falar sobre a legalização e o impacto econômico dos jogos de apostas online no Brasil.

As apostas online cresceram aos olhos do público descaradamente durante a pandemia do Covid-19 ao passo que as pessoas se sentiam inseguras e estressadas ao se verem com instabilidades econômicas e financeiras, assim vários indivíduos começaram a ver este mercado como uma oportunidade de entretenimento e uma forma de renda extra. Atualmente as empresas acabam hesitando em operar no país por correr o risco de realizarem operações ilegais já que o mesmo não tem uma regulamentação definida, vetando grandes possíveis parceiros internacionais.

Este estudo colaborará para o conhecimento dos profissionais da área contábil que podem observar possíveis impactos tributários de um mercado regulamentado como pode se dar a arrecadação fiscal e a geração de empregos, e principalmente contribuir para que os apostadores conheçam acerca da prática deste mercado, a relevância da regulamentação para que se preserve a integridade do esporte e um sistema integrado de resultados de apostas. Compreender e acompanhar as mudanças na legislação e as implicações da tributação é crucial para os apostadores, as empresas do setor e o governo.

O artigo presente contém a seguinte partição: introdução como primeira seção, seguindo do referencial teórico, a metodologia empregada no artigo, a análise de resultados e finalizando com as considerações finais do estudo aplicado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Antecedentes de Pesquisas

Neste subcapítulo apresento os antecedentes da pesquisa, incluindo os artigos que contribuíram para fundamentação teórica deste artigo científico.

Tabela 1: Antecedentes de Pesquisa

Autor	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados de Pesquisa
KELNER	2016	O objetivo geral deste trabalho foi a partir de diversos pontos desmistificar o mercado de apostas em eventos esportivos, conhecido popularmente no mundo como <i>Sport Betting</i> .	Os instrumentos metodológicos utilizados foram do documentos como livros, legislação e artigos científicos sendo uma pesquisa descritiva.	Não há dúvida de que o principal ponto de transformação e crescimento do mercado de <i>Sport Betting</i> , onde transaciona muitos bilhões anualmente é a internet.
MARTINS	2021	O presente trabalho, portanto, tem como macro objetivo evidenciar os possíveis impactos da legalização e regulamentação das apostas esportivas no cenário econômico e tributário brasileiro.	A abordagem adotada será qualitativa, que nas palavras de Morreti (2020) análise documental, entrevistas ou outros meios, visando a interpretação dos dados coletados, dando assim um sentido para a pesquisa.	A lei nº 14.183/2021 criando com o intuito de regulamentar o mercado das apostas esportivas respeita a maioria desses princípios. No que se refere à simplicidade, a tributação das casas de aposta tende a reduzir a evasão de divisas que estava ocorrendo, graças a brecha na legislação que não incluía em sua jurisdição as apostas esportivas de maneira online.

NORONHA	2021	O objeto dessa pesquisa, quais sejam as definições de jogos, as suas espécies e o conceito de aposta. Análise da legislação em atividade no Brasil com o consecutivo debate em virtude a algumas das imprescindíveis alegações a que protegem a permanência dessa disposição legal.	Em suma, como método de enfoque trabalhamos com o dedutivo, prevalecendo-nos da metodologia descritiva-argumentativa, a partir da verificação bibliográfica de matérias legislativas, teóricas e jornalísticas.	Em suma, diante de tudo que já foi mencionado findamos que a regularização das competições esportivas no Brasil é um alcance diligente ao progresso econômico do Brasil, à assistência jurídica dos usuários e a luta do mercado que hodiernamente opera na clandestinidade.
BRITO	2022	O objetivo do presente estudo é analisar as perspectivas a respeito da legalização das apostas esportivas no Brasil. Comparar com outros países, através de um panorama internacional do mercado de apostas on-line, como é realizada as diferentes formas de tributação.	Optou-se por uma abordagem qualitativa, em termos de procedimentos e estudos bibliográficos e documentais. Foram utilizados documentos e alguns estudos existentes acerca do tema.	Carece de importância o Brasil tomar uma decisão em relação a regulamentação, tendo em vista que o Brasil é um dos poucos países onde as apostas em jogos online ainda não são regulamentadas. Essa incerteza jurídica prejudica não somente o apostador como também o governo que deixa de arrecadar.
SOARES	2019	O presente trabalho monográfico visa, então, analisar como as apostas esportivas são tratadas no Brasil e quais as diretrizes que devem ser tomadas para a efetiva e necessária regulamentação desse mercado no país.	Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada por meio do método dedutivo e de procedimentos técnicos bibliográficos e documentais.	Diante de tudo que foi exposto concluímos que a regulamentação das apostas esportivas no Brasil é uma medida eficaz ao crescimento econômico do país, à proteção jurídica dos usuários e ao combate do mercado que atualmente opera na ilegalidade.
SALVARO	2019	O objetivo do presente estudo é uma análise e retrospecto das perspectivas de tributação das apostas esportivas com a legalização desta prática no Brasil. Além disso, realizar um panorama internacional do mercado de apostas on-line.	Adotou-se a abordagem qualitativa e do ponto de vista dos procedimentos, a pesquisa foi descritiva. Para a coleta de dados, foram utilizados dados documentais.	Com passos dados recentemente na direção da regulamentação do jogo online no Brasil esperasse à geração de renda e emprego e possibilidades de ganhos financeiros ao apostador e aos clubes, além da evasão de divisas que poderiam ficar no Brasil. Além disso, irá proteger a população e irá arrecadar recursos.
PAES	2018	A mensagem principal deste trabalho é a necessidade de se regulamentar um mercado que já está em pleno funcionamento, mesmo na informalidade. Os ganhos da regulação podem ser ainda maiores caso se reformar os tributos	Optou-se por uma abordagem qualitativa, o método de pesquisa utilizado foi documental objetivando a análises de documentos, livros e pesquisas na legislação.	O Brasil precisa regular as apostas esportivas on-line com benefícios para toda a sociedade. Os ganhos podem ser ainda maiores caso se utilize os recursos para atacar um dos graves problemas econômicos 63 brasileiros, que é a necessidade de se reformar os tributos.

Fonte: Elaboração Própria.

2.2 Evoluções do mercado de apostas e o surgimento das apostas esportivas.

As apostas são atividades longínquas entre os humanos e podem ser encontradas em antigas escrituras e pinturas egípcias, bem como na Bíblia. Como todos sabem o ato de apostar sempre existiu no cotidiano humano e no decorrer do século 20 com o avanço da era digital a aposta esportiva tem crescido significativamente em todo o mundo, resultando-se em bilhões de dólares MARTINS (2021, p. 13).

Os jogos de azar é uma espécie de hobby que surgiu em tempos muito distantes, acabou reunindo-se ao mundo dos esportes que deslumbra o público, como o futebol, por padronizar certos costumes já conhecidos entre amigos e especialistas em geral, tornando-se uma prática comercial altamente visível e rentável, especialmente a partir do século 20 NORONHA (2021).

Um dos maiores passos para o andamento no mercado de apostas na internet aconteceu na década de 90 em 1994 no território caribenha de Antígua e Barbuda no qual passou a licenciar empresas de jogos de azar que quisesse se estabelecer no país. No mesmo período nasceu uma tecnologia através da empresa Microgaming que fornecia base para o mercado se desenvolver onde você poderia operar um poderoso sistema de apostas online. Atualmente, esta empresa atua no mercado e seu programa é considerado um dos programas mais poderosos e confiáveis do mercado de apostas online KELNER (2016 p. 9).

Segundo Soraes (2019 p.11) as plataformas de apostas esportivas online são muito mais interessantes do que os tradicionais Bookmakers ou casas de apostas físicas, em primeiro lugar porque seus custos operacionais são menores, pois não precisam ter uma sede física e estão localizadas principalmente em paraísos fiscais como os países Antígua e Barbuda e Trinidad e Tobago, ambas no Caribe.

2.3 O Mercado Internacional de Apostas Esportivas Online

Para uma empresa operar no mercado de apostas online um dos primeiros passos a serem adotados é a obtenção de licença de jogos on-line sendo uma prova válida e uma garantia dos pagamentos para os apostadores. As plataformas de jogos e apostas *offshore* podem oferecer um produto mais luxuoso, atendendo a um mercado mais vasto. Assim é presumível que isso levou muitos formuladores de políticas a reconsiderar os padrões legislativos e os códigos de jogo atuais.

A obtenção de cada licença depende da jurisdição em que a empresa está licenciada e onde o grupo-alvo está inserido. As licenças de apostas online são emitidas pelas autoridades relevantes de cada estado, e em muitos países as atividades são regulamentadas. O Reino Unido, é um dos mercados mais

sofisticados em *sport betting*, a United Kingdom Gambling Commission (UKGC) é responsável por regular e licenciar jogos de aposta no país, com condições favoráveis para os negócios de jogos de azar e com uma forte proteção de dados do consumidor, já na Indonésia as apostas são proibidas, na Itália é preciso pagar um preço alto pela licença com preço inicial de 2,5 milhões de euros por licença. SALVARO (2019, p 13).

Uma das maiores empresas do mercado de apostas esportivas on-line são: a Bet365 Group Ltd sediada em Stoke na Inglaterra, a Bet365 totalmente voltada para o mercado de apostas esportivas on-line. Não possui lojas físicas e está presente em mais de 200 países com mais de 20 milhões de clientes. O fato de apostas esportivas eletrônicas não serem reguladas ou até mesmo proibidas em diversos países não impedem os apostadores de participar deste mercado. PAES (2018, p 10).

Soraes (2019 p.11) explica que segundo o ponto de vista econômico há três importantes modelos de regulação de apostas esportivas no mundo: O modelo de monopólio, modelo do livre mercado e jurisdição de mercado livre limitadas. Tendo em vista esses três modelos, as jurisdições internacionais têm avançado em sua regulamentação de formas distintas, inclusive adotando regimes híbridos, apresentando características de mais de um sistema.

Brito (2022, p. 8) explana diversos países regulamentados pelo modelo monopólio e algumas curiosidades sobre as apostas esportivas online nestes países: Áustria, o jogo online é regulamentado e realizado por uma operadora estatal chamada de Österreichische Lotterien, podendo operar somente no território austríaco aceitando somente jogos e jogadores do país, já no Canadá alguns estados como a Colúmbia Britânica, Quebec e Ontário, as apostas esportivas são reguladas pelos próprios estados, as empresas estabelecidas nesses estados pagam os referidos tributos a qual eles pertencem e cada um tem sua legislação específica.

Antígua e Barbuda, com uma jurisdição de mercado livre limitada conhecido por ser um dos países pioneiros na regulamentação dos jogos online. Atualmente as ilhas adotam o modelo de imposto GGR com uma taxa de 3%, além da cobrança de licenças de funcionamento das empresas. Outro país a seguir esse modelo seria a República Dominicana, as empresas de apostas esportivas online têm que pagar uma taxa de licenciamento de \$15,000, e uma taxa de inscrição de \$15,000 ou 10,000 se for a segunda ou terceira inscrição. O país adota uma taxa GGR de 5%, para empresas com um mínimo anual de \$50,000. BRITO (2022, p. 10).

O jogo em mercados emergentes, muitas vezes regulamentado com menos precisão. Necessitando de alguns fundamentos funcionais e legais, o setor é,

portanto, mais ilegais, tanto dentro quanto fora do país. É o caso do Brasil, da Índia e de grande parte do Sudeste Asiático, por exemplo.

2.4 Processos de regulação das apostas esportivas no Brasil

Sabe-se que a legislação brasileira está passando por processos de reestruturação, a história do Brasil com os jogos de azar era proibida desde 1941 onde foi estabelecida a Lei 3.688, conhecida como Lei de Contravenções Penais. Já em 1946 através do Decreto nº 9.215 o governo proibiu os jogos de esportes, o conteúdo da legislação permitia apostas apenas em jogos controlados pelo próprio estado, conhecidos como Loterias federais ou estaduais (BARBOSA, 2019).

Por muito tempo a aposta legal no Brasil foi controlada somente pelas loterias através da Caixa economia Federal. A Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, o Presidente Michel Temer, tornou-se legal as apostas de quota fixa (as chamadas *bets*) no país, o processo regulatório da atividade inicialmente ocorreria em até dois anos, prorrogável por mais dois anos, especificando os aspectos o ponto de vista econômico, esportivo e tributário e seria de responsabilidade do Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel) no entanto, nada ocorreu (SOARES, 2019).

Com o atraso da regulamentação houve impacto na arrecadação de recursos do país ocasionando fuga de capital deixando de contribuir para o crescimento econômico do país, segundo o assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, José Francisco Manssur, durante uma audiência realizada em Brasília no último dia 12 de abril de 2023, a estimativa é que mais de R\$ 6 bilhões deixaram de ser arrecadados, por ano, desde 2018, recursos que poderiam ser de extrema utilidade em vários setores. Segundo Paes (2018), o objetivo do processo regulatório é diminuir o mercado informal existente, proporcionando segurança jurídica aos usuários, aumentando a receita de impostos gerando empregos e evitando a fuga de capital.

A Lei nº 14.183/2021, de 14 de julho de 2021, sancionada pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro dá mais um passo no processo de regulamentação do mercado brasileiro de apostas esportivas em quota fixa. A lei autorizou a tributação das operadoras com base no GGR (*Gross Gaming Revenue*), esse modelo adotado por diversos países principalmente o Reino Unido (POSSAMAI 2021).

Em 2022 foi definido que as empresas deveriam pagar uma taxa única de R\$ 22,2 milhões por uma licença de 5 anos, um modelo de licença de autorização e não assinatura do decreto da regulamentação, já em 2023 o Governo Lula juntamente com seu secretário da economia demonstra sinais a favor da regulamentação das apostas esportivas, começando pela criação de uma Medida Provisória que visa taxar as casas de apostas, em abril do mesmo

ano texto da MP que regulamenta as apostas é entregue a Lula pelo Ministério da Fazenda.

Com isso o Ministério da Fazenda trabalha para começar a taxar o setor de sites de apostas esportivas, que vivem um ótimo crescimento no Brasil, seja como opção de entretenimento ou até como uma forma de fonte de renda.

3. METODOLOGIA

Nesta secção, são abordados os presentes processos metodológicos que contribuíram para a realização do estudo, a pesquisa qualitativa, se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2014).

Segundo Vergara (2016), o objetivo da pesquisa qualitativa não é limita-se à mera coleta de dados, mas procura prever e identificar relacionamentos entre duas ou mais variáveis.

Com objetivo a observação e compreensão, como gerar um processo de dar sentido aos dados coletados em campo, ao que pode ser majoritariamente descritivo quando o material obtido caracteriza eventos específicos, como descrever situações, opiniões, acontecimentos, entre outras coisas (CRESWEL, 2010).

Desta forma, essa pesquisa se caracteriza quanto aos seus objetivos como descritiva e utiliza a abordagem qualitativa com finalidade de observar e analisar as informações mais detalhadas e específicas.

A coleta dos dados foi feita através de documentos, como relatórios e documentos oficiais. Esse tipo de procedimento é caracterizado no diagnóstico de dados ou informações relevantes para estudo, buscando apenas seus registros, para posterior análise e conclusões, podemos destacar: GGR, modelos de tributação internacionais, Lei nº 13.756/2018 e MP 1182/23. É um procedimento técnico no qual dados sobre um fenômeno que estão tentando saber, já estão formalizados em documentos (CERVO; BERVIAN, 2002).

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Análises da legislação das apostas esportivas online no Brasil

É estimado que exista mais de 238 sites operantes do gênero de apostas no Brasil, segundo o estudo divulgado pela plataforma Similar Web, o Brasil lidera o ranking de países com mais acessos em sites de aposta. Abaixo está o Ranking dos 10 países que mais acessam sites de apostas esportivas.

Tabela 2: 10 países que mais acessam sites de apostas esportivas

Ranking	País	Quantidade de Acesso
1	Brasil	3,19 Bi
2	Reino Unido	1,61 Bi
3	Nigéria	1,29 Bi
4	Turquia	948 Mi
5	Estados Unidos	781 Mi
6	Índia	484 Mi
7	África do Sul	454 Mi
8	Peru	392 Mi
9	Ucrânia	391 Mi
10	Austrália	311 Mi

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Similar Web.

O número de acessos do país é tão alto que chega a ser quase o dobro do segundo colocado Reino Unido, ainda segundo o levantamento do estudo divulgado pela plataforma cupom valido o interesse dos brasileiros por sites de apostas esportivas cresceu mais de 75% só no último ano, o que se faz imprescindível regulamentar e definir um modelo de tributação para este mercado.

A tributação do mercado de apostas esportivas foi objeto de debate por um longo tempo, e em razão disso, foi editada e publicada no dia 25 julho de 2023 à medida provisória nº 1.182 que regulamenta a cobrança de tributos sobre a receita obtida pelos sites de apostas esportivas como também sobre os ganhos obtidos pelo apostador. Os principais pontos da MP é que a tributação seguirá o modelo GGR que é basicamente todas as receitas obtidas em jogos feitos (receita bruta), subtraídos os prêmios pagos aos apostadores e os impostos incidentes às pessoas jurídicas.

As empresas serão taxadas em 18% e os apostadores serão taxados em 30% no IRPF sempre que o prêmio for acima da faixa de isenção de R\$ 2.112. O texto da medida provisória possui algumas diferenças da lei 13.756 aprovada em 2018, algumas das principais diferenças são:

Tabela 3: Propostas de Tributação Nacional

Lei 13.756/18	MP 1182/23
95% para o operador da loteria de apostas. 2,55% para a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP). 1,63% para entidades desportivas. 0,82% para escolas públicas.	82% para o operador da loteria de apostas. 10% para a Seguridade Social. 2,55% para a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP). 1,63% para entidades desportivas. 3% para o Ministério do Esporte. 0,82% para escolas públicas.

Fonte: Elaboração própria.

As empresas que descumprirem qualquer regra serão punidas com advertência, multa de 0,1% a 20% sobre a arrecadação, limitado ao valor de R\$ 2 bilhões por infração, suspensão parcial ou total das atividades por até 180 dias, cassação da licença e proibição de pedir novas autorizações de licença por um período de 10 anos. Os prêmios não retirados até 90 dias serão revertidos ao Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) até 24 de julho de 2028. Depois disso, os recursos serão repassados ao Tesouro Nacional.

A MP tem efeito imediato após a sua publicação, no entanto, ainda pode haver mudanças no Congresso, após análise de uma comissão mista, o texto passa pelo plenário da Câmara, depois pelo Senado e depois por sanções caso haja alterações.

O primeiro ponto para uma boa regulamentação é levar em consideração a integridade do esporte, especialistas afirmam que uma possível taxa de 18% sem o acréscimo dos demais impostos atribuíveis às entidades jurídicas no país como CSLL, PIS e COFINS, podem promover o desenvolvimento de mercados informais e o possível aumento da ilegalidade.

Um das preocupações de se operar com uma alta taxa de tributos é inviabilizar o mercado como aconteceu em Portugal e França.

4.2 Regulamentação e Tributação no mercado internacional

Portugal, com as suas elevadas taxas sobre os ganhos dos apostadores não conseguiu sequer trazer metade das empresas que operavam no país para o mercado regulamentado, os portugueses não usam as casas de apostas portuguesas, pela maneira na qual foi feita a regulamentação fez com que as *odds* se tornassem menores, assim havendo a fuga de apostadores que em um ambiente de internet usam casas estrangeiras para apostar. A França que também operou com taxas elevadas, após um acordo de dez anos, as empresas retiraram e entregaram as licenças, pelo fato de não valer a pena os custos de manutenção da operação, pois o mercado ilícito acaba absorvendo tudo.

O Brasil demonstrou grande interesse no mercado de apostas, mas ao mesmo tempo deve se tomar cuidado, pois, pode estar abrindo oportunidades para o mercado ilegal com taxas tão altas, nenhum país conseguiu dar certo operando com taxas tão altas. Embora as tributações se diferenciem de um local para outro, não há dúvidas de que pode trazer muito dinheiro para um país através de impostos. Abaixo está alguns países e seus modelos de tributação sobre jogos esportivos no qual já possuem um mercado de jogos regulamentado.

Tabela 4: Principais países e seus modelos de tributação sobre jogos esportivos

Países	Alíquota GGR	Informações
França	Até 52,2%	Estrutura regulatória forte em integridade de apostas, mas uma alta carga tributária.
Alemanha	19%	Esportes: impostos sobre volumes de negócios a 5%.
Dinamarca	20%	Uma estrutura regulatória equilibrada, considerado um dos mercados mais bem sucedidos.
Austrália	Varia por Estado	Pode variar em uma carga tributária de até 65%.
Reino Unido	21%	Regulamentação bem estruturada, custos de operação e tributação moderada. Considerado o melhor exemplo de regulamentação.
Portugal	Até 40%	Elevada carga fiscal sobre o volume de negócios.
Estados Unidos	Varia por Estado	Pode chegar a uma carga tributária de até 51%
Grécia	30%	Atualmente o mercado passou por mudanças significativas e reformas regulatórias, moldando o cenário tanto para os operadores quanto para os jogadores.
Itália	21%	Mercado bem estabelecido, ao longo dos anos tem reduzido o número de pessoas que apostam offshore.
Bélgica	11%	Incluso no grupo países com menores taxas de tributação.
Suécia	18%	Seguindo o exemplo do Reino Unido a Suécia tornou o mercado mais favorável aos jogadores.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados Taxback.

Em alguns países onde as apostas esportivas são legais, apenas as casas de apostas pagam impostos, assim os apostadores não precisam pagar impostos ou taxas com os seus ganhos para o fisco.

Tabela 5: Países onde não são tributados sobre os prêmios de apostas

Áustria	Alemanha
Austrália	Hungria
Bélgica	Itália
Bulgária	Luxemburgo
Canadá	Malta
República Tcheca	România
Dinamarca	Suécia
Finlândia	Reino Unido

Fonte: Elaboração própria a partir de dados Taxback.

No Reino Unido há isenção de impostos para os apostadores, você será livre para ficar com quaisquer rendimentos que ganhar sem precisar entregar nada ao fisco, uma das razões no qual torna o país um dos maiores e mais

populares no mercado de sport betting. Segundo a European Gaming o mercado de apostas da Grã-Bretanha valia aproximadamente £ 14,3 bilhões entre 2019 há 2022. Há cerca de 20 anos, o governo introduziu uma nova decisão para abolir o imposto sobre o jogo. A decisão de isenção fiscal foi anunciada em 2001, mas só entrou em vigor em janeiro de 2002.

Um relatório de 2020 do The Guardian observou que os volumes de apostas aumentaram quatro vezes após a mudança na lei. Além disso, a receita total aumentou de £27 mil milhões para £53 mil milhões nos primeiros quatro anos. A indústria de apostas sempre foi popular no Reino Unido. No entanto, as mudanças fiscais impulsionaram o setor para uma nova era, ao eliminar o imposto sobre os apostadores, as apostas tornaram-se mais atrativo no Reino Unido e os números acima confirma isso. As mudanças legais desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da indústria, assim o mercado de *sport betting* não só atraí os residentes do próprio país, mas também pessoas de diferentes nacionalidades.

A seguir, encontram-se as 06 maiores pessoas contribuintes de impostos do Reino Unido e seu ramo de negócio segundo a News UK, para formar a lista foram considerados imposto sobre sociedades, imposto sobre dividendos, imposto sobre ganhos de capital, imposto de renda e impostos sobre folha de pagamento, bem como impostos sobre jogos de azar e álcool de acordo com as prestações de contas mais recentes.

Tabela 6: Tax List rankings 6 maiores contribuintes de impostos no Reino Unido

Nome	Negócio	Impostos £
Alex Gerko	Finanças	487.4 mi
Denise, John and Peter Coates	Jogos	460.2 mi
Stephen Rubin	Roupas de Esportes	392.3 mi
Sir Chris Hohn	Fundos de Hedge	263 mi
Fred and Peter Done	Jogos	136.8 mi
Mike Ashley	Equipamento de Esportes	133.5 mi

Fonte: News UK com os dados da pesquisa

Como pode-se ver na tabela 6, uma das pessoas que mais contribuem com impostos no Reino Unido é Denise Coates uma empresária britânica que fundou a o grupo Bet365 uma das maiores empresas de jogos do mundo, em 2023 ela se tornou a mulher mais rica do Reino Unido com um patrimônio estimado de US\$ 7 bilhões. O grupo tem uma movimentação financeira de aproximadamente US\$ 85 bilhões em apostas anualmente. Assim, o montante a coloca na posição de 352ª pessoa mais rica do mundo segundo a Forbes. Abaixo estão listadas as 05 maiores empresas de aposta esportivas do mundo em receita no ano de 2022.

Tabela 7: 5 maiores empresas de Sport Beeting em receita no ano de 2022

Empresa	Faturamento em U\$	Sede
International Game Technology	4.69 Bi	Londres - Inglaterra.
GVC Holdings	4.33 Bi	Douglas, Ilha de Man.
Bet365	3.9 Bi	Stoke-on-Trent, Inglaterra.
Scientific Games	3.36 Bi	Las Vegas – Estados Unidos.
Flutter Entertainment	2.64 Bi	Dublin – Irlanda.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados

4.3. Análise das demonstrações financeiras da empresa Bet365

A bet365 é uma empresa britânica de apostas com sede em Stoke-on-Trent no Reino Unido, é um dos sites de apostas online mais populares em termos de participação de mercado com mais de dezenove milhões de clientes em quase duzentos países. A empresa foi fundada pela bilionária britânica Denise Coates, acionista majoritária e codiretora executiva da Bet365, junto com seu irmão John. A Bet365 é uma empresa de jogos de azar online que oferece apostas esportivas e jogos do tipo cassino. A Bet365 tem mais de 5.000 funcionários e gerou US\$ 3,9 bilhões em receitas no ano de 2022, tornando-a uma das maiores empresas de jogos esportivos do mundo em operação e receita.

Tabela 8: Demonstração do Resultado do Exercício Bet365 £

	Março de 2022	Março de 2021
Receita Bruta	2.873.807.000 £	2.817.904.000 £
Outras Receitas Ou Subsídios	0 £	0 £
Custo Das Vendas	496.343.000 £	489.813.000 £
Lucro Bruto	2.377.464.000 £	2.328.091.000 £
Despesas Administrativas	2.362.060.000 £	2.042.556.000 £
Lucro Operacional	15.404.000 £	285.535.000 £
Juros A Pagar	0 £	1.000 £
Juros A Receber	6.352.000 £	6.458.000 £
Lucro Antes Dos Impostos	49.836.000 £	469.249.000 £
Imposto	-16.746.000	-66.217.000
Lucro Depois Do Imposto	33.090.000 £	403.032.000 £
Dividendos Pagos	100.000.000 £	97.500.000 £
Lucro Retido	-66.910.000 £	305.532.000 £
Custos Com Funcionários	709.933.000 £	737.637.000 £
Número De Empregados	6.085	5.504
EBITDA	64.331.000 £	335.940.000 £

Fonte: Elaboração Própria a partir das demonstrações financeiras da Bet365.

O último faturamento do Bet365 Group Limited em março de 2022 foi de £ 2,8 bilhões um aumento de 2% em relação ao ano de 2021, a empresa possui ativos líquidos de £ 2,7 bilhões. De acordo com as suas últimas demonstrações financeiras, o Bet365 Group Limited tem 6.085 funcionários e mantém reservas de caixa de £ 2,1 bilhões, conforme relatado na demonstração financeira. Um fator importante é que os lucros do grupo no ano 2022 foram de 64,3 milhões de libras, enquanto em 2021 foi de 335,9 milhões de libras, uma diminuição de quase 90%, sobretudo devido às despesas, como as associadas à divulgação da marca para outras regiões, novos mercados e investimento contínuo em infraestruturas e tecnologias de informação.

Tabela 9: Fluxo de Caixa Bet365 £

	Março de 2022	Março de 2021
Atividades Operacionais		
Lucro Operacional	15.404.000 £	285.535.000 £
Depreciação	34.321.000 £	34.336.000 £
Amortização	14.606.000 £	16.069.000 £
Imposto	-16.746.000 £	-66.217.000 £
Estoque	-325.000 £	227.000 £
Devedores	3.601.000 £	112.417.000 £
Credores	68.471.000 £	104.323.000 £
Provisões E Receitas Diferidas	-93.653.000 £	-168.623.000 £
Impostos e Provisões Diferidos	31.576.000 £	10.530.000 £
Fluxo De Caixa Das Operações	50.703.000 £	103.309.000 £

Fonte: Elaboração Própria a partir das demonstrações financeiras da Bet365.

O volume de negócios, ou receita, também aumentou do ano de 2021 para 2022 já o lucro operacional diminuiu drasticamente no ano de 2022 em comparação ao ano anterior, o Grupo fez contribuições de caridade significativas para a Fundação Denise Coates, totalizando £100 milhões neste exercício financeiro, como resultado, o lucro operacional caiu ano a ano para £15,4 milhões sendo que em 2021 foi de £285,5 milhões. As despesas com pessoal também aumentaram na empresa, dado o crescimento do quadro de pessoal, com 6.085 colaboradores todos na área de esporte, jogos e operações de suporte.

No Brasil com a regulamentação em vigor desde a aprovação da MP 1.182 a Bet365 e as demais casas de apostas serão taxadas em 18% em cima da receita obtida pelas empresas com todos os jogos feitos, subtraídos os prêmios pagos aos jogadores. Os 82% restantes incidiram os mesmos impostos já aplicados a todas as pessoas jurídicas atuantes no país como CSLL, PIS e COFINS.

4.4. Possíveis desafios econômicos e tributários do Brasil sobre a regulamentação do mercado de apostas online.

O mercado de apostas online tem experimentado um crescimento exponencial em todo o mundo, e o Brasil não é exceção. No entanto, a falta de regulamentação adequada desse setor levanta uma série de preocupações econômicas e tributárias, inúmeros são desafios que o Brasil enfrenta ao considerar a regulamentação das apostas online, destacando a complexidade desse processo e suas implicações para a economia e a arrecadação fiscal.

Alguns desses desafios são:

1. Uma regulamentação e fiscalização eficientes capaz de desenvolver uma estrutura regulatória eficaz para supervisionar as operações de apostas online, assim serão possíveis alocar recursos significativos para monitorar e regulamentar as empresas desse setor.
2. Evasão fiscal: Importante estabelecer um sistema tributário adequado para garantir que as empresas paguem impostos de forma justa, conter a evasão fiscal por meio de fiscalização eficaz e também proporcionar uma regulamentação com alíquotas tributárias equilibradas.
3. Proporcionar uma tributação equilibrada, determinar alíquotas tributárias que incentivem o cumprimento das empresas sem prejudicar o crescimento do mercado.
4. Uma regulamentação falha pode aumentar a concorrência do mercado informal, outro grande desafio seria lidar com a concorrência do mercado informal de apostas online e promover a transição para operações regulamentadas.
5. Proteção ao consumidor (apostador), implementar medidas de proteção ao consumidor, como prevenção do jogo excessivo, fraudes em resultados e promoção do jogo responsável.
6. Combate à Lavagem de Dinheiro, estabelecer medidas rigorosas para prevenir a lavagem de dinheiro no setor de apostas online.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de regulamentação do mercado de apostas online no Brasil, as pesquisas foram feitas através da legislação e artigos científicos com intuito de verificar a evolução da regulamentação e tributação no mercado de *Sport Betting*.

A regulamentação é um grande desafio que requer uma abordagem equilibrada e cuidadosa. Para enfrentar esses desafios, o governo deve considerar as implicações econômicas e tributárias, ao mesmo tempo em que busca

promover um ambiente seguro para os consumidores e um mercado competitivo. A compreensão desses desafios é fundamental para a formulação de políticas regulatórias eficazes que beneficiem a sociedade como um todo.

Assim como há grandes desafios, a regulamentação do mercado de apostas online no Brasil tem o potencial de gerar inúmeros benefícios, como contribuir significativamente para a arrecadação fiscal do país com impostos e taxas de licença.

Outro benefício seria a geração de empregos, a regulamentação do mercado de apostas online pode criar empregos em diversas áreas, desde a contratação de um contador para abertura da empresa como também o atendimento ao cliente até o marketing e a tecnologia. Com a criação de empregos, o governo também arrecada impostos sobre a folha de pagamento e outros impostos indiretos.

Após uma análise detalhada dos possíveis impactos econômicos e tributários das propostas de regulamentação para o mercado de apostas online no Brasil, é fundamental considerar a importância de uma legislação sólida e a formulação de políticas tributárias sensíveis para maximizar os benefícios fiscais da regulamentação do mercado de apostas online no Brasil e garantir o crescimento sustentável do setor e o máximo benefício para todos os envolvidos.

Finalmente, dado o limitado material disponível em língua portuguesa, espera-se que outros possam beneficiar deste trabalho, no que sugere para futuras pesquisas analisar a evolução da regulamentação e o impacto da tributação no Brasil considerando os mercados mais famosos do país como Futebol e MMA.

REFERÊNCIAS

Almeida V. Brasil lidera crescimento de visitas a sites de apostas esportivas. **Similar Web**, 2023. Disponível em: <https://www.similarweb.com/blog/pt/insights/brasil-lidera-crescimento-de-visitas-a-sites-de-apostas-esportivas/#:~:text=Worldwide-,O%20Brasil%20gerou%20o%20maior%20volume%20de%20visitas%20no%20segmento,o%20grande%20potencial%20deste%20mercado>. Acesso em: 23/10/2023.

BARBOSA, A. Apostas esportivas online é legal ou ilegal no Brasil?. **Futebol latino**, 2019. Disponível em: <http://futebolatino.lance.com.br/apostas-esportivas-online-e-legal-ou-ilegal-no-brasil>. Acesso: 23/10/2023.

BRASIL. **Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto de arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 1.182, de 24 de julho de 2023**. Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para disciplinar a exploração da loteria de aposta de quota fixa pela União.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 3.688 DE 03 DE OUTUBRO DE 1941**. Lei das Contravenções Penais.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 14.183, DE 14 DE JULHO DE 2021**. Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

BRASIL. **DECRETO-LEI N. 9.215 – DE 30 DE ABRIL DE 1946**. Proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional.

BRITO, T. L. Uma Perspectiva Acerca da Regulamentação do Mercado de Apostas Esportivas no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso Ciências Sociais Aplicadas, **Universidade Federal de Alfenas**, 2022.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. São Paulo: **Makron Books**, 2002.

CHAVES, L. Apostas esportivas: para empresas e clubes, regulamentação é positiva. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2023-05/apostas-esportivas-para-empresas-e-clubes-regulamentacao-e-positiva>. Acesso em: 23/10/2023.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed Porto Alegre: **Artmed**, 2010.

DAVIES R. How Britain got the gambling bug. **The Guardian**, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2020/jan/16/how-britain-got-the-gambling-bug#:~:text=The%20gambling%20boom%20was%20kicked,bosses%20have%20made%20vast%20fortunes>. Acesso em: 23/10/2023.

CHAGAS, J. M. A impossibilidade de regulamentação das apostas esportivas no ordenamento jurídico brasileiro. Monografia de Graduação Curso de Direito, **Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**, 2016. European Online Gambling Key Figures 2022 Edition. **EUROPEAN GAMING & BETTING ASSOCIATION**, 2022. Disponível em: <https://www.egba.eu/eu-market/>

KELNER, G. F. Sport Betting: Um mercado muito além da aposta. Monografia de Bacharelado Economia, **Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2016.

MARTINS, C. R. Regulamentação das Apostas Esportivas no Brasil: Impactos e Desdobramentos no mercado tributário. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis, **Universidade de Brasília**, 2021.

MESSA, S. STF libera a exploração de loterias por Estados e declara ilegal o monopólio da União. **Portal FDR**, 2020. Disponível em: <https://fdr.com.br/2020/10/02/stf-libera-exploracao-de-loterias-por-estados-e-declarailegal-o-monopolio-da-uniao/>. Acesso em: 23/10/2023.

MINAYO, M. C. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade Sao Paulo;

Hucitec; 14. ed; 2014. 407 p.

MEAGHTER, S. The Ultimate Guide to Gambling Tax Rates around the World. **TaxBack**, 2019. Disponível em: <https://www.taxback.com/blog/the-ultimate-guide-to-gambling-tax-rates-around-the-world/>. Acesso em: 23/10/2023.

NORONHA, A. P. Uma análise jurídica sobre a normatização das apostas esportivas online no Brasil frente ao direito. Trabalho de Curso Direito, **Universidade Estadual da Paraíba**, 2021.

The Sunday Times Tax List Reveals UK'S 100 Biggest TaxPayers. **News UK**, 2023. Disponível em: <https://www.news.co.uk/latest-news/the-sunday-times-tax-list-reveals-uks-100-biggest-taxpayers/>. Acesso em: 23/10/2023.

PAES, N. L. O “duplo dividendo” da Regulação das Apostas Esportivas pela Internet. Monografia Especialização, **Escola de administração Fazendária, 2º Prêmio SEFEL de LOTERIAS**, 2018.

POSSAMAI, C. Regulation of online betting can generate revenue of R \$ 1 billion per year to the Brazilian government. **LABS**, 2021. Disponível em: <https://igamingbrazil.com/en/legislation-en/2021/03/17/regulation-of-online-betting-can-generate-revenue-of-r-1-billion-per-year-to-the-brazilian-government/>. Acesso em: 23/10/2023.

PÓVOA, L. M. et al. O mercado de Apostas Esportivas On-line: Impactos, Desafios para Definição de Regras de Funcionamento e Limites, 2018. **Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa**, 2023.

SALVARO, R. F. Perspectivas de Tributação com a Legalização das Apostas Esportivas do Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso Ciências contábeis, **Universidade do Extremo Sul Catarinense**, 2019.

SILVA, M. O. Tributação e Regulamentação do Mercado de Apostas Esportivas: Uma análise sobre os desdobramentos da Lei nº 13.756/2018. Trabalho de Conclusão de Curso Direito, Universidade Federal de Juiz Fora, 2022.

SOARES, I. C. Regulamentação e Tributação de apostas esportivas no Brasil: Lei 13.756/18 e a compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro. Monografia Centro de Ciências Jurídicas, **Universidade Federal da Paraíba**, 2019.

VAL, F. A. A regulamentação das Apostas Esportivas do Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

10 Most Popular Sports Betting Countries, **Analytics Insight** 2022. Disponível em: <https://www.analyticsinsight.net/10-most-popular-sports-betting->

countries/. Acesso em: 23/10/2023.

Top 10 Largest Sports Betting Companies in the World by Revenue 2022, Largest Sports Gambling Companies, **BIZVIBE**, 2022. Disponível em: <https://blog.bizvibe.com/blog/sports-betting-companies>. Acesso em: 23/10/2023.

SOBRE OS AUTORES



ADENES TEIXEIRA ALVES

Graduado em Ciências Contábeis com Pós-Graduação Lato sensu em Direito Tributário e Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Amazonas com Doutorado pelo Programa de Pós-graduação da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - PPG-Bionorte/AM com parceria da Universidade do Estado do Amazonas, sendo a proposta do Programa, que é na sua essência regional (interestadual), multi-institucional e interdisciplinar? Focaliza o desenvolvimento de bioprocessos e bioprodutos objetivando a conservação do bioma e o desenvolvimento de um setor industrial baseado na biodiversidade Amazônica sendo professor no ensino a Distância no curso em Administração Pública com ênfase nas disciplinas Teoria das Finanças Públicas e Legislação Tributária e Comercial pela Universidade Federal do Amazonas e Perito Judicial Federal pelo CONPEJ (Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil). Atualmente exerce a Coordenação do curso de Ciências Contábeis FA03 - Diurno no curso de Ciências Contábeis e Coordenador na Pós Lato Sensu do curso em Contabilidade e Finanças Públicas pela Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: professoradenes@ufam.edu.br

BARTOLOMEU MIRANDA PEREIRA

Possui mestrado em Contabilidade e Controladoria (UFAM, 2014), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV, 2004), graduação em Ciências Contábeis (UFAM, 2011) e graduação em Tecnologia em Processamento de Dados (UNINORTE, 1999). Atualmente é professor assistente na Universidade Federal do Amazonas. Atua nas áreas de Administração Geral, Contabilidade, Finanças, Sistemas, Socioambiental e cenário internacional.

E-mail: bartolomeupereira@ufam.edu.br

BRUNA FIRMINO DE FREITAS

Possui graduação pela Universidade Federal do Amazonas (2023). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis.

Email: brunafirmino@gmail.com

EDERSON ALMEIDA DE SOUZA

Graduado em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Amazonas. Graduando em Direito pela Universidade Luterana do Brasil. Trabalho. Atualmente como Administrador na Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Email: edersoneder@hotmail.com

EDUARDO GENARO ESCATE LAY

Possui doutorado em Psicologia e Educação na Universidad de León (Espanha); mestrado em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Amazonas (Brasil); especialização em Gestão Ambiental Estratégica na Universidade Federal do Amazonas (Brasil); especialização em Matemática na Universidade Federal do Amazonas (Brasil); especialização em Auditoria Independente no Colégio de Contadores Públicos de Lima (Perú); especialização em Ingeniería de Sistemas na Universidad de Lima (Perú); graduação em Contabilidad y Auditoria - Universidad de Lima (Perú); Especialização em Saúde. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Administração, Auditoria Independente, Contabilidade Internacional, Contabilidade de empresa Petroleira, Custos Industriais e Custos Hospitalares atuando principalmente nos seguintes desafios: Redução de Custos de Empresas Industriais, Redução de Custos de Centros Hospitalares e Clínicas, Gestão Estratégica de Empresas Industriais, Gestão Estratégica de Hospitais públicos e Privados, custeio por procedimentos hospitalares, auditoria financeira, auditoria operativa, Avaliação do desempenho econômico e financeiro de organizações Privadas e Públicas, custeio por atividades, incentivos fiscais, ISO 9000, ISO 14000 e ISO 18000, Avaliação de trabalhos científicos no nível de doutorado, mestrado e graduação.

E-mail: genaroescatelay@ufam.edu.br

ELLEN BASTOS DE LIMA

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Graduada em Administração pela Universidade Federal do Amazonas UFAM (2008) com Pós-graduação em Controladoria e Finanças pelo Centro de Ensino Superior CIESA (2023). Exerce o cargo de Analista de Custos Sênior em uma empresa Multinacional localizada na cidade de Manaus.

Email: ellenbastos@gmail.com

LUCAS CANTUÁRIO LEITE

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente Trainee em Auditoria Externa
Email: lucasc.s4326@gmail.com

MATHEUS RYAN FARIAS DOS SANTOS

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Amazonas (2023). Atualmente é Estagiário do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).
Email: matt.contab@gmail.com

MATTHEUS COSTA AQUINO

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Amazonas (2023). Atualmente é 3o Sargento da Força Aérea Brasileira. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis.
Email: mattheusaquino@gmail.com

VITÓRIA CAROLINE PEREIRA NASCIMENTO

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Amazonas (2023). Assistente contábil em Sociedade Fogas Ltda.
Email: vitoriacpn34@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO



A

Alocação 56, 59, 77, 79, 81, 82, 85, 86, 89, 91, 94, 96, 97, 99

Apostas Esportivas 6, 127, 132, 144, 145

C

Contabilidade 6, 34, 74, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 126

Contabilidade Criativa 5, 6, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 118, 123, 124, 125, 126

Covid-19 7, 8, 10, 11, 17, 31, 32, 33, 56, 59, 63, 69, 70, 130

D

Democracia 74, 75, 76, 82, 84, 99, 101

Democracia participativa 82, 84, 99

Demonstrações financeiras 4, 6, 9, 13, 14, 16, 31, 102, 109, 110, 118, 129, 140, 141

Dispensa de licitação 54, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71

F

Fraude 6, 54, 56, 63, 64, 65, 102, 104, 105, 106, 110, 112, 122, 123, 124, 126

G

GGR 127, 128, 133, 134, 135, 136, 138

Governança 14, 74, 92, 94

I

Importação 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 51, 52, 53

Impostos 16, 17, 38, 39, 42, 43, 47, 49, 109, 129, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143

Irregularidades 5, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 105

L

Licitação 5, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

M

Manaus 4, 5, 35, 36, 37, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 70, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 148

Matéria-prima 37, 45, 47, 48, 49, 50, 51

O

Orçamento 76, 85, 87, 90, 100, 101

Orçamento participativo 90, 100, 101

P

Pandemia 7, 9, 10, 13, 14, 34, 69

R

Regulamentação 6, 90, 92, 105, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 137, 138,
141, 142, 143, 144, 145

S

Setor farmacêutico 7, 8, 9, 10, 11, 13, 16, 17, 31

Setor farmacêutico 4, 7, 11

T

Tributação 39, 127, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143

